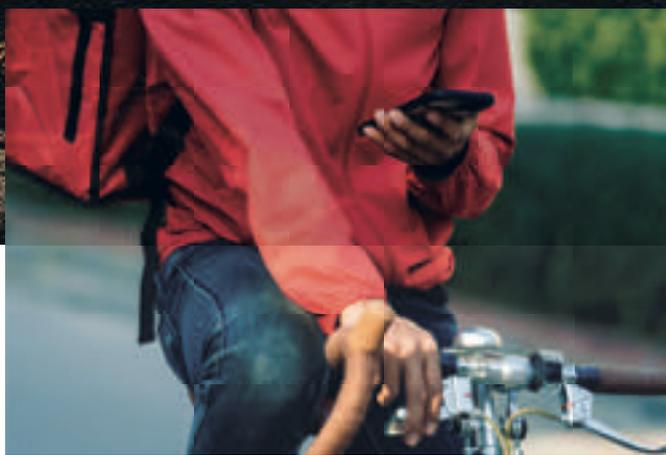


# O TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Hélio Rodrigues | Marilane Oliveira Teixeira | Orgs.



# O TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Hélio Rodrigues | Marilane Oliveira Teixeira | Orgs.



# O TRABALHO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Hélio Rodrigues  
Marilane Oliveira Teixeira  
(Orgs.)

São Paulo, abril de 2024

## **O Trabalho no Município de São Paulo**

### **Realização**

Sindicato dos Químicos de São Paulo

### **Organizadores(as)**

Hélio Rodrigues

Marilane Oliveira Teixeira

### **Apoio**

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT)

IndustriALL Global Union e

Internacional de Trabajadores de la Construcción y la Madera - ICM

### **Revisão**

Alessandra Oshiro Ceregatti

### **Projeto gráfico e capa**

Caco Bisol

São Paulo, abril de 2024

# SUMÁRIO

- 7** Apresentação
  
- 15** O mercado de trabalho na cidade de São Paulo  
Marilane Oliveira Teixeira e Clara Saliba
  
- 35** Dinâmica espacial do trabalho na indústria da transformação  
André de Freitas Gonçalves
  
- 61** Panorama do mercado de trabalho formal no município de São Paulo em 2022  
Jacqueline Aslan Souen
  
- 81** O trabalho na gastronomia paulistana  
Ângela Cristina Tepassé, Cesar Andaku e Patrícia Pelatieri
  
- 97** Trabalho e rendimento nas atividades econômicas relacionadas à saúde humana no município de São Paulo  
Ângela Cristina Tepassé, César Andaku e Patricia Pelatieri
  
- 119** As condições de trabalho dos catadores e catadoras nas cooperativas da cidade de São Paulo  
Marilane Oliveira Teixeira e Elaine Teixeira
  
- 141** Migração e trabalho na costura na cidade de São Paulo  
Marilane Oliveira Teixeira e Patrícia Rocha Lemos
  
- 155** Por um programa de geração de ocupações sociais para o município de São Paulo  
Marcelo Manzano, Marilane Oliveira Teixeira e José Dari Krein
  
- 183** A atualidade da construção civil em São Paulo: pilar econômico e desafios contemporâneos  
Antonio de Sousa Ramalho



# Apresentação

Este livro é resultado de várias iniciativas organizadas com vista a pensar o futuro do trabalho na cidade de São Paulo. A indústria, que historicamente representou o centro dinâmico e impulsionador do emprego no município, perdeu dinamismo para o setor de serviços. O desafio é repensar a questão do trabalho em um contexto de novas tecnologias e novas formas de organização, que tem a instabilidade e a precariedade como características constitutivas.

O fio condutor que articula os capítulos deste livro está organizado em torno da ideia de que o trabalho estrutura a vida em sociedade e de que o município de São Paulo vem passando por grandes transformações na sua estrutura produtiva, com impactos significativos nas formas de inserção das pessoas em diversos tipos de ocupações. Os textos têm o objetivo de mostrar a realidade do trabalho para um conjunto de setores e ocupações. A pretensão não é de abordar todos os segmentos econômicos, mas, sim, de proporcionar um panorama dessa realidade em constante transformação.

O município de São Paulo já foi responsável por 4 de cada 10 empregos industriais no Brasil. Sua imagem era a de maior centro econômico e industrial do país. Nos anos de 1970, a cidade ostentava posição de principal polo industrial do Brasil. Enquanto o estado respondia por 58%

do produto industrial nacional, apenas a Região Metropolitana de São Paulo concentrava 44% dessa produção. Ou seja, nesse período, a capital paulista e seu entorno era responsável por quase a metade de toda a produção industrial nacional e sua indústria gerava quase um milhão de postos de trabalho.

É fundamental recuperar o papel da indústria na formação econômica e social brasileira. A indústria foi o motor do crescimento econômico brasileiro no período 1950-1980, quando o país constituiu uma estrutura industrial relativamente diversificada, integrada e impulsionada pelo mercado doméstico. Historicamente, a indústria sempre foi responsável pela geração dos melhores empregos, estimulando o mercado de consumo e gerando postos de trabalho em outros segmentos da economia.

A partir da década de 1980, em função das políticas de ajustes neoliberais e da crise do endividamento externo que assolou todos os países periféricos, a indústria perde dinamismo em São Paulo e em todo o Brasil. O Estado brasileiro, comprometido com o pagamento da dívida externa, desaquece o mercado interno de consumo e estimula as exportações com o objetivo de continuar cumprindo com os serviços da dívida. Mesmo nesse cenário, o nível de emprego industrial em São Paulo ainda se mantém elevado no final dos anos de 1980, com 968 mil postos de trabalho.

Apesar disso, São Paulo continuou na liderança nacional industrial, mas com redução de tamanho, passando a concentrar 33% do produto industrial nos anos de 1980. Os anos de 1990 foram marcados pela abertura econômica e comercial com a desestruturação de elos de várias cadeias produtivas e a redução do peso da indústria na composição do PIB, com reflexos no nível de emprego: em 1995, o número de pessoas empregadas na indústria caiu para 712 mil.

Com o encolhimento da indústria, o país se voltou para a produção extensiva primária, com ênfase na exportação, além da produção voltada para um mercado interno asfixiado pela baixa renda, pelo desemprego, pela pobreza e pela desigualdade social.

Em 2002, o município empregava 3,36 milhões de pessoas, passando para 5,08 milhões em 2021. O crescimento da população ocupada foi de 51%. Contudo, esse crescimento não se deu de maneira uniforme entre os setores. Enquanto a indústria retraiu 8,4%, a construção civil, o comércio os serviços cresceram 89,6%, 56,2% e 63,0%, respectivamente. O setor de serviços representava 65% do emprego total em 2002 e saltou para 70% em 2021<sup>1</sup>.

Não compartilhamos com as afirmações sobre um movimento irreversível de esvaziamento econômico da região metropolitana de São Paulo, especialmente o município, mas consideramos que não é possível deixar apenas para as mãos do livre mercado os rumos da geração de emprego e renda na cidade. É fundamental pensar em termos de políticas públicas: como o Estado e, mais precisamente, o poder público municipal, podem contribuir para retomar projetos em setores estratégicos e que estejam conectados com uma visão desenvolvimentista que supere o elevado nível de desemprego e seja capaz de gerar ocupações que contribuam para o desenvolvimento local e ofereçam uma perspectiva de futuro para os jovens e a população mais empobrecida?

O setor de serviços vem se afirmando como o principal polo para geração de empregos no município. Contudo, esses empregos apresentam características que os distinguem daqueles gerados na indústria: são precários, informais, com baixa exigência de qualificação e elevada rotatividade.

Atualmente, o desafio de gerar trabalho tornou-se mais complexo em função das transformações globais que temos testemunhado, com o acirramento da competição tecnológica, disputas geopolíticas, mudanças climáticas e efeitos da pandemia, mas nem por isso tornou-se mais difícil, já que oportunidades também estão se abrindo.

O livro reúne artigos de pesquisadores(as), dirigentes sindicais, professores(as) acadêmicos(as), economistas e sociólogos(as). Foi projetado

---

1 Dados da RAIS – extraídos dos microdados disponível na página do Ministério do Trabalho e Emprego <https://bi.mte.gov.br>.

pelos seus organizadores(as) e apoiado por cinco instituições: Sindicato dos Químicos de São Paulo, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), IndustriALL Global Union e Internacional de Trabajadores de la Construcción y la Madera - ICM.

Alguns dos textos desta publicação fazem parte de projetos de pesquisa que estão sendo desenvolvidos no âmbito da universidade. Outros são construções coletivas que resultaram em seminários realizados em 2023, na Câmara Municipal de São Paulo. Os conteúdos tratados nesses seminários motivaram a elaboração de três capítulos: “Dinâmica espacial do trabalho na indústria da transformação”, sobre o emprego na indústria; “Migração e trabalho na costura na cidade de São Paulo”, com foco no trabalho das imigrantes bolivianas, e o artigo “As condições de trabalho dos catadores e catadoras nas cooperativas da cidade de São Paulo”.

Os textos que compõem este livro estão organizados em nove capítulos.

O capítulo 1, “O mercado de trabalho na cidade de São Paulo”, trata de fornecer um panorama descritivo do mercado de trabalho na cidade de São Paulo, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse capítulo analisa o emprego formal e informal, as taxas de atividade e desemprego, entre outras variáveis. Para isso, ele traz tabelas com os principais indicadores desagregados por sexo e raça. Em alguns casos, há também dados comparativos entre a situação de São Paulo e a do Brasil.

O capítulo 2, “Dinâmica espacial do trabalho na indústria da transformação”, examina essa dinâmica no município em comparação com o Estado de São Paulo e o Brasil, traça um perfil situacional do comportamento do emprego formal na indústria nos últimos anos e o processo atual de desconcentração industrial e desindustrialização, analisando a

distribuição do emprego formal nas diferentes regiões da cidade e, posteriormente, nos seus distritos.

O capítulo 3, “Panorama do mercado de trabalho formal no município de São Paulo em 2022”, expõe de forma breve e atualizada o mercado de trabalho formal do município de São Paulo, a partir das informações divulgadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes ao ano de 2022. Com esse propósito, segue uma análise estatística descritiva com base nas seguintes variáveis: grandes setores e subsetores de atividade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); escolaridade; categorias ocupacionais, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), agrupada no nível de dois dígitos, denominado de subgrupo principal, com 49 ocupações; faixa de remuneração média por salário mínimo; e tipo de vínculo, desagregadas por sexo.

O capítulo 4, “O trabalho na gastronomia paulistana”, traça o perfil e a evolução da ocupação nesse setor, na cidade de São Paulo, a fim de fornecer subsídios para a atuação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda do município. Embora seja notável a vocação de São Paulo para a gastronomia e a sua importância como um dos pilares para o desenvolvimento do município, essa realidade apresenta grandes desafios nas relações de trabalho pela elevada informalidade, a regulamentação das atividades de ambulantes e a baixa remuneração dos postos de trabalho.

O capítulo 5, “Trabalho e rendimento nas atividades econômicas relacionadas à saúde humana no município de São Paulo”, traz informações sobre esse setor, que apresenta elevado rendimento médio do trabalho, baixa informalidade, alta qualificação exigida dos trabalhadores e representa quase 10% do total dos ocupados residentes na cidade. O artigo pretende dimensionar as atividades econômicas relacionadas à saúde humana e traçar o perfil e a evolução da ocupação nas atividades de atenção à saúde humana, a fim de fornecer subsídios para a atuação das políticas públicas nesse setor da cidade.

O capítulo 6, “As condições de trabalho dos catadores e catadoras nas cooperativas da cidade de São Paulo”, apresenta um panorama da reciclagem na cidade de São Paulo e a realidade das cooperativas por meio de entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2023. Estima-se que no Brasil haja mais de 800 mil pessoas envolvidas na reciclagem de material. Os números para a cidade de São Paulo são imprecisos porque envolvem uma gama ampla de atividade, incluindo as de catação, separação e triagem dos resíduos sólidos em diferentes formas de organização e espaços, como nas cooperativas e associações de reciclagem. As demandas apresentadas pelos(as) trabalhadores(as) estão sistematizadas ao final do texto com o propósito de indicar como o poder público pode atuar para melhorar suas condições de trabalho.

O capítulo 7, “Migração e trabalho na costura na cidade de São Paulo”, tem o objetivo de apresentar as conexões existentes entre a imigração boliviana e o trabalho precário na costura na cidade de São Paulo. Trata-se de um trabalho invisível e realizado por mulheres no âmbito de seus domicílios, sem acesso a direitos, recebendo o pagamento por peça. O trabalho a domicílio, na maior parte das vezes, é contratado por empresas médias ou pequenas do setor, que trabalham diretamente com o varejo. A estratégia de subcontratar oficinas ou trabalho a domicílio é parte da definição dos negócios do setor de percorrer o caminho que represente menores custos e riscos. A condição de indocumentados favorece a ação de empregadores que se beneficiam dessa situação para intensificar a exploração das trabalhadoras. Ao final, o texto sugere um conjunto de políticas públicas que podem ser viabilizadas por meio do poder público.

O capítulo 8, “Por um programa de geração de ocupações sociais para o município de São Paulo”, tem o objetivo de contribuir com proposições que ajudem a apresentar uma saída para o problema estrutural de falta de trabalho. Dadas as inovações tecnológicas que avançam no bojo do processo de digitalização da economia e que são intensamente poupadoras de trabalho, o simples crescimento econômico, embora necessário,

não será condição suficiente para gerar postos de trabalho a todo o contingente de paulistanos que buscam uma ocupação digna para garantir o seu sustento e o de sua família. Nesse sentido, o texto indica o potencial de geração de ocupações sociais na cidade de São Paulo. Três setores – cultura, agricultura urbana e cuidados – foram selecionados para mostrar a possibilidade de elaboração de uma política ativa no âmbito do município na área do trabalho.

O capítulo 9, “A atualidade da construção civil em São Paulo: pilar econômico e desafios contemporâneos”, tem o objetivo de apresentar alguns dados sobre o mercado de trabalho da construção no município de São Paulo. O setor responde por mais de 11% do emprego nacional e por 5% do emprego formal no município. Contudo, a informalidade é elevada e por isso não dá dados seguros. Muitos estão inseridos em relações de assalariamento, mas sem acesso a direitos, ou no trabalho autônomo.

O conjunto de textos evidencia as mudanças no perfil do trabalho na cidade de São Paulo. Observa-se uma realidade de trabalho na qual setores dinâmicos e com altos salários convivem, ao mesmo tempo, com o desemprego, a informalidade, o trabalho por conta própria e os baixos salários. Percebe-se também que o potencial de geração de ocupações é uma realidade, desde que haja compromisso e um projeto político de sociedade mais inclusivo e igualitário.

*Organizadores(as)*

*Hélio Rodrigues, presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo e vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no município de São Paulo*

*Marilane Oliveira Teixeira, economista, doutora em desenvolvimento econômico e social, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/IE – Unicamp)*



# O mercado de trabalho na cidade de São Paulo

Marilane Oliveira Teixeira<sup>1</sup>

Clara Saliba<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A cidade de São Paulo é a maior metrópole brasileira. De acordo com os dados do Censo de 2022, são 11,45 milhões de habitantes e, destes, 7,2 milhões se encontram na força de trabalho e 6,5 milhões estão ocupadas. Do total das pessoas ocupadas, 27,3% estão concentradas em atividades de informação, comunicação e atividades financeiras; 18,9% no comércio; 16,3% na educação, saúde humana e serviços sociais; 10,3% na indústria, 6,5% no setor de transportes; 6,3% nos serviços domésticos; 5,8% na construção e no setor de alojamento e alimentação e 2,8% na administração pública e seguridade social.

Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da cidade correspondia a R\$ 66.872,84. Para 2024, o orçamento público muni-

---

1 Economista, doutora em desenvolvimento econômico e social, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/IE – Unicamp).

2 Bacharel em Ciências Econômicas (Unicamp) e mestranda em economia pelo IE-Unicamp

cial é de R\$ 111,8 bilhões. Apesar de tanta riqueza, São Paulo é uma cidade marcada por profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero. A taxa de desocupação é de 9% e a informalidade atinge 44,8% das pessoas ocupadas.

Este capítulo tem o objetivo de fornecer um panorama descritivo do mercado de trabalho na cidade de São Paulo, com base nos dados do segundo trimestre de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para isso, ele traz tabelas com os principais indicadores desagregados por sexo e raça. Em alguns casos, há também dados comparativos entre a situação de São Paulo e a do Brasil.

### TAXA DE PARTICIPAÇÃO

A cidade de São Paulo concentra 6,6% da força de trabalho nacional: são 7,2 milhões de pessoas ocupadas ou em busca de trabalho. Quanto à taxa de participação<sup>3</sup>, que mede o percentual de pessoas na força de trabalho em comparação com as pessoas com 14 anos ou mais de idade, os números para a cidade de São Paulo são superiores à média nacional: 75,5% dos homens brancos, 79,6% dos homens negros, 60,5% das mulheres brancas e 63,0% das mulheres negras em idade ativa estão na força de trabalho. Destacam-se as mulheres negras, cuja taxa de participação supera em 12% a média nacional. Quando vista sob a perspectiva de gênero e raça, a participação é mais elevada entre as pessoas brancas com, respectivamente, 8,0% e 8,7% para homens e mulheres brancas, e cai para as pessoas negras com 4,8% e 5,8% para homens e mulheres negras.

---

3 A taxa de participação se refere ao total de pessoas na força de trabalho dividido pelo total de pessoas com 14 anos ou mais.

**Tabela 1 – Participação na atividade econômica, 2º trimestre de 2023**

Referência	Município de São Paulo				Brasil			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Raça/cor	Branco	Negro <sup>1</sup>	Branca	Negra <sup>1</sup>	Branco	Negro <sup>1</sup>	Branca	Negra <sup>1</sup>
Total	2.048.621	1.633.283	1.828.978	1.465.296	25.647.090	34.198.439	21.095.153	25.335.707
Taxa	75,5%	79,6%	60,5%	63,0%	72,0%	72,0%	53,8%	51,1%

<sup>1</sup> Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE  
 Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## POPULAÇÃO DESOCUPADA

No segundo trimestre de 2023, um total de 656,44 mil pessoas estavam desempregadas na cidade de São Paulo. A distribuição sugere que os homens brancos apresentavam a maior participação no desemprego, com 25,7%, seguidos pelas mulheres negras, 25,4%, homens negros, 25%, e mulheres brancas, 22,6% sobre o total de pessoas desocupadas. A taxa de desocupação na cidade de São Paulo é superior à média nacional para todos os segmentos, exceto para o das mulheres negras (11,4%). Os dados indicam que, na cidade de São Paulo, os homens brancos são mais afetados pelo desemprego, com taxa de desocupação de 8,3% da força de trabalho, enquanto no Brasil essa mesma taxa é de 5,7%.

**Tabela 2 – População desocupada, 2º trimestre de 2023**

Referência	Município de São Paulo				Brasil			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Raça/cor	Branco	Negro <sup>1</sup>	Branca	Negra <sup>1</sup>	Branco	Negro <sup>1</sup>	Branca	Negra <sup>1</sup>
Total	169.103	163.916	148.090	166.592	1.450.943	2.653.679	1.471.556	2.974.292
Taxa	8,3%	10,0%	8,1%	11,4%	5,7%	7,8%	7,0%	11,7%

<sup>1</sup> Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE  
 Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## INFORMALIDADE

A informalidade, de acordo com a definição do IBGE, corresponde às pessoas que possuem vínculos de emprego sem registro (ou sem carteira de trabalho assinada), às pessoas que trabalham por conta própria, aos empregadores sem CNPJ, ao emprego doméstico sem registro e ao trabalho em auxílio à família. Há uma outra definição para o trabalho informal, mais ampla, que considera todas as pessoas no trabalho por conta própria como informais, independentemente de contribuírem individualmente para a previdência ou de terem CNPJ, além de incluir os empregados no setor público sem carteira, que não estão considerados pelo IBGE, e excluir os empregadores. Neste mapeamento, adotaremos a metodologia de medição da informalidade mais ampla, que considera informais todas as pessoas que são identificadas como conta-própria, os assalariados público e privado sem carteira, os que trabalham em auxílio à família e o emprego doméstico sem carteira. O trabalho por conta própria se refere às pessoas que trabalham como autônomo, freelancer, micro empreendedor individual (MEI), pessoa jurídica (PJ), entre outros. Há uma infinidade de denominações que se pode atribuir aos que trabalham por conta própria, mas, para efeitos estatísticos, estão todas agrupadas em torno da designação de conta própria.

**Tabela 3 – Informalidade<sup>1</sup>, 2º trimestre de 2023**

Referência	Município de São Paulo				Brasil			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Raça/cor	Brancos	Negros <sup>2</sup>	Brancas	Negras <sup>2</sup>	Brancos	Negros <sup>2</sup>	Brancas	Negras <sup>2</sup>
Total	792.066	676.511	669.460	550.443	10.833.303	16.168.128	8.386.265	11.396.145
Taxa	45,1%	47,7%	41,7%	43,3%	48,2%	53,1%	44,6%	51,9%

1 Informais: empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, trabalhador por conta própria e trabalhador familiar auxiliar.

2 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

A taxa de informalidade para a cidade de São Paulo corresponde a 44,8% do total de pessoas ocupadas, sendo inferior à média nacional. As disparidades de raça também são fortes: enquanto 45,1% dos homens brancos se encontravam na informalidade, entre os homens negros o percentual era de 47,7%, seguido pelas mulheres negras, 43,3%, e pelas mulheres brancas, 41,7%.

### SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A subutilização se refere ao total de pessoas que estão desempregadas, em jornadas inferiores ao número de horas que efetivamente gostariam de estar trabalhando (subocupadas), somadas às pessoas desocupadas e desalentadas. Para o IBGE, são consideradas pessoas desalentadas todas aquelas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho, e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa. Nestas condições se encontravam 1,128 milhão de pessoas, sendo que 53% eram mulheres. A taxa de subutilização é maior entre as mulheres negras (20,6%), seguida pelos homens negros (15,5%), mulheres brancas (14,1%) e homens brancos (12,3%).

**Tabela 4 – Subutilização<sup>1</sup> da força de trabalho, 2º trimestre de 2023**

Referência	Município de São Paulo				Brasil			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Raça/cor	Branco	Negro <sup>2</sup>	Branca	Negra <sup>2</sup>	Branco	Negro <sup>2</sup>	Branca	Negra <sup>2</sup>
Total	256.311	256.673	266.357	314.290	2.943.058	5.412.926	4.286.779	7.454.607
Taxa	12,3%	15,5%	14,1%	20,6%	11,1%	15,0%	19,3%	26,6%

1 População desocupada + força de trabalho potencial + subocupação por insuficiência de horas

2 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## DESOCUPAÇÃO NA JUVENTUDE

A desocupação entre os jovens é um dos grandes desafios do mercado de trabalho. Do total de pessoas desocupadas na cidade de São Paulo, 50,6% têm até 29 anos de idade. Entre os homens, a taxa de desocupação é de 53,4% e, entre as mulheres, 47,6%. Entre as pessoas negras com até 29 anos, o desemprego é de 49% e, entre as brancas, de 52%. As taxas de desemprego entre os jovens são bem superiores à média nacional, com destaque para os homens brancos (18,5%) e as mulheres negras (18,3%).

**Tabela 5 – Desocupação entre os jovens<sup>1</sup>, 2º trimestre de 2023**

Referência	Município de São Paulo				Brasil			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
Raça/cor	Branco	Negro <sup>2</sup>	Branca	Negra <sup>2</sup>	Branco	Negro <sup>2</sup>	Branca	Negra <sup>2</sup>
Total	100.597	77.052	64.322	85.612	771.902	1.358.849	739.329	1.481.182
Taxa	18,5%	13,8%	13,2%	18,3%	11,5%	12,9%	13,0%	10,5%

<sup>1</sup> Trabalhadores de até 29 anos.

<sup>2</sup> Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

O emprego no setor privado com carteira é responsável por 44,7% das ocupações na cidade de São Paulo, seguido pelo trabalho por conta própria, que responde por 25,5%, e o emprego no setor privado sem carteira, 12%. A tabela 6 indica a distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação, sexo e raça. No emprego no setor privado com carteira predominam homens e mulheres brancas (29,9% e 26,7%), seguidos pelos homens negros (24,4%). Já no trabalho doméstico com e sem carteira predominam as mulheres negras, correspondendo a 59,0% e 63,8%, respectivamente. No setor público com carteira, as mulheres brancas estão

em maior número, correspondendo a 41,7% dos empregados públicos e 33,4% dos servidores estatutários e ou militares, respectivamente.

**Tabela 6 – Participação no mercado de trabalho por posição na ocupação, município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**

	Sexo e raça/cor e posição na ocupação	Homens		Mulheres		Total
		Branco	Negros <sup>1</sup>	Branca	Negras <sup>1</sup>	
Formais	Empregado no setor privado com carteira	853.415	692.179	763.839	548.652	2.858.086
		29,9%	24,2%	26,7%	19,2%	100%
	Trabalhador doméstico com carteira	6.966	3.477	36.150	67.012	113.606
		6,1%	3,1%	31,8%	59,0%	100%
	Empregado no setor público com carteira	10.568	11.323	28.622	18.067	68.581
		15,4%	16,5%	41,7%	26,3%	100%
Militar e servidor estatutário		92.658	35.622	107.549	86.384	322.213
		28,8%	11,1%	33,4%	26,8%	100%
Informais	Empregado no setor privado sem carteira	210.586	201.423	188.045	150.306	750.360
		28,1%	26,8%	25,1%	20,0%	100%
	Trabalhador doméstico sem carteira	9.005	6.561	74.163	157.812	247.541
		3,6%	2,7%	30,0%	63,8%	100%
	Empregado no setor público sem carteira	18.623	12.617	15.837	16.354	63.431
		29,4%	19,9%	25,0%	25,8%	100%
	Conta-própria	544.344	378.109	454.264	218.158	1.594.875
		34,1%	28,5%	23,7%	13,7%	100%
Trabalhador familiar auxiliar		9.508	1.647	13.306	7.812	32.273
		29,5%	41,2%	5,1%	24,2%	100%
Empregador		123.843	50.255	75.267	28.146	277.510
		44,6%	18,1%	27,1%	10,1%	100%

1 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.  
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## MOTIVO DE NÃO TER TOMADO PROVIDÊNCIA PARA CONSEGUIR TRABALHO

As principais razões indicadas por 29% das pessoas para não terem tomado providências para conseguir trabalho foram a ausência de trabalho

na localidade, problemas de saúde ou gravidez para 18%, estudos para cerca de 15%, falta de trabalho adequado para 12% e 5% alegaram responsabilidades com os afazeres domésticos e de cuidado. Para 22,5% das mulheres brancas e 36,1% das negras a principal razão para não terem buscado trabalho no período de referência foram as responsabilidades com os afazeres domésticos e de cuidado. Já entre os homens negros predomina como razão a falta de trabalho na localidade (35,6%) e, entre os homens brancos, os problemas de saúde (20,9%).

**Tabela 7 – Principal motivo de não ter tomado providência para conseguir trabalho no período de referência, município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**

Sexo e raça/cor e motivo	Homens		Mulheres		Total
	Branco	Negros <sup>1</sup>	Branca	Negras <sup>1</sup>	
Conseguiu proposta de trabalho para começar após a semana de referência	19.936	35.395	2.979	1.010	59.320
	1,8%	1,5%	2,5%	1,3%	2%
Estava aguardando resposta de medida tomada para conseguir trabalho	66.075	136.351	4.077	9.022	215.526
	6,0%	5,7%	3,4%	11,6%	6%
Estava estudando (curso de qualquer tipo ou por conta própria)	206.218	317.588	15.581	7.012	546.400
	18,7%	13,2%	12,8%	9,0%	15%
Não conseguia trabalho adequado	144.553	274.082	13.987	3.288	435.910
	13,1%	11,4%	11,5%	4,2%	12%
Não conseguia trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso	64.301	101.974	5.068	5.830	177.173
	5,8%	4,2%	4,2%	7,5%	5%
Não havia trabalho na localidade	199.185	857.309	1.363	2.974	1.060.831
	18,1%	35,6%	1,1%	3,8%	29%
Não tinha experiência profissional ou qualificação	43.077	111.629	3.788	5.196	163.690
	3,9%	4,6%	3,1%	6,7%	4%
Outro motivo, especifique	89.104	91.077	23.401	3.310	206.892
	8,1%	3,8%	19,3%	4,3%	6%
Por problema de saúde ou gravidez	230.063	392.905	23.782	12.073	658.822
	20,9%	16,3%	19,6%	15,5%	18%
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	40.047	87.449	27.263	28.090	182.848
	3,6%	3,6%	22,5%	36,1%	5%

<sup>1</sup> Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.  
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## RENDIMENTO MÉDIO

A análise por rendimentos acentua as diferenças de gênero e raça já presentes no mercado de trabalho. As mulheres negras detêm rendimentos médios que correspondiam a 35% dos rendimentos médios de homens brancos, enquanto o percentual para as mulheres brancas era de 74%. Já os homens negros recebiam em média 48% do rendimento dos homens brancos. A remuneração para a cidade de São Paulo está acima da média nacional para todos os grupos. A média nacional é de R\$ 2.921,30 e, para a cidade de São Paulo, é de R\$ 4.896,10, estando 67% acima da renda média nacional.

**Tabela 8 – Rendimento médio habitual do trabalho principal, 2º trimestre de 2023**

Sexo, raça/cor e localidade		Geral	Homens		Mulheres	
			Branco	Negro <sup>1</sup>	Branca	Negra <sup>1</sup>
Valor	Município de São Paulo	R\$ 4.896,10	R\$ 7.139,10	R\$ 3.419,62	R\$ 5.269,10	R\$ 2.519,55
Intervalo de Confiança <sup>2</sup>		R\$ 493,95	R\$ 981,46	R\$ 397,19	R\$ 594,51	R\$ 202,72
Valor	Brasil	R\$ 2.921,30	R\$ 4.136,49	R\$ 2.453,79	R\$ 3.201,48	R\$ 1.959,40
Int. Confiança <sup>2</sup>		R\$ 56,83	R\$ 120,95	R\$ 43,21	R\$ 101,59	R\$ 31,86

1 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

2 Para 95% de confiança estatística.

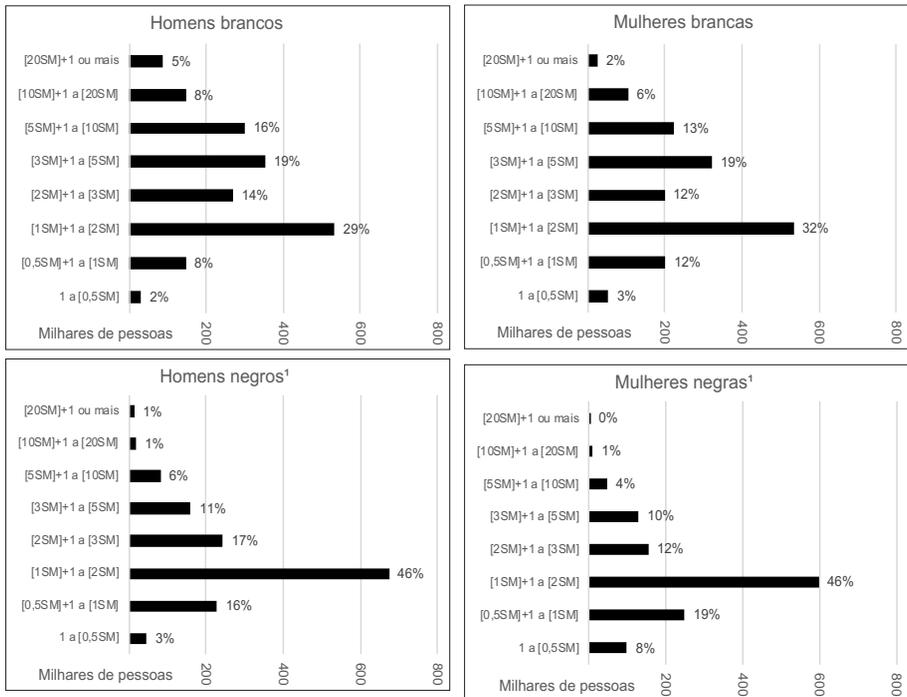
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## RENDIMENTOS POR FAIXA

A análise por faixas de rendimento indica que 27% das mulheres negras e 19% dos homens negros recebem até um salário mínimo. Se ampliarmos para até dois salários mínimos, teremos 73% das mulheres negras, 65% dos homens negros, 47% das mulheres brancas e 39% dos homens brancos. Enquanto 10% dos homens brancos recebem mais de 10 salários mínimos, entre as mulheres brancas são 8%, homens negros,

2%, e mulheres negras, 1,5%. A faixa salarial com maior concentração é a de até dois salários mínimos, com 3,48 milhões de pessoas (54% das pessoas ocupadas).

**Gráfico 1 – Faixas de rendimento habitual do trabalho principal  
Município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**



<sup>1</sup> Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.  
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## JORNADA DE TRABALHO

A média de horas habitualmente trabalhadas em todas as ocupações é de 41h30 semanais, sendo que entre os homens negros se identificam as maiores jornadas, de 43h54, e entre as mulheres negras as menores jornadas, 39h10. O menor número de horas indica a con-

dição na ocupação. No caso das mulheres negras, as jornadas apontam para a subocupação, por serem maioria entre as pessoas que se encontram nessa condição, ou seja, em trabalhos com jornadas inferiores às que efetivamente gostariam de estar realizando. Também está vinculado ao peso do trabalho doméstico entre as mulheres negras, que realizam 61% dessa atividade na cidade de São Paulo como mensalistas e diaristas.

**Tabela 9 – Média de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos, 2º trimestre de 2023**

Sexo, raça/cor e localidade Geral			Homens		Mulheres	
			Branco	Negro <sup>1</sup>	Branca	Negra <sup>1</sup>
Valor	Município de São Paulo	41h30min	42h18min	43h54min	40h10min	39h10min
Int. Confiança <sup>2</sup>		24min	41min	55min	54min	52min
Valor	Brasil	39h48min	42h7min	41h6min	38h17min	36h43min
Int. Confiança <sup>2</sup>		5min	9min	8min	10min	10min

1 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

2 Para 95% de confiança estatística.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em torno de 28% das pessoas ocupadas na cidade de São Paulo não contribuem para a previdência social, das quais 24% são homens brancos e 28% mulheres brancas, 35% homens negros e 32% mulheres negras. Quando se analisa os que estão na informalidade, observa-se que 54,2% dos homens brancos, 73,1% dos homens negros, 58,9% das mulheres brancas e 74,5% das mulheres negras não contribuem para a previdência social. Em números absolutos, tem-se um total de 1,78 milhão de pessoas que não contribuem com a previdência social.

**Tabela 10 – Contribuição para a previdência por posição agregada na ocupação, no município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**

Sexo e raça/cor e posição na ocupação	Homens			
	Branco		Negro <sup>1</sup>	
Previdência	Contribuinte	Não contribuinte	Contribuinte	Não contribuinte
Formais	963.608	-	742.601	-
	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Informais	362.856	429.211	181.976	494.535
	45,8%	54,2%	26,9%	73,1%
Total	1.326.463	429.211	924.577	494.535
	75,6%	24,4%	65,2%	34,8%
	Mulheres			
	Branca		Negra <sup>1</sup>	
Previdência	Contribuinte	Não contribuinte	Contribuinte	Não contribuinte
Formais	742.601	-	720.116	-
	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Informais	275.326	394.134	140.533	409.910
	41,1%	58,9%	25,5%	74,5%
Total	1.017.928	394.134	860.649	409.910
	72,1%	27,9%	67,7%	32,3%
	Total			
Previdência	Contribuinte	Não contribuinte		
Formais	3.445.021	-		
	100,0%	0,0%		
Informais	1.021.278	1.782.301		
	36,4%	63,6%		
Total	4.466.299	1.782.301		
	71,5%	28,5%		

1 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.  
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## ESCOLARIDADE ENTRE AS PESSOAS OCUPADAS

Na cidade de São Paulo, 33,8% das pessoas ocupadas possuem nível médio completo ou equivalente e 37,8% possuem superior completo. Os melhores níveis de escolaridade estão concentrados entre os brancos, com 46,9% dos homens e 53,8% das mulheres com ensino superior completo. Já entre os negros, a concentração da escolaridade se dá no ensino médio completo, correspondendo a 44,1% dos homens e 40,7% das mulheres. Entre os que detêm menor nível de escolaridade há uma presença significativa de pessoas negras, tanto homens, quanto mulheres. Com fundamental incompleto ou equivalente tinha-se 16,7% dos homens negros e 13,8% das mulheres negras, praticamente o dobro em relação às pessoas brancas.

**Tabela 11 – Escolaridade das pessoas ocupadas, 2º trimestre de 2023**

Referência	Município de São Paulo				Total
	Homens		Mulheres		
Sexo					
Raça/cor	Branco	Negro <sup>1</sup>	Branca	Negra <sup>1</sup>	
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	15.114	16.200	14.735	21.873	70.561
	0,8%	1,1%	0,9%	1,7%	1,1%
Fundamental incompleto ou equivalente	115.787	245.324	102.507	178.733	652.537
	6,2%	16,7%	6,1%	13,8%	10,0%
Fundamental completo ou equivalente	102.440	113.441	49.107	48.905	315.411
	5,5%	7,7%	2,9%	3,8%	4,8%
Médio incompleto ou equivalente	71.729	102.455	41.675	80.565	301.045
	3,8%	7,0%	2,5%	6,2%	4,6%
Médio completo ou equivalente	538.729	647.822	444.457	527.945	2.210.971
	28,7%	44,1%	26,4%	40,7%	33,8%
Superior incompleto ou equivalente	153.413	109.002	124.131	109.781	517.432
	8,2%	7,4%	7,4%	8,5%	7,9%

continua

Superior completo	882.304	235.123	904.276	330.902	2.476.320
	46,9%	16,0%	53,8%	25,5%	37,8%
<b>Referência</b>	<b>Brasil</b>				
<b>Sexo</b>	<b>Homens</b>		<b>Mulheres</b>		<b>Total</b>
<b>Raça/cor</b>	<b>Branco</b>	<b>Negros<sup>1</sup></b>	<b>Branca</b>	<b>Negras<sup>1</sup></b>	
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	380.999	1.092.935	162.759	414.759	2.085.217
	1,6%	3,5%	0,8%	1,9%	2,1%
Fundamental incompleto ou equivalente	4.027.346	7.923.254	2.051.654	3.673.676	17.841.603
	16,6%	25,1%	10,5%	16,4%	18,0%
Fundamental completo ou equivalente	1.761.668	2.632.514	975.755	1.446.914	6.888.998
	7,3%	8,3%	5,0%	6,5%	7,0%
Médio incompleto ou equivalente	1.482.022	2.781.013	899.434	1.585.558	6.811.750
	6,1%	8,8%	4,6%	7,1%	6,9%
Médio completo ou equivalente	8.530.368	11.825.255	6.446.102	8.952.637	36.141.883
	35,3%	37,5%	32,8%	40,0%	36,5%
Superior incompleto ou equivalente	1.671.342	1.524.511	1.530.413	1.466.851	6.269.557
	6,9%	4,8%	7,8%	6,6%	6,3%
Superior completo	6.342.402	3.765.277	7.557.480	4.821.018	22.870.557
	26,2%	11,9%	38,5%	21,6%	23,1%

<sup>1</sup>Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## PRINCIPAIS OCUPAÇÕES ENTRE HOMENS E MULHERES

Para os homens, as principais ocupações são: condutores de automóveis, táxi, comerciantes, balconistas e vendedores de lojas, pedreiros, escriturários, porteiros e zeladores, sendo que, entre os homens negros, as ocupações de condutores de motocicletas e trabalhadores da construção civil têm um peso bastante significativo. As posições que exigem maior escolaridade são predominantemente ocupadas por homens brancos. Em seis ocupações, os homens negros são absoluta minoria: contadores

(19%), dirigentes de administração e serviços (23,5%), médicos especialistas (18,9%), dirigentes de vendas e comercialização (5,6%), advogados e juristas (21%) e analista de gestão (13,8%).

**Tabela 12.a – 20 maiores ocupações para os homens, município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**

Ocupação	Raça/cor		
	Branços	Negros <sup>1</sup>	Total
Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	82.251	84.194	166.446
Comerciantes de lojas	73.080	56.808	132.977
Balconistas e vendedores de lojas	62.144	54.576	117.924
Pedreiros	42.528	64.751	109.460
Escriturários gerais	52.734	47.480	101.137
Porteiros e zeladores	36.482	39.761	76.243
Guardas de segurança	28.268	33.368	61.636
Analistas de sistemas	37.598	20.325	57.923
Advogados e juristas	41.819	11.793	55.409
Dirigentes de vendas e comercialização	46.337	3.076	55.117
Condutores de motocicletas	15.521	39.068	54.589
Condutores de caminhões pesados	32.286	21.304	53.591
Trabalhadores elementares da construção e edifícios	16.306	33.748	51.333
Contadores	34.205	9.706	49.679
Dirigentes de administração e de serviços não classificados anteriormente	35.980	11.090	47.070
Analistas de gestão e administração	38.339	6.163	44.502
Garçons	16.477	26.050	42.528
Médicos especialistas	33.208	8.010	42.258
Mecânicos e reparadores de veículos a motor	18.745	23.225	41.970
Pintores e empapeladores	8.683	32.979	41.661

<sup>1</sup> Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.  
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Entre as mulheres, predominam as ocupações associadas aos serviços domésticos, seguidas por escriturárias, balconistas, trabalhadoras de limpeza, comerciantes de lojas, cuidadoras de crianças e recepcionistas. As mulheres negras são absoluta minoria nas seguintes ocupações: advogadas e juristas (23%), profissionais de publicidade e comunicação (11,7%), dirigentes de vendas e comercialização (22,0%), analistas de gestão (25,6%), psicólogas (27,9%). Já entre as ocupações com menor qualificação e rendimentos, as mulheres negras se destacam: trabalhadoras de limpeza (69,8%) e cozinheiras (61%).

**Tabela 12.b – 20 maiores ocupações para as mulheres, município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**

Ocupação	Raça/cor		
	Branças	Negras <sup>1</sup>	Total
Trabalhadoras dos serviços domésticos	77.263	168.861	250.151
Escriturárias gerais	90.987	84.234	183.142
Balconistas e vendedoras de lojas	91.756	69.328	162.765
Trabalhadoras de limpeza e de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	28.964	66.953	95.917
Comerciantes de lojas	41.914	37.023	84.148
Cuidadoras de crianças	29.885	40.543	70.428
Recepcionistas em geral	35.233	28.136	65.762
Advogadas e juristas	49.116	14.671	63.788
Especialistas em tratamento de beleza e afins	31.140	25.473	60.652
Professoras do ensino fundamental	35.658	24.107	59.766
Profissionais da publicidade e publicação	52.199	6.934	59.133
Professoras do ensino pré-escolar	30.270	22.412	52.682
Profissionais de nível médio de enfermagem	23.282	26.369	50.704
Cozinheiras	17.916	30.525	49.663
Dirigentes de vendas e comercialização	34.105	10.201	46.372
Ajudantes de cozinha	17.522	27.177	46.201

continua

Trabalhadoras de centrais de atendimento	23.051	20.284	43.394
Analistas de gestão e administração	30.660	10.872	42.531
Caixas e expedidoras de bilhetes	16.332	20.918	39.866
Psicólogas	27.580	10.684	38.264

1 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.  
Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

## O TRABALHO POR CONTA PRÓPRIA

No trabalho por conta própria tem-se 1,67 milhão de pessoas ocupadas, distribuídas em 155 ocupações, sendo que as 10 maiores concentram 39,3% das pessoas ocupadas. As ocupações são: comerciantes de lojas (8,0%), condutores de automóveis, táxi e caminhonetes (6,9%), pedreiros (5,8%), especialistas em tratamento de beleza (3,8%), advogados (3,5%), cabeleireiros (2,7%), vendedores por telefone (2,2%) e padeiros e confeitores (2,0%).

**Tabela 13.a. – 20 maiores ocupações dos trabalhadores por conta própria: homens, município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**

Ocupação	Raça/cor		
	Brancos	Negros <sup>1</sup>	Total
Comerciantes de lojas	35.946	42.990	80.450
Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	55.186	48.951	104.138
Pedreiros	36.896	54.106	93.182
Especialistas em tratamento de beleza e afins	7.623	5.818	13.441
Advogados e juristas	22.928	7.927	32.652
Cabeleireiros	12.638	15.591	28.229
Vendedores de quiosques e postos de mercados	7.469	5.201	23.375
Vendedores por telefone	17.371	4.626	21.997
Padeiros, confeitores e afins	4.337	2.319	6.657
Psicólogos	6.408	-	6.408
Trabalhadores elementares da construção de edifícios	9.350	18.291	28.920
Condutores de motocicletas	8.763	20.495	29.258
Vendedores a domicílio	5.502	4.542	11.517
Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros	1.372	3.874	8.186

continua

Operadores de máquinas de costura	1.378	6.797	9.151
Pintores e empapeladores	4.433	19.490	23.923
Contadores	13.339	6.856	22.905
Dentistas	11.856	-	12.429
Agentes imobiliários	7.284	623	8.729
Analistas de gestão e administração	10.867	1.788	12.655

1 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

\*Para os campos preenchidos com "-", a não existência de respondentes do grupo na pesquisa impossibilitou a estimação.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

**Tabela 13.b. – 20 maiores ocupações dos trabalhadores por conta própria: mulheres, município de São Paulo, 2º trimestre de 2023**

Ocupação	Raça/cor		
	Branças	Negras <sup>1</sup>	Total
Comerciantes de lojas	23.205	27.581	53.623
Condutores de automóveis, táxis e caminhonetes	7.104	4.227	11.331
Pedreiros	1.173	2.128	3.301
Especialistas em tratamento de beleza e afins	25.284	22.062	50.724
Advogados e juristas	17.346	8.242	25.588
Cabeleireiros	3.911	10.290	16.553
Vendedores de quiosques e postos de mercados	10.132	2.381	17.612
Vendedores por telefone	12.602	2.036	14.638
Padeiros, confeitadores e afins	6.609	20.010	26.619
Psicólogos	22.613	3.780	26.392
Trabalhadores elementares da construção de edifícios	1.331	1.565	2.896
Condutores de motocicletas	-	1.469	1.469
Vendedores a domicílio	10.761	7.434	18.194
Alfaiates, modistas, chapeleiros e peleteiros	4.210	16.036	21.329
Operadores de máquinas de costura	9.454	8.416	19.673
Pintores e empapeladores	1.228	-	1.228
Contadores	-	-	1.451
Dentistas	9.922	-	11.691
Agentes imobiliários	12.540	1.517	14.878
Analistas de gestão e administração	7.889	2.436	10.325

1 Categorias preta e parda da variável raça/cor do IBGE.

\*Para os campos preenchidos com "-", a não existência de respondentes do grupo na pesquisa impossibilitou a estimação.

Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaboração própria.

Em algumas linhas, o total inferido não corresponde à soma dos indivíduos autodeclarados brancos ou negros. Isso se dá porque, para estas categorias, houve respondentes da pesquisa que apresentaram outra identificação racial, dentre as seis opções disponibilizadas pelo IBGE (amarela, branca, indígena, parda, preta ou não informada). Opta-se por trabalhar apenas com indivíduos brancos e negros (pretos e pardos) porque eles compõem a maior parte da amostra (cerca de 98%) e, nesse sentido, é possível obter um maior grau de confiança estatística nas estimações. De todo modo, a opção de colocar a quantidade total de trabalhadores considerando as seis categorias expressa simultaneamente o compromisso com a exibição dos dados de forma integral e o desejo de não apagar as demais identidades étnico-raciais que não são o foco da análise.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, os dados para a cidade de São Paulo mostram que, em vários indicadores, os resultados estão acima da média nacional, a exemplo da taxa de participação na força de trabalho, dos rendimentos médios e da escolaridade, vistos como positivos. Contudo, a desocupação, o desemprego entre os jovens e a jornada de trabalho estão acima da média nacional e podem ser considerados negativos. Entre os indicadores abaixo da média nacional tem-se a informalidade e a subutilização da força de trabalho, que é inferior para as mulheres na comparação com os dados para o Brasil.

Os dados também evidenciam as profundas desigualdades sociais, de gênero e raça que marcam essa grande metrópole. A grande concentração de pessoas ocupadas recebendo, em média, até dois salários mínimos se destaca: 54%. As diferenças tanto nos rendimentos quanto nas jornadas e nos cargos que ocupam os trabalhadores de diferentes grupos sociais evidenciam um mercado de trabalho que, assim como a própria cidade de São Paulo, é altamente segregado. Por isso, pensar políticas municipais de inclusão e redução das desigualdades é, também, pensar políticas do mundo do trabalho. Por outro lado, é essencial reconhecer que as desigualdades de gênero e raça são estruturantes de uma sociedade de classes e que, portanto, alterar essa realidade depende de uma combinação de políticas públicas que possam ser desenvolvidas no âmbito dos municípios.

## REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: segundo trimestre de 2023. Microdados.

# Dinâmica espacial do trabalho na indústria da transformação

André de Freitas Gonçalves<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Antes de examinar a dinâmica espacial do trabalho da indústria<sup>2</sup> no município de São Paulo, é importante reconhecer algumas características desse setor de atividade fundamentais para o adequado funcionamento de uma sociedade complexa. O trabalho na indústria proporciona, principalmente, diversidade na oferta de emprego, frequentemente acompanhada por remunerações superiores em comparação com outros setores, bem como um maior grau de formalização, o que assegura ao trabalhador um conjunto de direitos. A presença da indústria no mercado de trabalho não só contribui para a estabilidade econômica, mas também fortalece as relações laborais e promove a valorização do trabalhador.

A contribuição da indústria para a constituição da maior cidade do país, São Paulo, tanto em termos populacionais quanto econômicos, é in-

---

1 Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP).

2 Para simplificação, adotaremos o termo “indústria” para referir-nos à indústria da transformação.

discutível. A industrialização não apenas impulsionou o desenvolvimento econômico, mas também desempenhou um papel vital na formação da identidade e estrutura urbana da cidade. O trabalho nas fábricas não se limitou a ser apenas um meio de sustento, mas foi um agente transformador que produziu a cidade. A combinação da construção de infraestrutura, zonas industriais e bairros operários próximos às fábricas exemplifica o impacto do trabalho industrial na produção do espaço urbano de São Paulo e suas marcas no território.

A transformação de São Paulo na maior cidade do país ocorreu com a industrialização pesada a partir da década de 1950 e um crescimento significativo até o início da década de 1980. A partir de 1981, observa-se uma diminuição na participação do valor adicionado das manufaturas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (Morceiro, 2018), em um processo conhecido como desindustrialização, conforme discutido por diversos autores.

Mesmo antes do fenômeno da desindustrialização, ocorria um processo de desconcentração industrial, inicialmente da cidade de São Paulo para os municípios circunvizinhos da região metropolitana e, posteriormente, para o interior do estado. Dados indicam que a desconcentração teve início na década de 1970, porém ganhou força na década de 1980. A região metropolitana de São Paulo representava 43,4% do Valor Total Industrial (VTI) do Brasil em 1970, mas essa participação reduziu para 26,6% em 1995 (Lencione, 2011). Um padrão semelhante ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, quando as plantas industriais migraram das áreas centrais para as periféricas da cidade (Faleiros, 2008). A partir desse processo, a dinâmica de localização da indústria gerou uma variedade de tipos de aglomeração industrial em todo o país, desde condomínios até complexos industriais (Finatti, 2017), resultando em diversas estratégias e formas de continuar operando.

Portanto, é fundamental considerar tanto o processo de desconcentração industrial quanto o de desindustrialização ao analisar a dinâmica

do trabalho na indústria na cidade de São Paulo. Há fatores em outras escalas de análise, além da local, que influenciam diretamente a maneira como a indústria se distribuirá espacialmente e se organizará internamente. Podemos destacar alguns desses fatores, de natureza tecnológica, como o crescimento da indústria 4.0, a incorporação de tecnologias habilitadoras nos processos industriais, a inteligência artificial, a internet das coisas, a impressão 3D e a robótica. Além disso, aspectos organizacionais das corporações, como a reestruturação das cadeias globais de valor, a disputa pela indústria de alta tecnologia e as disparidades no desenvolvimento, na criação, na difusão e na incorporação de novas tecnologias, também desempenham papéis significativos. Esses fatores podem ter impactos significativos na dinâmica do emprego, os quais nem sempre são evidentes ao observar os processos apenas na escala local.

A incorporação das novas tecnologias na indústria tem como objetivo aumentar a eficiência da produção e melhoria dos produtos. Contudo, essa modernização tecnológica implica em mudanças significativas no perfil e nas exigências de conhecimento dos trabalhadores. Esse processo pode levar à substituição de empregos de baixa complexidade, demandando profissionais com habilidades para implementar e gerenciar as novas tecnologias.

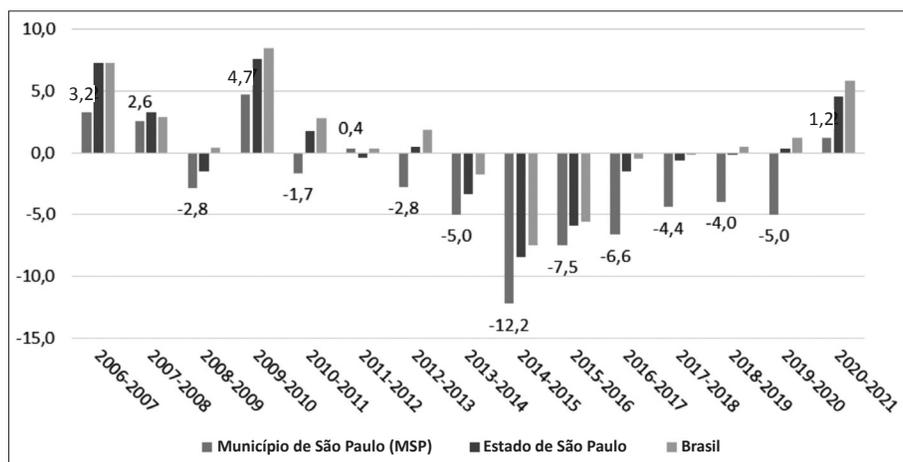
A avaliação da dinâmica espacial do trabalho na indústria começará pela análise do município de São Paulo em comparação com o Estado de São Paulo e o Brasil e busca traçar um perfil situacional do comportamento do emprego formal na indústria nos últimos anos. Isso permite examinar o estado atual do processo de desconcentração industrial e desindustrialização. Em seguida, será abordada a dinâmica espacial intramunicipal, analisando-se a distribuição do emprego formal nas diferentes regiões da cidade e, posteriormente, nos seus distritos. Uma avaliação detalhada dos setores da indústria será realizada para identificar quais atividades predominam na cidade, bem como o porte dos estabelecimentos industriais.

## SITUAÇÃO

Como forma de avaliar a situação do trabalho na indústria no município de São Paulo, buscou-se reunir os números de empregos formais entre os anos de 2006 e 2021<sup>3</sup> e, assim, analisar a evolução do emprego na indústria e sua relação com o total dos empregos formais.

Em dezembro de 2021, foram registrados 308 mil empregos formais na indústria de transformação na cidade de São Paulo, o que representa 65% do total registrado no ano de 2006 (468 mil). Ao analisar a variação percentual anual do emprego (Figura 1), observa-se que o desempenho do município de São Paulo (MSP) é inferior ao obtido pelo Estado de São Paulo e Brasil. Em períodos de crescimento no número de empregos, as taxas registradas pelo município ficam aquém das outras unidades territoriais; por outro lado, em períodos de queda no número de empregos, o município registra as maiores quedas.

Figura 1 – Variação percentual do emprego formal da indústria



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

3 O corte em 2006 foi determinado, sobretudo, pela disponibilidade dos dados em uma mesma classificação nacional de atividade econômica, no caso a CNAE 2.0.

É importante destacar o ano de 2010, quando a indústria obteve bons resultados em todas as unidades territoriais. Em sequência, o emprego industrial no município entra em queda franca, alcançando seu ápice entre 2013 e 2014 (-12,2%) e conseguindo retornar a números positivos somente no último período, de 2020 a 2021 (1,2%). Contudo, como evidenciado no gráfico, a recuperação do Estado de São Paulo e do Brasil ocorre antes e com maior intensidade.

A relação da dinâmica do emprego industrial com o desempenho da economia como um todo é clara. Isso pode ser observado durante a crise de 2009<sup>4</sup> com os resultados das medidas para combatê-la refletidos nos números de 2010, assim como a crise econômica e política de 2014, que teve como consequência perdas no emprego industrial que perduraram por anos. Resultados positivos no município foram alcançados novamente somente em 2021, em parte devido a falta de insumos e produtos no mercado internacional decorrente da pandemia do coronavírus, situação que proporcionou à indústria nacional algum espaço para recompor os empregos perdidos durante os últimos anos.

Outra forma de avaliar a dinâmica do emprego é comparar a última posição, no caso 2021, com aquela em que o emprego na indústria obteve seu melhor desempenho. No caso do município de São Paulo, foi o ano de 2010, com 505.236 empregos formais. Já no caso do Estado de São Paulo e do Brasil, foi o ano de 2013, com respectivamente 2.679.756 e 7.900.136 de empregos formais. O resultado em 2021 é que o número de empregos formais industriais no município de São Paulo representa 61% do registrado no ano de 2010. Para o Estado de São Paulo, esse valor é de 85% do registrado no ano de 2013, e para o Brasil, o valor é 92% do registrado no ano de 2013. Isso significa que, apesar dos valores positivos de crescimento do emprego entre 2020 e 2021, todas as unidades territoriais avaliadas não recuperaram suas melhores marcas de número de empregos formais registrados observados em anos anteriores.

4 Reflexo da crise financeira global de 2007-2008.

É possível avaliar o desempenho do emprego formal na indústria ao considerar sua participação no conjunto total de empregos. Em dezembro de 2021, o município de São Paulo registrou 5 milhões de empregos formais, dos quais 308 mil estavam vinculados à indústria de transformação, representando 6,1% do total. A participação do emprego formal na indústria em relação ao total de empregos formais já foi mais expressiva, situando-se em torno de 12% no ano de 2006. Em 1989, a participação do emprego da indústria da transformação era 27% do total do município<sup>5</sup>.

Ao longo da série temporal abordada, compreendida entre os anos de 2006 e 2021, é observável uma diminuição contínua na participação da indústria no contexto do município de São Paulo. Um ponto de destaque, todavia, é o ano de 2010, no qual essa participação manteve-se estável em 10,4%. Esse ano assume relevância particular para o setor industrial, uma vez que, em termos absolutos, atingiu seu patamar máximo na série temporal para o município de São Paulo, totalizando 505.236 empregos. Em uma perspectiva geral, isso representa um discreto crescimento em comparação aos anos anteriores.

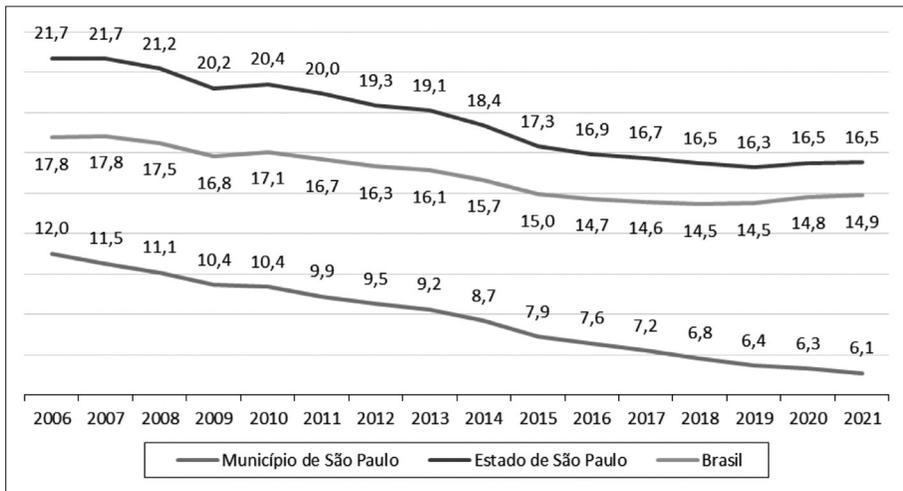
No gráfico a seguir, analisamos a comparação da participação do emprego formal na indústria em relação ao total de empregos formais no município de São Paulo, contrastando com os dados do estado de São Paulo e do Brasil. No estado de São Paulo, a participação do emprego industrial é mais expressiva do que no Brasil (16,5%). O comportamento ao longo dos anos segue a mesma tendência do nível nacional, divergindo apenas na intensidade da perda de participação. Enquanto o estado de São Paulo viu diminuir essa participação de 21,7% em 2006 para 16,5% em 2021, resultando em uma perda de 5,2 pontos percentuais, o Brasil apresentou uma redução nominal e relativa menor, passando de 17,8% em 2006 para 14,9% em 2021, com uma perda de 2,9 pontos percentuais.

---

5 Segundo Guerra, p. 151, 2004. Alertamos que reclassificações de atividades econômicas e processos organizacionais das empresas, como a terceirização, podem comprometer comparações diretas.

Observa-se que a diferença entre as séries temporais do estado de São Paulo e do Brasil diminui ao longo do tempo, e ao final da série os valores passam a registrar leve aumento, indicando uma tendência à estabilização. Em contraste, o município de São Paulo apresenta um comportamento distinto, uma vez que sua linha de tendência não segue as outras unidades espaciais avaliadas. Pelo contrário, demonstra uma queda constante na participação do emprego industrial, reduzindo pela metade no período analisado e não atenuando a perda de participação nos anos recentes, como ocorreu nas outras unidades territoriais examinadas.

**Figura 2 – Participação do emprego formal da indústria no total de empregos formais**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

A redução relativa na participação e a efetiva diminuição do número de empregos na indústria de transformação no município de São Paulo evidenciam a continuidade de um processo antigo denominado desindustrialização, esse tem sido objeto de estudos de diversos autores. Como exemplo, Guerra (2004), ao analisar o período de 1989 a 2001, identi-

ca uma tendência semelhante de perda tanto relativa quanto absoluta de empregos industriais na cidade. Esse fenômeno também se verifica em âmbito nacional, tanto em indústrias intensivas em mão de obra quanto em aquelas intensivas em tecnologia (Morceiro, 2023). Embora ultrapassando o escopo deste trabalho, é relevante destacar, para exemplificar esse fenômeno em uma escala mais ampla, que, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, o estudo conduzido por Marcato et al. (2021) concluiu que o valor adicionado industrial do Brasil experimentou uma diminuição de 50% em sua participação no valor adicionado industrial global ao longo das últimas duas décadas.

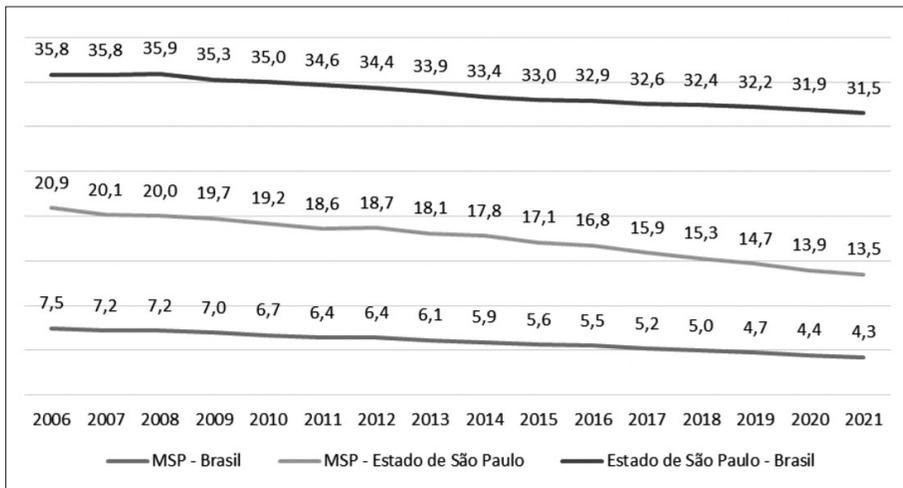
Outro processo relevante para contextualizar o trabalho industrial no município de São Paulo é a desconcentração. Este será abordado por meio da análise da participação do emprego industrial no município em relação ao emprego industrial no estado de São Paulo e no Brasil (Figura 3). Além disso, será apresentada a participação do estado de São Paulo em relação ao Brasil.

Em 2006, o emprego formal industrial no município de São Paulo correspondia a 7,5% do total do emprego industrial no Brasil (MSP-Brasil), diminuindo para 4,3% em 2021, o que significa uma variação de -43,3%. No que se refere a sua participação em relação ao estado de São Paulo, observa-se uma redução de 20,9% em 2006 para 13,5% em 2021, representando uma variação de -35,6%. Isso implica que o processo de desconcentração do emprego industrial na cidade é mais acentuado quando relacionado ao âmbito nacional do que ao estadual, embora ocorra em ambos os casos.

Vale ressaltar que esse processo de desconcentração também é observado entre o estado de São Paulo e o Brasil, onde a participação passa de 35,8% em 2006 para 31,5% em 2021. Mesmo quando se desconsidera o município de São Paulo dessa análise, ainda existe uma perda, indo de 28,3% em 2006 para 27,3% em 2021.

Conforme destacado no início desta seção, o desempenho do emprego industrial no Brasil tende a apresentar resultados quantitativos superiores aos alcançados pelo estado ou pelo município de São Paulo. Quando há ganhos, o Brasil tende a gerar mais empregos industriais, enquanto em situações de perda, a redução no Brasil tende a ser menos expressiva. Dessa combinação, resulta uma contínua desconcentração do emprego industrial do município para o estado de São Paulo e deste para o Brasil, tanto em termos relativos quanto absolutos.

**Figura 3 – Participação do emprego formal da indústria de uma unidade territorial em relação ao total de emprego formal da indústria de uma unidade territorial maior**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

É relevante salientar que, embora a participação do emprego industrial no município de São Paulo tenha alcançado 6% do total, e em termos absolutos tenha atingido um dos níveis mais baixos de sua história, ainda assim esse índice é aproximadamente três vezes superior<sup>6</sup> ao observado em

6 Consideramos dados da Rais referentes aos vínculos ativos em dezembro de 2021: São Paulo com 308.602, Rio de Janeiro com 106.906, Manaus com 102.728 e Guarulhos com 86.748.

idades como Rio de Janeiro e Manaus, que ocupam o segundo e terceiro lugares, respectivamente, no ranking nacional. Além disso, ao considerarmos que o município de São Paulo compartilha limites geográficos com a quarta colocada na lista, a cidade de Guarulhos, torna-se mais evidente a relevância da indústria tanto na cidade de São Paulo quanto em seu entorno metropolitano e estadual.

É comum o centro de comando das empresas industriais ficar na cidade de São Paulo, sendo a sede da empresa, enquanto a unidade produtiva é que sai do município. Isso fica evidente quando se examina os empregos industriais no distrito do Itaim Bibi, um dos centros empresariais da cidade. Percebe-se que todos os funcionários são declarados sob aquele determinado endereço, que é o da sede da empresa. Portanto, é incumbida à empresa a atividade de gestão do território, que agora não se limita apenas ao âmbito municipal.

## DINÂMICA ESPACIAL

Como primeira abordagem da distribuição espacial do trabalho na indústria, foram analisados os dados de emprego formal nas diversas regiões da cidade<sup>7</sup>, considerando o porte dos estabelecimentos. Observa-se que a região leste da cidade apresenta o maior contingente de empregos na indústria, totalizando 90 mil postos de trabalho em 2021, o que corresponde a 29%. Tal fenômeno pode ser atribuído principalmente à composição dessa região, na qual os distritos do Brás e do Pari se destacam, sendo reconhecidos pela significativa presença da indústria de confecção, a qual demanda uma considerável quantidade de mão de obra. Outros distritos de relevância nesse contexto são a Mooca, que se destaca pela concentração de indústrias de produtos metálicos, e a Vila Prudente. Juntos eles formam o lado leste do eixo do Rio Tamanduateí, uma importante ligação

<sup>7</sup> Veja o mapa da divisão regional do município de São Paulo no fim deste capítulo.

feita pela Avenida do Estado com a região do ABC<sup>8</sup> paulista, conhecida pela presença histórica da indústria automobilística.

A segunda posição é ocupada pela região sul da cidade, que conta com um contingente de 74 mil empregos em 2021, correspondendo a 24%. Destacam-se nessa região o distrito de Santo Amaro e o eixo Jurubatuba, composto pelo distrito de Campo Grande. Na terceira posição está a região norte, com 50 mil empregos, destacando-se os distritos de Vila Maria e São Domingos, que se caracterizam por suas conexões rodoviárias. No primeiro caso, as Rodovias Dutra, Ayrton Senna e Fernão Dias, enquanto no segundo caso a Rodovia Anhanguera. A região oeste ocupa a quarta posição, contabilizando 46 mil empregos, sendo o distrito da Barra Funda seu principal destaque, caracterizando-se como uma área industrial histórica da cidade. Por fim, a região central da cidade figura em último lugar, com 27 mil empregos (9%). O distrito do Bom Retiro se destaca nessa região devido a sua indústria de confecção de vestuário. Apesar de estar situado na região da cidade com menor número de empregos industriais, o Bom Retiro ocupa o segundo lugar no ranking de distritos em termos de empregos.

No que diz respeito ao porte dos estabelecimentos, as grandes empresas<sup>9</sup>, que empregam mais de 500 trabalhadores formalmente, concentram-se principalmente nas regiões sul e oeste da cidade. Essa concentração é evidenciada pela presença de grandes instalações próximas a importantes vias e em antigas zonas industriais, exemplificadas pelo distrito de Campo Grande (Jurubatuba) e pelo distrito da Barra Funda. Por outro lado, as empresas de pequeno porte e microempresas se destacam na região leste da cidade, principalmente devido às características da indústria predominante nessa área, que inclui confecções de vestuário, pequenas metalúrgicas e fabricação de produtos alimentícios.

8 Região formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Tradicionalmente, contudo, inclui os municípios de Mauá e Diadema por sua complementariedade funcional, sobretudo quando pensamos o mercado de trabalho.

9 A classificação de porte utiliza empresa. Contudo, em função do cadastro utilizado (RAIS), os dados apresentados correspondem aos estabelecimentos.

**Tabela 1 – Empregos na indústria, por regiões e segundo porte do estabelecimento, 2021<sup>10</sup>**

Regiões	Microempresa até 19 empregos	Empresa de pequeno porte 19 a 99 empregos	Empresa de médio porte 99 a 499 empregos	Grande empresa Mais de 500 empregos	Total
Centro	8.045	9.712	3.710	5.681	27.148
Leste	33.992	33.991	15.261	6.837	90.081
Norte	13.547	15.853	13.076	7.746	50.222
Oeste	7.512	10.714	13.067	15.083	46.376
Sul	17.751	22.461	15.376	18.789	74.377
Não localizado	4.160	5.124	7.808	3.274	20.366
Total	85.007	97.855	68.298	57.410	308.570

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Quando os dados de emprego das diversas regiões divididas por setores da indústria são analisados, identifica-se quais atividades são mais relevantes em cada região, bem como o peso de cada setor no total do emprego industrial. Conforme demonstrado na tabela a seguir, as regiões sul e norte da cidade exibem uma composição mais diversificada de atividades industriais, enquanto as regiões centro e leste representam o contrário, um nível superior de especialização de atividade, sendo que a confecção de artigos do vestuário e acessórios representa, respectivamente 38% e 24% dos empregos das regiões. Já a região oeste da cidade apresenta algum nível de diversidade, com destaque para a fabricação de produtos químicos que concentra 23% do total de empregos desse setor no município.

A confecção de artigos de vestuário e acessórios, com seus 47 mil empregos, representa 15,5% do total, colocando-a em primeiro lugar na lista de divisão da indústria. Em seguida, destacam-se a fabricação de produtos alimentícios, com 11,3%, e a fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, com 9,3%. Além disso, a indústria farmoquímica se

10 Os dados são obtidos diretamente do Ministério do Trabalho e Emprego tendo como menor unidade territorial os distritos do município de São Paulo. Contudo, parte dos estabelecimentos não são localizados.

destaca com 35 mil empregos, o equivalente a 11,5% do total de empregos industriais, aqui avaliando conjuntamente duas divisões da classificação nacional de atividades econômicas (CNAE): fabricação de produtos químicos e fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos.

**Tabela 2 – Empregos na indústria, por divisão e segundo regiões, 2021**

Divisão	Centro	Leste	Norte	Oeste	Sul	Não localizado	Total
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10.468	21.985	6.105	3.591	4.903	704	47.756
Fabricação de produtos alimentícios	2.525	11.053	3.230	6.198	8.055	3.791	34.852
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	607	11.606	5.093	1.957	7.756	1.649	28.668
Fabricação de produtos de borracha de material plástico	763	7.841	6.819	1.719	4.884	2.065	24.091
Fabricação de produtos químicos	2.237	3.109	3.122	4.310	4.008	1.937	18.723
Fabricação de máquinas e equipamentos	765	4.974	4.863	3.216	4.092	679	18.589
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	74	35	3.360	4.254	7.262	1.880	16.865
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.837	3.589	1.588	1.839	5.647	1.104	15.554
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.932	2.492	1.577	1.223	6.348	1.260	14.832
Fabricação de produtos diversos	1.832	4.710	2.384	1.534	3.469	481	14.410
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	639	2.881	2.231	1.866	3.827	1.031	12.475
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	259	1.503	1.542	3.183	2.664	718	9.869
Fabricação de produtos têxteis	754	3.598	2.049	834	2.195	307	9.737
Impressão e reprodução de gravações	831	2.415	1.404	2.057	2.087	667	9.461
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	133	2.072	1.158	2.465	1.175	347	7.350
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	154	1.766	1.350	1.298	2.256	422	7.246
Fabricação de móveis	169	1.441	1.016	379	1.264	166	4.435
Metalurgia	144	1.424	704	529	812	608	4.221
Fabricação de bebidas	56	70	21	3.209	168	2	3.526
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	114	967	278	174	233	65	1.831
Fabricação de produtos de madeira	800	247	185	91	399	9	1.816
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	27	291	191	123	856	286	1.774
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	28	-	12	191	17	103	351
Fabricação de produtos do fumo	-	-	2	136	-	-	138
<b>Total</b>	<b>27.148</b>	<b>90.081</b>	<b>50.222</b>	<b>46.376</b>	<b>74.377</b>	<b>20.366</b>	<b>308.570</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Quando se olha para a participação do emprego na indústria por setores nos anos de 2010 e 2021, observa-se que o resultado geral para o município revela uma variação negativa de 39% entre os anos de 2010 e 2021, diminuindo de 505.236 para 308.570 empregos formais na indústria. O ano de 2010 foi selecionado por representar o ano recente em que o número de empregos formais atingiu seu pico.

Ao compararmos a participação dos setores em 2010 e 2021, constatamos que a confecção de artigos do vestuário e acessórios, o maior setor em número de empregos, foi aquele que mais perdeu em pontos percentuais, reduzindo de 16,7% para 15,5%. Esse setor é conhecido pelo declínio do emprego devido à competição dos produtos chineses. Por outro lado, a fabricação de produtos alimentícios, segundo maior setor em número de empregos, registrou o maior ganho em pontos percentuais, aumentando de 7,7% para 11,3%. Além disso, é importante notar que esse setor teve uma variação percentual de empregos abaixo da média para o período, de apenas -10%, demonstrando uma resistência ao processo de desindustrialização e uma adaptação eficaz ao contexto de grandes cidades.

O setor de produtos farmoquímicos e farmacêuticos também apresentou uma adaptação positiva ao contexto urbano, com uma variação percentual no número de empregos entre os anos de 2010 e 2021 de -16%, abaixo da média, o que resultou em um ganho de 1,5 pontos percentuais, alcançando uma participação de 5,5% em 2021. O setor de produtos químicos, embora de forma menos robusta, também demonstrou um comportamento semelhante, com uma variação percentual do número de empregos pouco abaixo da média (-33%) e um ganho de 0,5 ponto percentual na participação em 2021, alcançando 6,1%.

O único setor que registrou variação percentual positiva entre os anos de 2010 e 2021 foi o de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos<sup>11</sup>, com um aumento de 37%. Sua participação

11 Esta divisão não compreende a manutenção e reparação de equipamentos de comunicação e computadores e periféricos (divisão 95) e a reparação de artefatos domésticos (divisão 95). A instalação, manutenção e reparação das máquinas e equipamentos, quando realizadas pela unidade fabricante, são classificadas nas mesmas classes da fabricação (exceto elevadores, escadas e esteiras rolantes: divisão 43).

aumentou em 2,2 pontos percentuais, passando de 1,8% para 4%. É relevante ressaltar que, de acordo com a CNAE, essa divisão abrange as atividades de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos utilizados no processo de produção industrial, realizadas por unidades especializadas, geralmente por meio de contratos específicos.

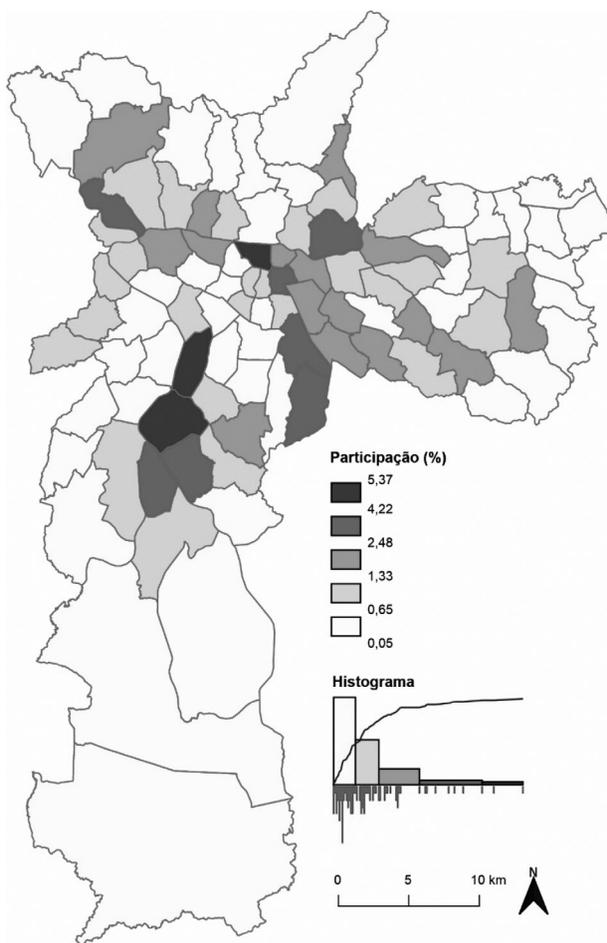
**Tabela 3 – Empregos na indústria, por divisão**

Divisão	Variação (%) 2010/2021	Participação 2021	Participação 2010
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	-43,4	15,5	16,7
Fabricação de produtos alimentícios	-10,5	11,3	7,7
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-44,7	9,3	10,3
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	-38,4	7,8	7,7
Fabricação de produtos químicos	-33,0	6,1	5,5
Fabricação de máquinas e equipamentos	-46,7	6,0	6,9
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-16,2	5,5	4,0
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	-48,9	5,0	6,0
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-48,3	4,8	5,7
Fabricação de produtos diversos	-21,4	4,7	3,6
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	37,2	4,0	1,8
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-46,9	3,2	3,7
Fabricação de produtos têxteis	-49,4	3,2	3,8
Impressão e reprodução de gravações	-53,0	3,1	4,0
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-41,3	2,4	2,5
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-47,0	2,3	2,7
Fabricação de móveis	-38,1	1,4	1,4
Metalurgia	-60,9	1,4	2,1
Fabricação de bebidas	-2,5	1,1	0,7
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-67,4	0,6	1,1
Fabricação de produtos de madeira	-46,8	0,6	0,7
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-41,3	0,6	0,6
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-84,9	0,1	0,5
Fabricação de produtos do fumo	-89,7	0,0	0,3
<b>Total</b>	<b>-38,93</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Em uma análise mais detalhada, é possível examinar a distribuição do emprego formal industrial por distritos no município de São Paulo. No Mapa 1, é possível visualizar a disposição espacial das concentrações do emprego industrial no ano de 2021, destacando-se três distritos em particular: Itaim Bibi, Bom Retiro e Santo Amaro, com as maiores participações, respectivamente, de 5,4%, 4,6% e 4,2% (Mapa 1).

**Mapa 1 – Participação do emprego formal na indústria, por distrito, 2021**



Veja o mapa da divisão regional do município de São Paulo e principais eixos viários no fim deste capítulo.  
 Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

É importante fornecer uma explicação sobre o motivo pelo qual o Itaim Bibi aparece como o distrito com o maior número de empregos formais. Isso se deve a uma particularidade dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que apresenta uma limitação em seu uso. Nesse caso, os números correspondem à declaração do número de empregados associados à localização da sede da empresa e não à unidade produtiva. Como o distrito é transpassado pelo eixo empresarial composto pela Avenida Faria Lima (parcialmente), Avenida Engenheiro Luís Carlos Bertrini e Avenida das Nações Unidas, onde há uma concentração de sedes de grandes empresas, inclusive do setor industrial, essa distorção é observada.

O distrito do Bom Retiro é historicamente reconhecido por sua força na indústria de confecção de vestuário, setor que registrou, no ano de 2021, um total de 9.670 empregos formais. Em conjunto com os distritos do Brás e Pari, o Bom Retiro baliza o perímetro do distrito da Sé, o centro histórico da cidade. Inicialmente, essa região foi ocupada por diversos tipos de fábricas durante o período de industrialização, as quais, posteriormente, deslocaram-se para outras localidades. No entanto, ao longo do tempo, a atividade industrial adaptou-se e a confecção de vestuário consolidou-se como principal ocupação desse espaço.

Além da indústria de confecção, destaca-se no Bom Retiro outra atividade relevante, a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, na qual o distrito ocupa a segunda posição em termos de número de empregos no ano de 2021.

O distrito de Santo Amaro representa uma combinação das situações previamente delineadas nos distritos de Itaim Bibi e Bom Retiro. Dotado de uma base industrial historicamente estabelecida, abriga uma área composta por galpões e fábricas, assim como conta com vias principais que concentram atividades empresariais e sedes de empresas, em uma extensão do cenário observado no Itaim Bibi e na Avenida Luís Carlos Bertrini e Avenida das Nações Unidas, formando o vetor sudoeste (Frúgoli Jr., 2000). Desse modo, emerge a dualidade do emprego em Santo Amaro,

que inclui tanto os postos de trabalho efetivamente localizados no espaço físico do distrito quanto aqueles artificialmente vinculados à região por estarem registrados nas sedes administrativas das indústrias ali instaladas.

De maneira destacada, Santo Amaro se configura como o principal distrito para três importantes atividades industriais, nomeadamente: a fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, a fabricação de produtos químicos e a fabricação de produtos alimentícios. Como mencionado anteriormente, os setores químico e farmacêutico têm demonstrado resiliência frente ao processo de desindustrialização, revelando uma notável adaptabilidade ao ambiente urbano.

Entretanto, o distrito de Santo Amaro também ilustra vividamente o fenômeno da desindustrialização, caracterizado pela substituição de funções espaciais em decorrência da valorização da terra urbana. Observa-se a substituição de antigas fábricas, por exemplo, por concessionárias de automóveis e, subsequentemente, por edifícios residenciais ou comerciais (Padua, 2008). A valorização da terra tende a elevar-se e o potencial de ganho para proprietários detentores de grandes terrenos, mesmo com atividades industriais em pleno funcionamento, transforma-se em uma oportunidade de negócio, incentivando a realocação das operações industriais.

Partindo do distrito de Santo Amaro e seguindo no sentido sul da cidade, ao longo da Avenida das Nações Unidas, popularmente conhecida como Marginal do Rio Pinheiros, alcançamos o distrito do Campo Grande, onde o curso do rio se transforma em rio Jurubatuba, acompanhando a avenida rodeada por fábricas e galpões. Esse é um importante polo industrial da cidade que consegue se manter com uma pressão relativamente baixa do mercado imobiliário. O poder público buscou posicionar a área sob a designação de Zona de Desenvolvimento Econômico, conforme proposto no Plano Diretor Estratégico de 2014 e incorporado à Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2016. Esses são territórios caracterizados pelo predomínio de uso industrial, destinados à manutenção,

incentivo e modernização dessas atividades, com o intuito de promover a indústria de alta tecnologia.

O distrito de Campo Grande destaca-se como um dos poucos que, entre os anos de 2010 e 2021, registrou crescimento no número de empregos industriais, com uma variação de 3,5%, totalizando 9.481 empregos formais. Essa ascensão posiciona o distrito como o sexto em termos de número de empregos industriais na cidade. Sua participação no total de empregos industriais passou de 1,9% em 2010 para 3,3% em 2021, representando uma variação positiva de 1,4 pontos percentuais. Esse desempenho reveste-se de importância, pois a região mantém a típica configuração de uma zona industrial, refletindo, portanto, o desempenho real das empresas em operação, sem ser afetada pelo fenômeno de sede de empresas, como observado no Itaim Bibi.

No entanto, a região enfrenta substituições de atividades industriais por grandes supermercados atacadistas, concessionárias de veículos e, sempre que possível, a presença de edifícios residenciais nas margens da área industrial que acabam gerando pressão sobre o valor da terra.

No lado oposto do rio Jurubatuba, encontra-se o distrito do Sororro, que apresenta em sua parte norte uma zona industrial delimitada pelo zoneamento da cidade como Zona Predominantemente Industrial (ZPI). O distrito figura como o nono em número de empregos formais na cidade, sendo os setores de fabricação de produtos de borracha, material plástico e produtos químicos os principais empregadores.

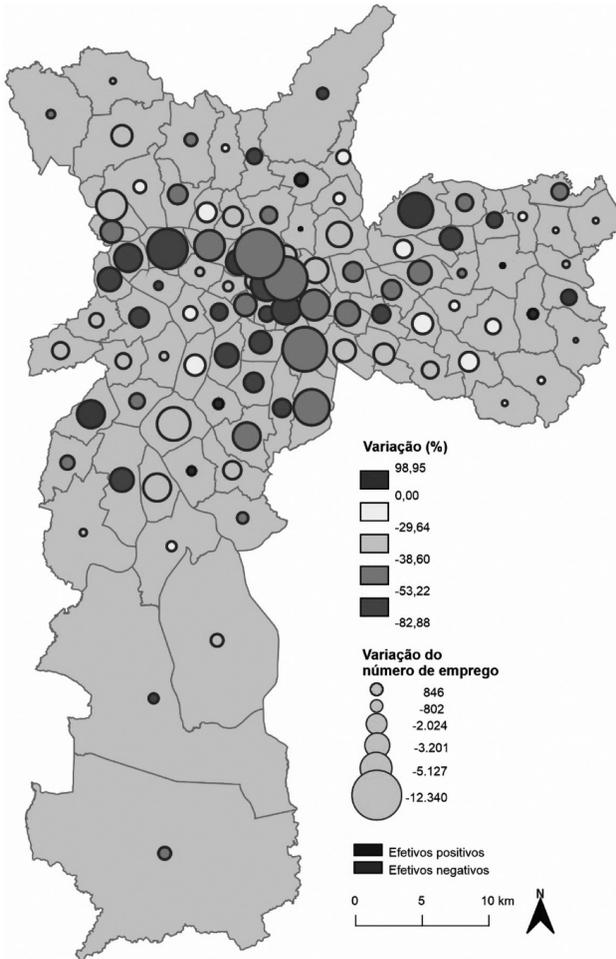
Outro eixo industrial relevante na cidade de São Paulo é o do rio Tamanduateí, ao longo da Avenida do Estado, que estabelece uma conexão com a região do ABC paulista. Esta região detém uma significativa importância na história industrial do país, sendo reconhecida como um centro histórico para a cadeia produtiva da indústria automobilística, além de figurar como um símbolo do movimento sindical. O eixo do Tamanduateí abrange o distrito do Ipiranga, mais especificamente os bairros da

Vila Independência e Vila Carioca, bem como os distritos da Mooca e Vila Prudente, especialmente em suas áreas designadas como ZPI, sujeitas, portanto, a algum nível de proteção definido pela legislação de zoneamento da cidade. Entre os três distritos, o Ipiranga é o que possui o maior contingente de empregos formais, ocupando a quinta posição no município. Apresenta uma participação relevante no emprego em atividades como a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, a fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos) e a confecção de artigos de vestuário e acessórios.

Quando se analisa a variação do emprego entre os anos de 2010 e 2021 por distritos, constata-se que a maioria apresentou resultados negativos, refletindo uma média de -38,9% quando se considera o município como um todo. O mapa subsequente ilustra essa variação do emprego formal, representada tanto em valores absolutos, por meio do tamanho dos círculos, quanto em valores percentuais, indicados pela intensidade da cor nas classes da legenda. Os tons de verde denotam variações percentuais negativas, enquanto a cor amarela indica variação positiva. Destacam-se no centro do mapa dois grandes círculos, correspondentes aos distritos do Bom Retiro e Brás, ambos com variação negativa de -48,5% no número de empregos. Dado o elevado contingente de empregos nesses distritos, a variação absoluta reflete essa magnitude.

No eixo do Tamanduateí, a perda de emprego foi significativa, sobretudo no distrito do Ipiranga, registrando uma variação de -50% no período analisado. Por outro lado, no distrito de Vila Prudente, o resultado foi menos acentuado, com uma variação de -32%, resultando em um desempenho abaixo da média observada para o município. No eixo do Juruatuba, mais especificamente no distrito de Campo Grande, foi registrada uma variação positiva de 3,5% no número de empregos. Os resultados dos distritos de Santo Amaro e Socorro também se destacam, com variações de -31% e -34%, respectivamente, sendo considerados resultados favoráveis, visto que apresentam valores abaixo da média.

Mapa 2 – Variação do emprego formal na indústria, por distrito, 2010/2021



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

O distrito de José Bonifácio, localizado na zona leste da cidade, registrou uma variação percentual positiva de 13% durante o período analisado, resultando em um acréscimo de 490 empregos formais, totalizando 4.345 empregos em 2021. É relevante destacar que nessa área está estabelecida uma Zona Predominantemente Industrial (ZPI), conforme definido na lei

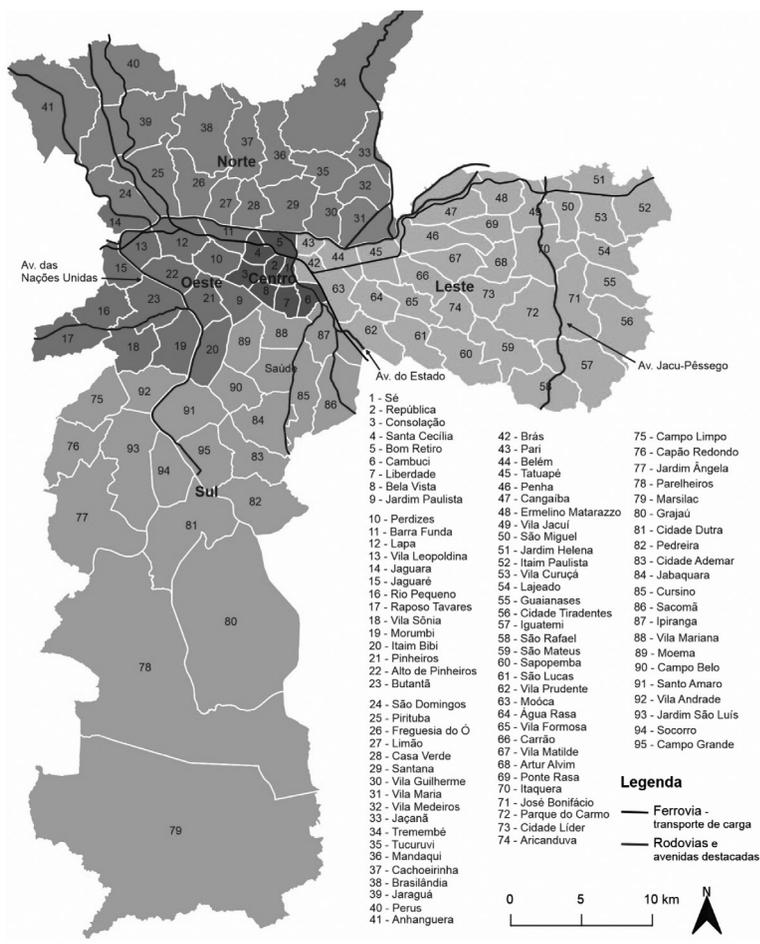
de zoneamento de 2016. Essa designação reflete o esforço ou a intenção do poder público em estabelecer na região da Avenida Jacu-Pêssego um novo polo de desenvolvimento para a cidade. Outros resultados positivos, embora pouco representativos, são observados em distritos como Vila Guilherme, com uma variação positiva de 52 empregos, e Itaquera, com um acréscimo de 85 empregos. Por outro lado, alguns resultados podem indicar possíveis erros no georreferenciamento, como é o caso de Tucuruvi, que apresenta um aumento significativo no número de empregos, embora partindo de uma base inicial reduzida, ou de Campo Belo, que pode estar sujeito à questão da declaração do número de empregados na sede da empresa e não na unidade produtiva. Um resumo geral dos dados analisados anteriormente nos mapas é apresentado na tabela a seguir, destacando os principais distritos,

**Tabela 4 – Principais distritos municipais em número de empregos formais na indústria**

Distrito	Emprego 2010	Emprego 2021	Variação (%) 2010/2021	Participação do emprego 2010	Participação do emprego 2021
Itaim Bibi	17.564	15.466	-11,9	3,6	5,4
Bom Retiro	25.454	13.114	-48,5	5,3	4,6
Santo Amaro	17.732	12.176	-31,3	3,7	4,2
Brás	20.646	10.626	-48,5	4,3	3,7
Ipiranga	19.716	9.877	-49,9	4,1	3,4
Campo Grande	9.157	9.481	3,5	1,9	3,3
São Domingos	13.026	8.344	-35,9	2,7	2,9
Sacomã	14.225	7.715	-45,8	2,9	2,7
Socorro	11.401	7.525	-34,0	2,4	2,6
Vila Maria	10.340	7.154	-30,8	2,1	2,5
Moóca	10.056	5.571	-44,6	2,1	1,9
Jabaquara	9.355	5.443	-41,8	1,9	1,9
Vila Prudente	7.867	5.334	-32,2	1,6	1,9
Aricanduva	7.427	5.310	-28,5	1,5	1,8
Belém	8.491	5.290	-37,7	1,8	1,8
Lapa	13.155	5.209	-60,4	2,7	1,8
Barra Funda	10.004	5.185	-48,2	2,1	1,8
São Mateus	6.528	4.729	-27,6	1,4	1,6
Penha	6.208	4.564	-26,5	1,3	1,6
Limão	6.266	4.435	-29,2	1,3	1,5
José Bonifácio	3.855	4.345	12,7	0,8	1,5
Água Rasa	7.312	4.320	-40,9	1,5	1,5
São Lucas	6.149	3.942	-35,9	1,3	1,4
Pari	5.945	3.939	-33,7	1,2	1,4
Jaraguá	5.902	3.878	-34,3	1,2	1,3
Jaçanã	4.747	3.843	-19,0	1,0	1,3
Cambuci	7.928	3.556	-55,1	1,6	1,2
Vila Guilherme	3.376	3.428	1,5	0,7	1,2
Casa Verde	5.105	3.357	-34,2	1,1	1,2
Pirituba	4.078	3.303	-19,0	0,8	1,1
Jaquara	5.697	3.123	-45,2	1,2	1,1
Carrão	5.081	3.115	-38,7	1,1	1,1
Parque do Carmo	4.312	3.064	-28,9	0,9	1,1
Sapopemba	4.214	2.898	-31,2	0,9	1,0
Sé	7.905	2.778	-64,9	1,6	1,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Mapa 3 – Regiões, distritos e principais eixos viários e ferroviários



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dinâmica espacial do trabalho na indústria no município de São Paulo revela um contexto complexo e em constante transformação. Inicialmente, destacou-se a importância da indústria para o desenvolvimento econômico e estrutural da maior cidade do país,

contribuindo não apenas para o crescimento populacional e econômico, mas também para a configuração urbana e identidade da cidade.

Entretanto, constatou-se um processo significativo de desindustrialização ao longo das décadas, sobretudo a partir da década de 1980, acompanhado por uma desconcentração industrial, processos estes que, como destacado, perduram até os dias atuais. Esses fenômenos, embora observados em outras regiões do mundo, apresentam características distintas no contexto paulistano. Além dos fatores tecnológicos, organizacionais e políticas nacionais e supranacionais que influenciam o mercado de trabalho no setor industrial, há também o impacto do mercado imobiliário na cidade. A pressão sobre as zonas industriais remanescentes e o papel dos gestores territoriais na regulamentação do uso e ocupação desses espaços também influenciam diretamente a distribuição espacial e a dinâmica do emprego na indústria.

Apesar das transformações, a indústria ainda desempenha um papel relevante na economia da cidade de São Paulo, especialmente nos setores de confecção de vestuário, alimentos, produtos químicos e farmacêuticos, produtos de metal, borracha e plástico, além de máquinas e equipamentos, evidenciando sua diversificação produtiva. A distribuição espacial do emprego industrial na cidade revela padrões distintos em diversas regiões, com concentrações significativas em áreas tradicionalmente ocupadas pela indústria, como Brás, Bom Retiro e Santo Amaro. Além disso, permanecem ativos os antigos eixos industriais do Tamanduateí e Jurubatuba, havendo algumas tentativas de desenvolver um novo eixo industrial ao longo da Avenida Jacu-Pêssego, na zona leste da cidade.

Por fim, a dinâmica do trabalho na indústria no município de São Paulo é influenciada por uma série de fatores, incluindo processos de desindustrialização e desconcentração industrial, introdução de novas tecnologias, e características geográficas e econômicas da cidade. Compreender esses fatores é fundamental para entender os desafios e oportunidades enfrentados pela indústria paulistana e para formular políticas e estratégias que promovam seu desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ABDE. *Cadernos temáticos: Impactos da Covid-19 no setor industrial*. Rio de Janeiro, 2021.
- CORDEIRO, H. K. A “cidade mundial” de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano. In: SANTOS, M. et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1993.
- COMIN, A. et al. (org.). *Metamorfoses paulistanas: atlas geoeconômico da cidade*. São Paulo: Coedição SMDU/CEBRAP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Editora UNESP, 2012.
- LENCIONI, S. A metamorphose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.120, p. 133-148, jan./jun. 2011.
- FINATTI, R. *Aglomeraciones industriais no Brasil: uso do território e transformações recentes*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- GUERRA, A. et al. Impactos da reestruturação produtiva no mundo do trabalho. In: POCHMANN, M. *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- FRÚGOLI JR., H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez, Universidade de São Paulo, 2000.
- HADDAD, E.A.; VIEIRA, R.S. Mobilidade, Acessibilidade e Produtividade: nota sobre a valoração econômica do tempo de viagem na Região Metropolitana de São Paulo. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 343-365, set-dez, 2015.
- MARCATO, M. B. et al. Impactos da Covid-19 na Indústria de Transformação do Brasil. In: ABDE. *Cadernos temáticos: Impactos da Covid-19 no setor industrial*. Rio de Janeiro, 2021.
- MORCEIRO, P. C. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo do setor manufatureiro brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy* 43, 418-441, 2023.
- PADUA, R. F. Desindustrialização e reestruturação do espaço em São Paulo. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, vol. 7, núm. 14, pp. 41-48, 2008
- ROLNIK, R.; KOWARICK, L. & SOMEKH, N. (coord.) São Paulo: *crise e mudança*, São Paulo: Brasiliense/SEMPA, 1990.

# Panorama do mercado de trabalho formal no município de São Paulo em 2022

Jacqueline Aslan Souen<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva traçar um panorama breve e atualizado do mercado de trabalho formal do município de São Paulo, a partir das informações divulgadas pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes ao ano de 2022. Com esse propósito, segue uma análise estatística descritiva com base nas seguintes variáveis: grandes setores e subsetores de atividade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); escolaridade; categorias ocupacionais, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2002), agrupada no nível de dois dígitos, denominado de Subgrupo Principal, com 49 ocupações<sup>2</sup>; faixa de remuneração média por salário mínimo; e tipo de vínculo. Destacando que essas variáveis foram compiladas atravessadas pela condição de sexo do trabalhador.

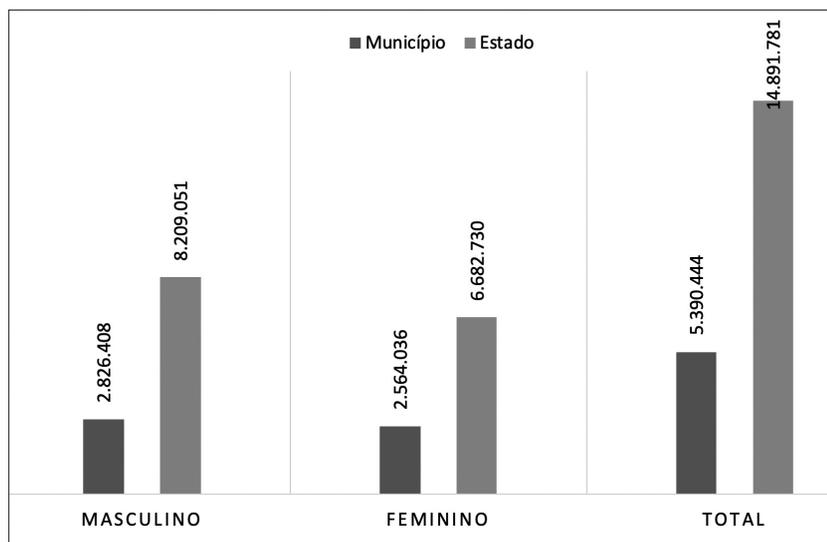
1 Bacharel em Ciências Econômicas e doutora em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Pesquisadora e Pós-doutoranda do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - Núcleo de Trabalho de Pessoas com Deficiência (NTPcD/CESIT/IE/Unicamp). Contato: [jacsouen@gmail.com](mailto:jacsouen@gmail.com).

2 A CBO possui uma estrutura hierárquico-piramidal composta por 10 grandes grupos ocupacionais, que se subdividem em 49 subgrupos principais. Esses subgrupos principais se desagregam em 192 subgrupos, que podem ser separados ainda em 596 grupos de base ou famílias, as quais, por sua vez, são desagregadas em 2.422 ocupações. Contudo, ressalta-se que, no ano de 2022, para o município de São Paulo, a RAIS identificou 46 subgrupos principais. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/informacoesGerais.jsf#7> Acesso em: 22 mar. 2024.

## RESULTADOS

Conforme os dados da RAIS, no Gráfico 1, foram observados um total geral de 5.390.446<sup>3</sup> **vínculos formais no município de São Paulo**, em 2022. Desse total, 2.826.408 eram homens e 2.564.036 eram mulheres, ou seja, uma participação de 52,4% de homens e 47,6% de mulheres no mercado de trabalho formal da cidade de São Paulo. Ressalta-se ainda que esse resultado representava uma participação dos vínculos formais do município de 36,2% em relação ao total de 14.891.791<sup>4</sup> vínculos formais do estado de São Paulo em 2022, sendo 55,1% de homens e 44,9% de mulheres.

**Gráfico 1 – Ocupados formais do estado e do município de São Paulo, por sexo, 2022 (%)**



Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota: os totais **não consideram** os valores "Ignorado" (valor fora do domínio previsto, 2 no município e 10 no estado).

3 Esse total inclui o registro do valor "ignorado", referente a dois vínculos fora do domínio previsto, portanto excedendo a soma dos valores de homens e mulheres de 5.390.444 vínculos, como mostra o Gráfico 1.

4 Esse total inclui o registro do valor "Ignorado", referente a dez vínculos fora do domínio previsto, portanto excedendo a soma dos valores de homens e mulheres de 14.891.781 vínculos, como mostra o Gráfico 1.

## SETOR DE ATIVIDADE

Na análise por grandes setores de atividade, a Tabela 1 mostra que, em 2022, na cidade de São Paulo, mais de 3,8 milhões de trabalhadores formais estavam no setor de serviços, ou seja, 70,0% dos vínculos. O setor de comércio veio em segundo lugar, com mais de 900 mil vínculos, ou 16,7%. Na sequência, o setor da indústria, com um pouco mais de 400 mil trabalhadores, representou 7,7% dos vínculos. A construção civil, com 286 mil vínculos, participou com 5,3% e, por último, a agropecuária, com cerca de 8 mil trabalhadores, apresentou taxa de apenas 0,2%.

Observando a distribuição por sexo, serviços foi o único setor com maioria de mulheres, 51,8%, contra 48,2% de homens e, dentro do conjunto das mulheres, essa maioria nos serviços ficou evidenciada com uma proporção de 76,3%. A maior concentração de homens apareceu na construção, com 89,2%, contra apenas 10,8% de mulheres. Na sequência veio a agropecuária, com 78,4% de homens e 21,6% de mulheres. Na indústria, os homens representaram mais de 60,0% e as mulheres não chegaram a 40,0%. O comércio apresentou a menor distância entre homens e mulheres, com 54,3% e 45,7%, respectivamente.

**Tabela 1 – Ocupados formais por grandes setores de atividade e sexo, município de São Paulo, 2022**

IBGE Grande Setor	Masculino		Feminino		Ign. <sup>1</sup>	Masculino	Feminino	Total
	Nº Abs	Part (%)	Nº Abs	Part (%)		Part/Total (%)	Part/Total (%)	
Indústria	253.802	9,0	161.624	6,3	0	61,1	38,9	415.426
Construção Civil	255.011	9,0	31.029	1,2	0	89,2	10,8	286.040
Comércio	488.961	17,3	412.304	16,1	1	54,3	45,7	901.266
Serviços	1.821.799	64,5	1.957.267	76,3	1	48,2	51,8	3.779.067
Agropecuária	6.472	0,2	1.781	0,1	0	78,4	21,6	8.253
{\n class}	363	0,01	31	0,0	0	92,1	7,9	394
<b>Total</b>	<b>2.826.408</b>	<b>100</b>	<b>2.564.036</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>52,4</b>	<b>47,6</b>	<b>5.390.446</b>

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

A Tabela 2, com dados dos ocupados formais da cidade de São Paulo no ano de 2022 por subsetor de atividade e sexo, mostrou um total de mais de 4,9 milhões dos vínculos, cerca de 90,0%, em dez dos vinte e seis subsectores registrados, a saber: administração técnica profissional; administração pública; comércio varejista; alojamento e comunicação; médicos, odontológicos e veterinários; construção civil; transporte e comunicações; ensino; instituição financeira; comércio atacadista. Cerca de 1/4 do total geral foi absorvido por administração técnica profissional e o mesmo montante se distribuiu entre administração pública e comércio varejista.

A distribuição por sexo evidenciou que, em cinco desses principais subsectores, os homens apresentaram maior peso, a saber: administração técnica profissional (56,5%, contra 43,5%); comércio varejista (52,9%, contra 47,1%); construção (89,2%, contra 10,8%); transporte e comunicação (74,8%, contra 25,2%); e comércio atacadista (58,5%, contra 41,5%). Nos outros cinco subsectores as mulheres ficaram à frente, sendo: administração pública (56,4%, contra 43,6%); alojamento (57,2%, contra 42,8%); serviço e profissionais da saúde (74,8%, contra 25,2%); ensino (69,9%, contra 30,1%); e instituição financeira (52,3%, contra 47,7%).

**Tabela 2 – Ocupados formais por subsetor de atividade (IBGE) e sexo, município de São Paulo, 2022**

IBGE Subsetor	Masculino		Feminino		Ign. <sup>1</sup>
	Nº Abs.	Part/Total (%)	Nº Abs.	Part/Total (%)	
Adm. técnica profissional	784.040	56,5	602.588	43,5	1
Administração pública	313.098	43,6	405.330	56,4	0
Comércio varejista	359.614	52,9	320.688	47,1	1
Alojamento	244.834	42,8	327.690	57,2	0
Serviço de saúde	91.637	25,2	272.448	74,8	0
Construção civil	255.011	89,2	31.029	10,8	0
Transporte e comunicações	213.122	74,8	71.812	25,2	0
Ensino	69.516	30,1	161.451	69,9	0

continua

Instituição financeira	105.552	47,7	115.948	52,3	0
Comércio atacadista	129.347	58,5	91.616	41,5	0
Alimentos e bebidas	34.849	46,1	40.742	53,9	0
Indústria têxtil	22.677	36,5	39.461	63,5	0
Indústria química	34.801	59,9	23.252	40,1	0
Serviço utilidade pública	30.538	81,9	6.743	18,1	0
Indústria metalúrgica	28.274	82,1	6.146	17,9	0
Indústria mecânica	23.701	76,3	7.372	23,7	0
Papel e gráfica	16.113	56,7	12.317	43,3	0
Borracha, fumo, couros	16.155	61,1	10.292	38,9	0
Madeira e mobiliário	18.918	78,4	5.212	21,6	0
Elétrico e comunicação	9.925	66,4	5.019	33,6	0
Material de transporte	11.526	79,9	2.901	20,1	0
Agricultura	6.472	78,4	1.781	21,6	0
Prod. mineral não metálico	4.841	76,4	1.498	23,6	0
Extrativa mineral	1.166	70,9	478	29,1	0
Indústria calçados	318	62,5	191	37,5	0
Outros, ignorados	354	91,9	31	8,1	0
{ñ class}	9	100,0	-	0,0	0
<b>Total</b>	<b>2.826.408</b>	<b>52,4</b>	<b>2.564.036</b>	<b>47,6</b>	<b>2</b>

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

## ESCOLARIDADE

A Tabela 3, com dados de escolaridade por sexo, em 2022, identificou a maioria dos vínculos formais da cidade de São Paulo com ensino médio completo, correspondendo a mais de 2,5 milhões de pessoas (47,6%). Com ensino superior completo foram registrados um pouco mais de 1,7 milhões de vínculos (32,4%). Destaca-se que 14,8% do total dos ocupados estavam abaixo do ensino médio completo.

A distribuição por sexo revelou que as trabalhadoras com até o ensino médio completo tiveram taxas de participação bastante inferiores às taxas dos homens trabalhadores com mesmo nível de formação. Contra-

riamente, nos níveis de escolaridade mais elevados, as mulheres superaram os homens. No ensino superior incompleto eram 51,3% de mulheres, contra 48,7% de homens. No superior completo, a diferença foi um pouco maior: 57,1% para as mulheres, contra 42,9% para os homens.

**Tabela 3 – Ocupados formais por escolaridade e sexo, município de São Paulo, 2022**

Escolaridade <sup>1</sup>	Masculino		Feminino		Ign. <sup>2</sup>	Masculino	Feminino	Total
	Nº Abs.	Part (%)	Nº Abs.	Part (%)		Part/Total (%)	Part/Total (%)	
Analfabeto	8.692	0,3	3.635	0,1	0	70,5	29,5	12.327
Até 5º incompleto	41.491	1,5	14.356	0,6	0	74,3	25,7	55.847
5º completo fundamental	41.879	1,5	16.796	0,7	0	71,4	28,6	58.675
6º a 9º fundamental	98.121	3,5	44.409	1,7	0	68,8	31,2	142.530
Fundamental completo	191.507	6,8	109.999	4,3	0	63,5	36,5	301.506
Médio incompleto	144.363	5,1	81.648	3,2	0	63,9	36,1	226.011
Médio completo	1.414.124	50,0	1.153.166	45,0	0	55,1	44,9	2.567.290
Superior incompleto	136.180	4,8	143.584	5,6	0	48,7	51,3	279.764
Superior completo	750.051	26,5	996.443	38,9	0	42,9	57,1	1.746.494
Ignorado <sup>2</sup>	-	0	-	0	2	0	0	2
<b>Total</b>	<b>2.826.408</b>	<b>100</b>	<b>2.564.036</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>52,4</b>	<b>47,6</b>	<b>5.390.446</b>

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: Utilizou-se a variável: escolaridade agregada após 2005.

Nota 2: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

## CATEGORIA DE OCUPAÇÃO

Analisando a situação dos ocupados formais da cidade de São Paulo, em 2022, conforme as categorias de ocupação, considerando a agregação dos subgrupos principais da CBO, a Tabela 4 apontou que quase 4,0 milhões de trabalhadores, 74,1%, concentraram-se em apenas dez ocupações, a saber: trabalhadores dos serviços; escriturários; vendedores e prestadores de serviços do comércio; gerentes; professores leigos e de nível médio; trabalhadores de atendimento ao público; profissionais das

ciências sociais e humanas; trabalhadores de funções transversais; técnicos nível médio nas ciências administração; e profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia.

Observando essas dez principais ocupações, em seis delas as mulheres foram maioria: escriturários (56,5%, contra 43,5%); vendedores (52,7%, contra 47,3%); professores leigos (76,5%, contra 23,5%); trabalhadores de atendimento ao público (78,0%, contra 22,0%); profissionais de ciências sociais e humanas (59,9%, contra 40,1%); técnico de nível médio em ciências da administração (52,5%, contra 47,5%). Quanto aos homens, apareceram em maioria nas seguintes ocupações: trabalhadores dos serviços (56,3%, contra 43,7%); gerentes (52,6%, contra 47,4%); trabalhadores de funções transversais (86,5%, contra 13,5%) e profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia (75,8%, contra 24,2%).

**Tabela 4 – Ocupados formais por categoria de ocupação e sexo, município de São Paulo, 2022**

Categoria de ocupação <sup>1</sup>	Masculino		Feminino		Ign. <sup>2</sup>	Masculino	Feminino
	Nº Abs.	Part (%)	Nº Abs.	Part (%)		Part/Total (%)	Part/Total (%)
Trabalhadores dos serviços	592.119	20,9	460.240	17,9	0	56,3	43,7
Escriturários	311.675	11,0	404.800	15,8	0	43,5	56,5
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	191.172	6,8	212.736	8,3	0	47,3	52,7
Gerentes	173.251	6,1	156.327	6,1	0	52,6	47,4
Professores leigos e de nível médio	73.656	2,6	239.878	9,4	0	23,5	76,5
Trabalhadores de atendimento ao público	64.402	2,3	227.788	8,9	0	22,0	78,0
Profissionais das ciências sociais e humanas	105.119	3,7	156.697	6,1	0	40,1	59,9
Trabalhadores de funções transversais	208.522	7,4	32.458	1,3	0	86,5	13,5
Técnicos nível médio nas ciências adm.	97.338	3,4	107.693	4,2	0	47,5	52,5
Profissionais ciências exatas, físicas e da engen.	136.629	4,8	43.520	1,7	0	75,8	24,2
Trab. indústria extrativa e construção civil	176.521	6,2	2.427	0,1	0	98,6	1,4
Profissionais do ensino	49.878	1,8	106.460	4,2	0	31,9	68,1
Tecn. nível médio cien. biol., bioq., saúde e afins	32.912	1,2	120.215	4,7	0	21,5	78,5
Profissionais ciências biológicas, saúde e afins	41.237	1,5	93.614	3,7	0	30,6	69,4
Tecn. nível med, cienc. físic, quim., eng. e afins	85.070	3,0	16.399	0,6	0	83,8	16,2
Trabs. transformação de metais e compósitos	73.999	2,6	3.189	0,1	0	95,9	4,1

Trabs. Ind. têxtil, curtimento, vest. e artes graf.	25.635	0,9	31.512	1,2	0	44,9	55,1
Outros técnicos nível médio	30.180	1,1	15.840	0,6	0	65,6	34,4
Trabs. fabricação alimentos, bebidas e fumo	31.071	1,1	7.371	0,3	0	80,8	19,2
Comunicadores, artistas e religiosos	18.422	0,7	17.991	0,7	0	50,6	49,4
Trabs em reparação e manutenção mecânica	34.403	1,2	885	0,0	0	97,5	2,5
Dirigentes empr. e organiz. (exceto interesse públ.)	19.899	0,7	11.200	0,4	0	64,0	36,0
Profissionais ciências jurídicas	13.233	0,5	17.098	0,7	0	43,6	56,4
Outros trabs. Conserv., manut. e reparação	21.082	0,7	8.895	0,3	2	70,3	29,7
Trabs. fabricação e instalação eletroeletrônica	20.768	0,7	3.354	0,1	0	86,1	13,9
Polimantenedores	20.860	0,7	3.112	0,1	0	87,0	13,0
Técnicos nível médio em serviços de transportes	15.314	0,5	6.396	0,2	0	70,5	29,5
Diret. e geren. empr. serv. saúde, educ., ou serv. cult.	5.265	0,2	14.273	0,6	0	26,9	73,1
Tecn. nível médio serviços culturais, comun. e desp.	10.668	0,4	6.389	0,2	0	62,5	37,5
Membros superiores e dirigentes poder publico	8.548	0,3	7.294	0,3	0	54,0	46,0
Trabs. indust. processos contínuos e outras indust.	11.377	0,4	4.287	0,2	0	72,6	27,4
Trab. na exploração agropecuária	10.234	0,4	1.119	0,0	0	90,1	9,9
Oper. prod., capt., trat. e distr. (energ., água, utilid)	9.856	0,3	1.446	0,1	0	87,2	12,8
Pesquisadores e profissionais Policientíficos	5.445	0,2	4.892	0,2	0	52,7	47,3
Trabs. indústrias de madeira e mobiliário	9.398	0,3	330	0,01	0	96,6	3,4
Trabs. Instal. siderurg. e materiais construção	5.621	0,2	604	0,02	0	90,3	9,7
Técnicos polivalentes	3.586	0,1	715	0,03	0	83,4	16,6
Profissionais em gastronomia	2.661	0,1	1.092	0,04	0	70,9	29,1
Trabs. mecanização agropecuária e florestal	1.957	0,1	29	0,00	0	98,5	1,5
Trabs. instalações e maquin. de fabr. celul e papel	1.652	0,1	329	0,01	0	83,4	16,6
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	1.634	0,1	270	0,01	0	85,8	14,2
Pescadores e extrativistas florestais	932	0,03	78	0,003	0	92,3	7,7
Montad. aparelhos e instrum. precisão e musicais	935	0,03	72	0,003	0	92,9	7,1
Trabalhadores do artesanato	58	0,002	38	0,001	0	60,4	39,6
Produtores na exploração agropecuária	50	0,002	36	0,001	0	58,1	41,9
{ñ class.}	72.164	2,6	12.648	0,5	0	85,1	14,9
<b>Total</b>	<b>2.826.408</b>	<b>100</b>	<b>2.564.036</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>52,4</b>	<b>47,6</b>

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: Para definir as categorias de ocupação, utilizou-se a agregação da CBO 2002 no nível denominado subgrupo principal.

Nota 2: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

## REMUNERAÇÃO

Na Tabela 5, seguem as informações dos ocupados formais da cidade de São Paulo, conforme as faixas de remuneração média por salário mínimo, distribuídas por sexo do trabalhador. Observando os dados gerais,

do total de 5,39 milhões de vínculos formais do município, 1,24 milhão auferia remuneração média de até 1,5 salário mínimo, ou seja, 23,1% dos ocupados. Desse total, 57,7% eram mulheres e 42,3% homens.

A maior concentração do total dos vínculos apareceu na faixa entre 1,51 e 3,0 salários mínimos, 1,78 milhões (33,1%), sendo 56,9% de homens e 43,1% de mulheres. Ressalta-se que, a partir dessa faixa, as mulheres registraram proporções inferiores à dos homens.

**Tabela 5 – Ocupados formais por faixa de remuneração média em salário mínimo e sexo, município de São Paulo, 2022**

Faixa remuneração média (SM)	Masculino		Feminino		Ign. <sup>1</sup>	Masculino	Feminino	Total
	Nº Abs.	Part (%)	Nº Abs.	Part (%)		Part/Total (%)	Part/Total (%)	
Até 1,50	527.161	18,7	718.003	28,0	0	42,3	57,7	1.245.164
1,51 a 3,00	1.015.902	35,9	768.437	30,0	0	56,9	43,1	1.784.339
3,01 a 5,00	455.703	16,1	391.907	15,3	0	53,8	46,2	847.610
5,01 a 10,00	359.955	12,7	355.662	13,9	0	50,3	49,7	715.617
10,01 a 20,00	192.984	6,8	140.871	5,5	0	57,8	42,2	333.855
Mais de 20,00	97.740	3,5	63.638	2,5	0	60,6	39,4	161.378
{ñ class.}	176.963	6,3	125.518	4,9	2	58,5	41,5	302.483
<b>Total</b>	<b>2.826.408</b>	<b>100</b>	<b>2.564.036</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>52,4</b>	<b>47,6</b>	<b>5.390.446</b>

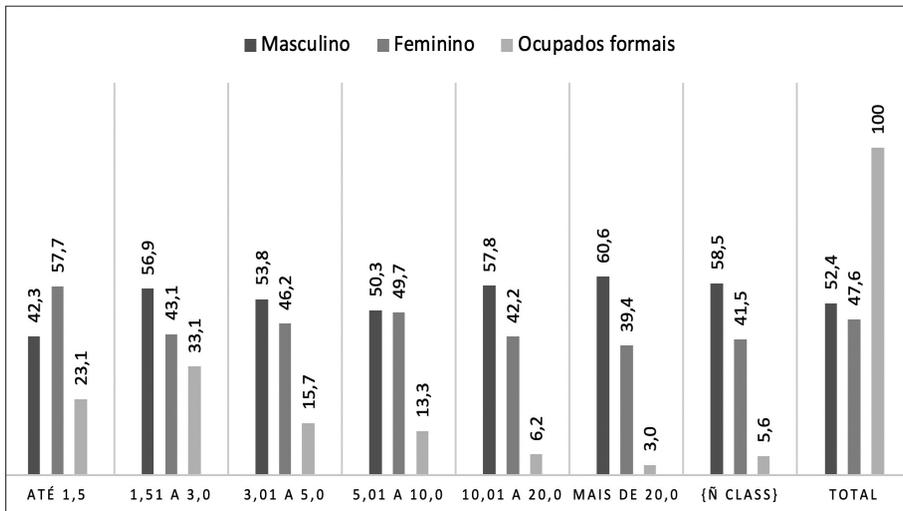
Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

Do total de 15,7% dos vínculos na faixa entre 3,01 e 5,0 salários mínimos, 53,8% eram homens e 46,2% mulheres. Na faixa entre 5,01 e 10,0 salários mínimos havia 13,3% de vínculos, sendo 50,3% de homens e 49,7% de mulheres. É importante destacar que, nesta faixa ocorreu a maior aproximação da proporção entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino. A partir daí, nas duas maiores faixas de remuneração média, as diferenças voltaram a se elevar em favor dos homens. Na faixa entre 10,01 e 20,0 salários mínimos, de um total de 6,2% de vínculos, 57,8% eram homens e 42,2% mulheres. E, por fim, de um total de apenas

3,0% de ocupados auferindo os maiores salários, na faixa de remuneração média de mais de 20,0 salários mínimos, a proporção de homens alcançou 60,6%, enquanto as mulheres representaram apenas 39,4%, a maior distância entre todas as faixas, chegando a 21,2 pontos percentuais de diferença (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Distribuição dos ocupados formais por faixa de remuneração média em salário mínimo e sexo, município de São Paulo, 2022 (%)**

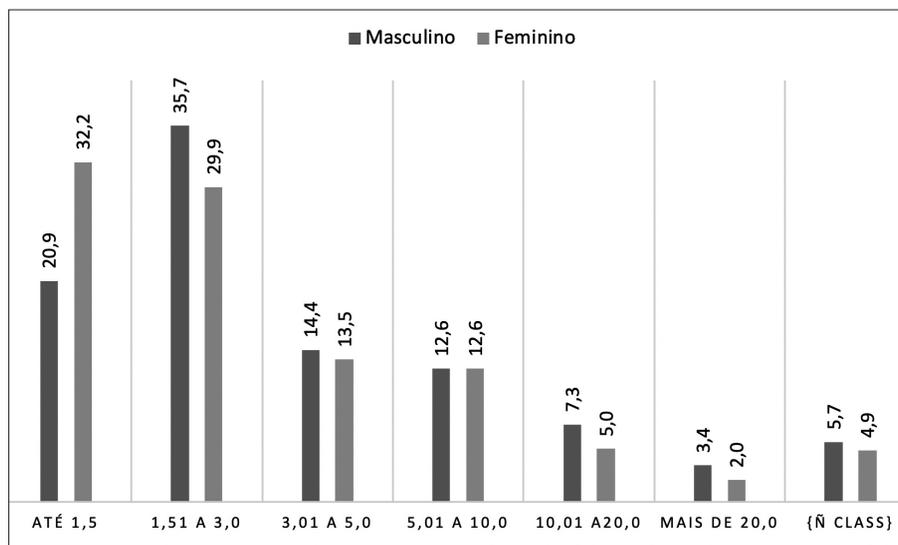


Fonte: RAIS (MTE).

O Gráfico 3 apresenta os dados do conjunto dos ocupados formais do município de São Paulo, referente às dez principais categorias de ocupação, descritas na Tabela 6, com concentração de 74,1% dos vínculos formais no ano de 2022. De acordo com a distribuição por faixa de remuneração média em salário mínimo e sexo, é possível verificar uma maioria de vínculos com remuneração de até 3,0 salários mínimos, com uma participação feminina de 62,1% e masculina de 56,6%, não fugindo da característica da distribuição da estrutura de remuneração do emprego formal do total do país.

Destaca-se que, na faixa de até 1,5 salário mínimo, as mulheres eram maioria, com taxa de 32,2%, enquanto os homens participaram com 20,9%. Na faixa entre 1,51 e 3,0 salários mínimos a situação se inverteu, com 35,7% de participantes homens e 29,9% mulheres. Na faixa entre 3,01 e 5,0 salários, as proporções ficaram muito próximas, com 14,4% para os vínculos masculinos e 13,5% para os femininos. Na faixa de remuneração entre 5,01 e 10,0 salários, ocorreu uma equiparação da participação entre homens e mulheres, sendo que, nas faixas de maiores remunerações, as diferenças voltaram a acontecer em favor dos homens.

**Gráfico 3 – Ocupados formais por ocupação selecionada, conforme faixa de remuneração média em salário mínimo e sexo, município de São Paulo, 2022 (%)**



Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Como explicitado, a Tabela 6 mostra a participação dos vínculos formais por categoria de ocupação, considerando as dez principais categorias que abarcaram 74,1% dos ocupados, conforme a faixa de remuneração média por salário mínimo e por sexo do trabalhador. Considerando a cate-

goria trabalhadores dos serviços, com uma taxa de participação de 19,5% em relação ao total dos ocupados formais do município de São Paulo, em 2022, 43,7% eram mulheres (ver Tabela 4) e, destas trabalhadoras, mais da metade (58,2%) auferiam salário médio, que não ultrapassou 1,5 salário mínimo. Nessa categoria, os homens, com taxa de participação de 56,3%, concentraram-se na faixa de 1,51 a 3,0 salários mínimos (47,2%). Nas faixas intermediárias, os homens continuaram com participação superior à das mulheres e, nas duas faixas superiores de remuneração média, com proporções que não atingiram 1,0%, ocorreu a equiparação de participação entre os sexos.

Na categoria escriturários, com participação de 13,3% em relação ao total dos vínculos formais, as participações entre homens e mulheres por faixa de remuneração foram mais próximas, com as mulheres um pouco acima dos homens nas duas primeiras faixas. Até 1,5 salário mínimo havia 27,1% de mulheres, contra 25,0% de homens e, na faixa de 1,51 a 3,0, as mulheres chegaram a 41,8%, contra 40,1% de homens. Nas faixas intermediárias, os homens ultrapassaram as mulheres, mas as taxas ficaram muito próximas.

Na categoria vendedores e prestadores de serviços de comércio, com uma taxa de 7,5% em relação ao total de vínculos, 47,3% eram de homens e 52,7% de mulheres. Observando a distribuição por faixa de remuneração, na faixa mais baixa, de até 1,5 salário mínimo, as mulheres foram maioria, com 41,7%, contra 34,5% de homens. Na faixa entre 1,51 e 3,0 salários mínimos, as mulheres caíram para 36,3% e os homens chegaram a 40,0%. No restante das faixas, as mulheres continuaram abaixo dos homens, porém com taxas mais próximas.

A categoria de gerentes, com salários médios mais elevados, apresentou um cenário mais favorável às mulheres. Com 6,1% de participação em relação ao total dos vínculos formais do município, sendo 52,6% de homens, contra 47,4% de mulheres, na faixa de menor remuneração as mulheres ficaram um pouco acima dos homens, porém ambos não atin-

giram 3,0%. Contudo, nas três faixas acima, entre 1,51 e 10,0 salários mínimos, as mulheres apresentaram participação superior. Entretanto, nas duas maiores faixas de remuneração média, entre 10,01 e 20,0 e mais de 20,0, as diferenças voltam a privilegiar os homens.

**Tabela 6 – Ocupados formais por categoria de ocupação selecionada<sup>1</sup>, distribuídos por faixa de remuneração média em salário mínimo e sexo, município de São Paulo, 2022 (%)**

Categoria de ocupação	Sexo	Até 1,5	1,51 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	10,01 a 20,0	Mais de 20,0	{n class.}	Total
Trabalhadores dos serviços	M	27,8	47,2	11,5	5,1	0,6	0,2	7,6	100
	F	58,2	27,8	3,4	1,5	0,6	0,2	8,4	100
Escriturários	M	25,0	40,1	13,6	9,5	4,6	1,9	5,3	100
	F	27,1	41,8	12,6	8,8	3,9	1,5	4,3	100
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	M	34,5	40,0	7,4	5,9	3,3	1,1	7,8	100
	F	41,7	36,3	6,4	5,0	2,7	0,9	7,0	100
Gerentes	M	2,3	14,1	14,3	21,2	27,1	18,2	2,8	100
	F	2,8	18,0	18,9	24,5	21,8	11,3	2,6	100
Professores leigos e de nível médio	M	11,0	24,9	32,7	29,2	0,9	0,1	1,2	100
	F	12,5	20,6	33,8	29,8	2,1	0,1	1,0	100
Trabalhadores de atendimento ao público	M	48,9	32,5	7,2	3,9	1,7	0,5	5,4	100
	F	53,6	33,0	4,0	2,4	1,2	0,3	5,5	100
Profissionais das ciências sociais e humanas	M	2,2	13,5	22,8	30,9	17,6	10,8	2,1	100
	F	3,4	20,7	27,8	29,6	10,5	5,9	2,0	100
Trabalhadores de funções transversais	M	20,8	49,1	18,2	2,6	0,4	0,5	8,4	100
	F	45,6	43,6	2,6	1,1	0,2	0,1	6,7	100
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	M	9,4	18,5	19,5	32,2	14,7	3,0	2,7	100
	F	12,9	27,5	19,4	25,0	10,1	2,3	2,9	100
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	M	1,7	13,3	16,3	33,6	26,2	7,2	1,6	100
	F	2,6	15,8	21,2	35,1	18,9	5,0	1,5	100
<b>Total</b>	<b>M</b>	<b>20,9</b>	<b>35,7</b>	<b>14,4</b>	<b>12,6</b>	<b>7,3</b>	<b>3,4</b>	<b>5,7</b>	<b>100</b>
	<b>F</b>	<b>32,2</b>	<b>29,9</b>	<b>13,5</b>	<b>12,6</b>	<b>5,0</b>	<b>2,0</b>	<b>4,9</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: Selecionadas as dez principais categorias de ocupação, agregadas conforme os subgrupos principais, descritas na Tabela 4 e que concentram 74,1% do total dos vínculos formais.

A categoria professores leigos e de nível médio representa 5,8% de participação em relação ao total dos vínculos formais, sendo 76,5% de mulheres e apenas 23,5% de homens. Embora com taxas muito próximas na faixa de menor remuneração, as mulheres superaram os homens, com

12,5%, contra 11,0%. Na faixa entre 1,51 e 3,0 salários mínimos, os homens registraram 24,9%, contra 20,6% de mulheres. Na faixa de 3,01 a 5,0, embora com taxas bem próximas, as mulheres ficaram à frente, com 33,8%, contra 32,7% de homens. Entre 5,01 e 10,0 salários mínimos, as proporções continuaram muito semelhantes, mas as mulheres permaneceram à frente, com 29,8%, contra 29,2%. Na faixa de 10,01 a 20,0, embora com concentração baixa, as mulheres ampliaram a diferença, com 2,1%, contra 0,9%. Na faixa mais elevada, com baixíssima concentração (0,1%), as taxas se equipararam.

Os trabalhadores de atendimento ao público representam 5,4% de participação em relação ao total dos vínculos formais, com forte concentração nas duas faixas mais baixas de remuneração média. Destaca-se que as mulheres registraram elevada participação nessa categoria de ocupação, com 78,0% dos vínculos, enquanto os homens apareceram com apenas 22,0%. Do total de 78,0% de mulheres, mais da metade se concentrou na faixa de até 1,5 salário mínimo (53,6%), e os homens registraram uma participação de 48,9%. A faixa entre 1,51 e 3,0 salários mínimos, com cerca de 1/3 de participação, tanto para os homens como para as mulheres, apareceu como a segunda maior concentração dos vínculos. As faixas de remuneração intermediárias e as mais elevadas apresentaram baixa participação de vínculos, com os homens sempre à frente.

Profissionais das ciências sociais e humanas, categoria caracterizada por salários médios mais elevados, com 4,9% de participação dos vínculos formais totais do município de São Paulo, registrou cerca de 60,0% de mulheres e 40,0% de homens. As mulheres apresentaram concentração um pouco maior que a dos homens nas três primeiras faixas, até 5,0 salários mínimos. A partir da faixa entre 5,01 e 10,0 salários mínimos, os homens passaram à frente, embora com taxas muito próximas, 30,9% para homens e 29,6% para as mulheres. Nas faixas subsequentes, de 10,01 a 20,0 e mais de 20,0 salários mínimos, os homens ampliam as diferenças, registrando 17,6%, contra 10,5%, e 10,8%, contra 5,9%, respectivamente.

A categoria dos trabalhadores de funções transversais<sup>5</sup>, com 4,5% de participação em relação aos vínculos formais totais do município e com predominância de homens (86,5%, contra 13,5%), registrou uma elevada concentração dos trabalhadores nas duas faixas de remuneração mais baixas. As mulheres apareceram em maioria na faixa de até 1,5 salário mínimo (45,6%, contra 20,8%). Na faixa subsequente, entre 1,51 e 3,0 salários mínimos, as taxas de participação se aproximaram, com os homens ficando um pouco à frente (49,1%, contra 43,6%). Na faixa entre 3,01 e 5,0 salários mínimos, a diferença de participação saltou para 15,6 pontos percentuais, com 18,2% de homens, contra 2,6% de mulheres. Nas faixas de renda mais elevadas, os homens continuaram à frente, mas as proporções foram bem inferiores, não ultrapassando 3,0%.

A categoria técnico de nível médio nas ciências administrativas corresponde a 3,8% de participação em relação aos vínculos formais, sendo a maioria de mulheres, 52,5%, contra 47,5% de homens. Embora com proporções menores na pior faixa de remuneração, tanto para homens como para as mulheres, estas apresentaram participação maior na faixa até 1,5 salário mínimo, 12,9%, contra 9,4%. Na faixa entre 1,51 e 3,0 salários mínimos, as mulheres cresceram para 27,5%, contra 18,5% de homens. Na faixa entre 3,01 e 5,0 salários, as taxas praticamente se equipararam em 19,5% para os homens e 19,4% para as mulheres. Nas faixas de maior remuneração média, os homens passaram à frente, 32,2%, contra 25,0% na faixa de 5,01 a 10,0 salários mínimos; 14,7%, contra 10,1%, na faixa entre 10,01 e 20,0 mínimos; e 3,0%, contra 2,3%, na faixa de mais de 20,0 salários mínimos.

Por fim, na categoria profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia, com taxa de 3,3% em relação aos vínculos formais totais, os

5 O subgrupo principal dos trabalhadores de funções transversais faz parte do grande grupo trabalhadores da produção de bens e serviços industriais e é composto pelos subgrupos: supervisores de trabalhadores de embalagem e etiquetagem; operadores de robôs e equipamentos especiais; condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de cargas; trabalhadores de manobras sobre trilhos e movimentação e cargas; embaladores e alimentadores de produção.

homens registraram forte participação, de 75,8%, contra 24,2% para as mulheres. Por ser uma ocupação de salários médios mais elevados, assim como os gerentes e os profissionais das ciências sociais e humanas, apareceu baixa participação na faixa de pior rendimento. Sobre essa categoria, é interessante observar que as mulheres apresentaram taxas de participação superiores à dos homens até a faixa entre 5,01 e 10,0 salários mínimos. Nessa faixa, as taxas se aproximaram e registram um pouco mais de 1/3 de participação para ambos os sexos, com as mulheres ainda à frente. Na faixa seguinte, entre 10,01 e 20,0 salários mínimos, os homens atingiram 26,2%, contra 18,9% para as mulheres e, na faixa mais elevada, as participações arrefeceram, mas os homens ainda apresentaram participação de 7,2%, contra apenas 5,0% para as mulheres.

### TIPO DE VÍNCULO

A Tabela 7 traz dados dos ocupados formais por tipo de vínculo e por sexo, no município de São Paulo no ano de 2022. Observa-se que, do total de 5,39 milhões de vínculos, 4,29 milhões, ou seja, quase 80,0%, eram de trabalhadores urbanos vinculados a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado, sendo 54,0% de homens e 46,0% de mulheres. A segunda maior participação entre os formais foi de estatutários, com 577.525 vínculos, ou 10,7% do total, com a maioria de mulheres, 55,1%, contra 44,9% de homens. Em terceiro lugar, com 224.253 vínculos (4,2%), apareceram os trabalhadores urbanos vinculados a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado, com 52,8% de homens e 47,2% de mulheres. E, em quarto lugar, com 129.359 vínculos (2,4%), foram registrados os estatutários regidos pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militares, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, destacando a elevada concentração das mulheres, com 63,8%, contra 36,2% de homens.

**Tabela 7 – Ocupados formais por tipo de vínculo e sexo, município de São Paulo, 2022**

Tipo vínculo	Masculino	Feminino	lgn. <sup>1</sup>	Masculino	Feminino	Part/Total	Total
	Nº Abs.	Nº Abs.		Part/Total (%)	Part/Total (%)		
CLT U/ PJ indeterminado	2.320.288	1.976.001	1	54,0	46,0	79,7	4.296.290
CLT U/ PF indeterminado	4.364	8.871	0	33,0	67,0	0,2	13.235
CLT R/ PJ indeterminado	2.340	1.934	0	54,7	45,3	0,1	4.274
CLT R/ PF indeterminado	363	68	0	84,2	15,8	0,0	431
Estatutário	259.346	318.179	0	44,9	55,1	10,7	577.525
Estatutário RGPS	46.803	82.556	0	36,2	63,8	2,4	129.359
Estatutário não efetivo	6.373	6.184	0	50,8	49,2	0,2	12.557
Avulso	82	7	0	92,1	7,9	0,0	89
Temporário	38.826	35.295	0	52,4	47,6	1,4	74.121
Aprendiz	18.425	23.199	0	44,3	55,7	0,8	41.624
CLT U/ PJ determinado	118.469	105.783	1	52,8	47,2	4,2	224.253
CLT U/ PF determinado	59	190	0	23,7	76,3	0,0	249
CLT R/ PF determinado	4	-	0	100,0	0,0	0,0	4
Diretor	2.222	979	0	69,4	30,6	0,1	3.201
Contrato prazo determinado	7.811	4.215	0	65,0	35,0	0,2	12.026
Contrato TMP determinado	632	575	0	52,4	47,6	0,0	1.207
Contrato Lei Estadual	1	-	0	100,0	0,0	0,0	1
Total	2.826.408	2.564.036	2	52,4	47,6	100,0	5.390.446

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

A Tabela 8 traz as informações dos ocupados formais por tempo parcial, com e sem contrato de trabalho. Conforme pode ser observado, apenas 42.048 vínculos, ou 0,8% do total, apresentaram essa condição, com a maioria de mulheres, 59,5%, contra 40,5% de homens. E, a Tabela 9 apresenta os dados dos ocupados formais intermitentes e não intermitentes. Da mesma forma que aqueles com contrato de trabalho de tempo parcial, os formais intermitente apresentaram uma participação ínfima em

relação ao total dos vínculos. Com registro de 40.088 trabalhadores, a taxa de participação foi de apenas 0,7%, porém, nesse caso, com maioria de homens, 54,7%, contra 45,3% de mulheres.

**Tabela 8 – Ocupados formais por tempo parcial, por sexo, município de São Paulo, 2022**

Trabalho por tempo parcial	Masculino	Feminino	Ign. <sup>1</sup>	Masculino	Feminino	Part/Total	Total
	Nº Abs.	Nº Abs.		Part/Total (%)	Part/Total (%)		
Não	2.809.370	2.539.026	2	52,5	47,5	99,2	5.348.398
Sim	17.038	25.010	0	40,5	59,5	0,8	42.048
<b>Total</b>	<b>2.826.408</b>	<b>2.564.036</b>	<b>2</b>	<b>52,4</b>	<b>47,6</b>	<b>100</b>	<b>5.390.446</b>

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

**Tabela 9 – Ocupados formais intermitentes, por sexo, município de São Paulo, 2022**

Trabalho intermitente	Masculino	Feminino	Ign. <sup>1</sup>	Masculino	Feminino	Part/Total	Total
	Nº Abs.	Nº Abs.		Part/Total (%)	Part/Total (%)		
Não	2.804.488	2.545.868	2	52,4	47,6	99,3	5.350.358
Sim	21.920	18.168	0	54,7	45,3	0,7	40.088
<b>Total</b>	<b>2.826.408</b>	<b>2.564.036</b>	<b>2</b>	<b>52,4</b>	<b>47,6</b>	<b>100</b>	<b>5.390.446</b>

Fonte: RAIS (MTE). Elaboração própria.

Nota 1: O termo "Ignorado" é utilizado quando se tem um valor fora do domínio previsto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a atualizar as informações sobre a situação do mercado de trabalho formal do município de São Paulo, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) de 2022, recém-divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A partir da compilação e análise dos dados, ficou evidente o peso significativo do mercado de

trabalho do município em relação ao estado de São Paulo como um todo, com uma participação dos ocupados formais um pouco superior a 1/3 do total do emprego formal do estado, no ano analisado.

Considerando a variável relativa aos grandes setores de atividade, foi possível identificar que o setor de serviços apresentou uma enorme concentração dos ocupados formais, cerca de 70,0%, com a maioria de mulheres (51,8%). Abrindo a investigação por subsetores de atividade, deve ser destacado a forte participação dos seguintes segmentos: administração técnica profissional; administração pública; comércio varejista; alojamento; serviço de saúde; construção civil; transporte e comunicações; ensino; instituição financeira e comércio atacadista. Esses segmentos representam 92,1% dos vínculos formais do setor de serviços, com 51,7% de homens e 48,3% de mulheres. Os dados por escolaridade mostraram a maioria dos vínculos com ensino médio completo (47,6%). Desse montante, 55,1% eram homens e 44,9% mulheres. Interessante observar que o ensino superior completo apresentou a segunda maior participação, com cerca de 1/3 do total dos vínculos, sendo que as mulheres foram a maioria (57,1%).

Observando as informações por categoria de ocupação, conforme os subgrupos principais, dez deles concentraram mais de 70,0% dos vínculos formais, a saber: trabalhadores dos serviços; escriturários; vendedores e prestadores de serviços do comércio; gerentes; professores leigos e de nível médio; trabalhadores de atendimento ao público; profissionais das ciências sociais e humanas; trabalhadores de funções transversais; técnicos nível médio nas ciências administração; profissionais ciências exatas, físicas e da engenharia, sendo 51,1% de mulheres e 48,9% de homens.

Sobre a remuneração média dos trabalhadores, a situação não se apresentou muito distinta da condição geral do mercado de trabalho do país, uma vez que mais da metade dos ocupados formais do município de São Paulo auferiam, em 2022, até 3,0 salários mínimos. Na faixa mais baixa de remuneração média, até 1,5 salário mínimo, as mulheres foram a maioria

(57,7%). Contrariamente, observando as duas faixas de maior remuneração média, de 10,01 a 20,0 e mais de 20,0 salários mínimos, a participação dos ocupados foi de apenas 9,2%, com a maioria de homens (58,7%).

Observando os dados por tipo de vínculo, a maior concentração, cerca de 80,0%, foi de trabalhadores urbanos, celetistas, por prazo indeterminado, sendo 54,0% de homens e 46,0% de mulheres. E, finalmente, é importante destacar que aqueles com contrato parcial e, também, os intermitentes não atingiram nem 1,0% de participação.

## REFERÊNCIAS

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES (CBO). Portal emprego Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Disponível em: <https://emprego-brasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em: 22 de março de 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2022. – Brasília: MTE, - STRAB – SEETM, 2023.

SOUEN, J. A. A evolução do emprego formal no crescimento com inclusão social, 2003-2013. (Tese de Doutorado). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, 2018.

# O trabalho na gastronomia paulistana

Ângela Cristina Tepassé<sup>1</sup>

Cesar Andaku<sup>2</sup>

Patrícia Pelatieri<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

É notável a vocação de São Paulo para a gastronomia, cidade onde é possível encontrar os mais variados pratos a qualquer hora do dia ou da noite, com diversas faixas de preços. Além das diversidades provenientes das diferentes nacionalidades, culturas e tradições presentes no município, há ainda cozinha vegetariana, orgânica, redes de *fast food* e inúmeros bares, cafés e padarias com funcionamento 24 horas, *food trucks* e feirinhas gastronômicas.

É possível identificar que algumas localidades da cidade se especializaram em um tipo de gastronomia, que deriva dos fluxos migratórios e imigratórios. Essa característica é uma potencialidade à medida que proporciona a vivência em uma determinada cultura em determinada região da cidade.

---

1 Mestre em economia política pela PUC-SP e doutoranda em Planejamento e Gestão de Territórios na Universidade Federal do ABC (UFABC). Atualmente economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Observatório do Trabalho.

2 Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é economista no Dieese.

3 Economista, especialista em Gestão e Finanças Públicas, atualmente é Diretora Técnica Adjunta do Dieese.

Os fluxos imigratórios recentes também deram novos tons à gastronomia paulistana. As ondas mais atuais têm trazido a gastronomia senegalesa, nigeriana, camaronesa, angolana, cabo-verdiana, queniana, moçambicana, peruana, paraguaia e colombiana.

Essa vocação pode se configurar como pilar para o desenvolvimento econômico da cidade, marcada por desafios significativos como a alta informalidade, a regulamentação da atividade dos ambulantes e a baixa remuneração dos postos de trabalho.

A gastronomia no município de São Paulo vem apresentando redução do número de trabalhadores desde antes da pandemia do Covid-19. O setor foi um dos mais afetados pela pandemia, com uma redução de -31,5% no número de ocupados entre 2019 e 2020, enquanto no total do município essa redução foi de -12,7%. Atualmente, a população paulistana que trabalha na gastronomia é estimada em 360 mil pessoas, o equivalente a 5,4% do total de ocupados do município.

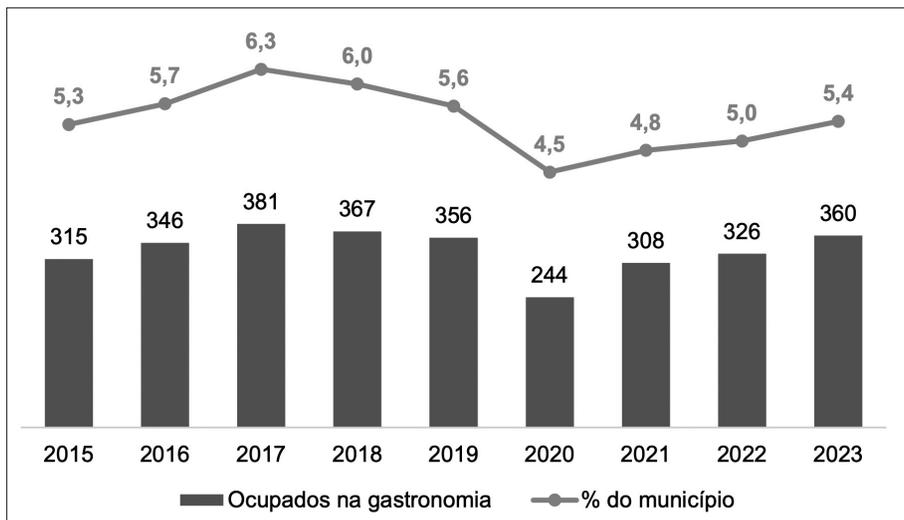
O presente artigo pretende traçar o perfil e a evolução da ocupação nesse setor, na cidade de São Paulo, a fim de fornecer subsídios para a atuação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda do município.

Para cumprir com o objetivo, o presente artigo está dividido em três seções além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira, são apresentados os principais números do setor. Na segunda, dimensiona-se a informalidade na gastronomia, abordando seus aspectos principais: o autoemprego, na figura do trabalhador por conta própria, e o trabalho assalariado sem carteira assinada, com o objetivo de fornecer subsídios para atuação específica das políticas públicas diante de cada aspecto específico da informalidade. Na terceira seção, analisa-se a inserção de mulheres e negros no setor a fim de levantar especificidades desses grupos na gastronomia. Por fim, são elaboradas as considerações finais com base nos principais resultados identificados.

## CARACTERIZAÇÃO GERAL DO SETOR

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADC/IBGE) para o quarto trimestre de 2023 mostram que a gastronomia já se recuperou em termos de número de ocupados, passando para um patamar semelhante ao anterior à pandemia. Porém, a participação do setor no total da ocupação do município já vinha em queda desde 2017, quando passou de 6,3% para 5,6% em 2019 e 4,5% em 2020. Em 2023 essa participação ficou em 5,4%, ou seja, quase um ponto percentual abaixo do seu pico de 6,3% em 2017.

**Gráfico 1 – Número (em mil) de ocupados na gastronomia e proporção (em %) no total de ocupados do município Município de São Paulo, 4º trimestre de 2015 a 2023**



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

O rendimento médio dos trabalhadores na gastronomia, tanto

formais quanto informais, em 2023, foi de R\$ 2.249, ou seja, metade dos R\$ 5.049 que foi pago na média do município. Os **restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas** concentraram 73,7% dos trabalhadores ocupados nesse setor. Essa atividade pagou, em média, um rendimento de R\$ 2.346 por mês aos trabalhadores. Os **serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada** concentraram 15,9% dos ocupados, com rendimento médio de R\$ 2.121. Já os **serviços ambulantes de alimentação** representaram 10,4% dos trabalhadores, com rendimento médio mensal de R\$ 1.772.

**Tabela 1 – Atividades econômicas da gastronomia, número de ocupados, proporção (em %) e rendimento médio do trabalho (em R\$)**  
**Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

Atividade econômica	Nº	%	R\$
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	265.043	74	2.346
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	57.025	15,9	2.121
Serviços ambulantes de alimentação	37.509	10,4	1.772
<b>Total</b>	<b>359.577</b>	<b>100,0</b>	<b>2.249</b>

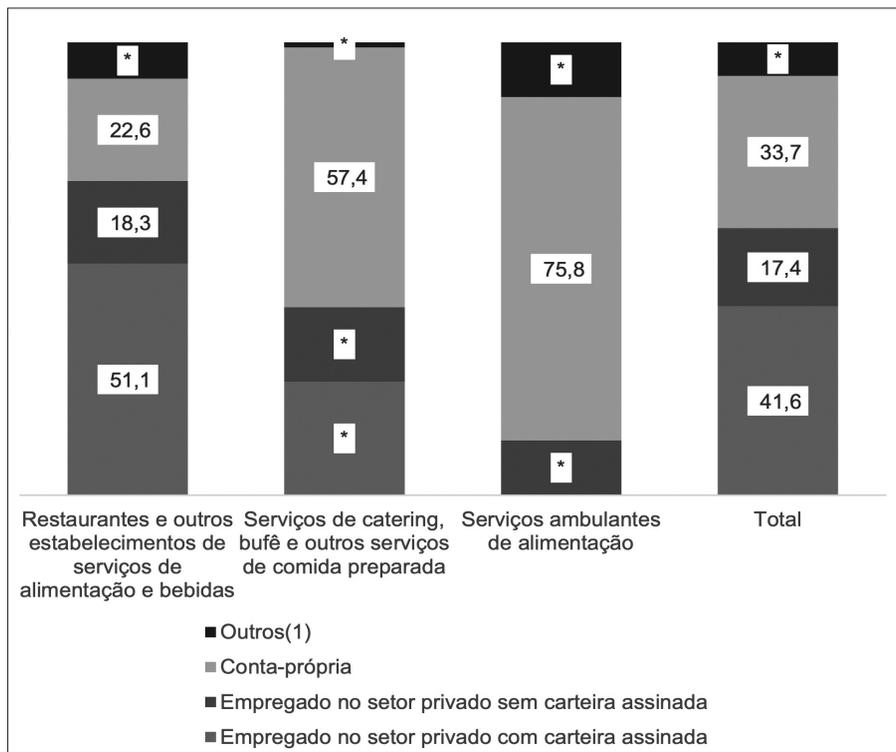
Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Menos da metade dos trabalhadores da gastronomia possuem carteira de trabalho assinada (41,6%). Os contratados do setor privado sem carteira assinada são 17,4% e outros 33,7% trabalham por conta própria.

A maioria dos ocupados em restaurantes possui carteira assinada (51,1%), porém, quase 20,0% não possuem registro. A maioria dos trabalhadores dos serviços de catering e bufê, 57,4%, trabalha por conta própria, assim como os ambulantes, que são majoritariamente trabalhadores por conta própria (75,8%).

## Gráfico 2 – Distribuição da população ocupada na Gastronomia por posição na ocupação, segundo atividade econômica (em %)

Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Nota: (\*) A amostra não comporta desagregação. (1) Outros é a soma das categorias de **trabalhador auxiliar familiar e empregadores**, que individualmente não comportam desagregação da amostra.

A maioria dos trabalhadores são **cozinheiros**, sendo 16,4% dos ocupados na gastronomia. O rendimento médio dos cozinheiros é de R\$ 2.069. **Vendedores ambulantes de serviços de alimentação** representam 9,7% dos trabalhadores, com rendimento médio de R\$ 1.828. **Padeiros e confeiteiros** representam 7,7%, com rendimento médio de R\$ 1.690. **Ajudantes de cozinha** são 5,6% dos ocupados, com rendimento médio de R\$ 1.392 e **garçons**, representam 5,6% com rendimento médio de R\$ 1.828.

**Tabela 2 – Principais ocupações na Gastronomia, número de ocupados, proporção (em %) e rendimento médio do trabalho (em R\$)**

**Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

Ocupação	Nº	%	R\$
Cozinheiros	59.051	16,4	2.069
Comerciantes de lojas	53.720	14,9	3.599
Vendedores ambulantes de serviços de alimentação	34.984	9,7	1.828
Balconistas dos serviços de alimentação	31.439	8,7	1.944
Padeiros, confeitheiros e afins	27.645	7,7	1.690
Ajudantes de cozinha	21.151	5,9	1.392
Garçons	19.985	5,6	1.828
Outros	111.602	31,0	
<b>Total</b>	<b>359.577</b>	<b>100,0</b>	<b>2.249</b>

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

## A INFORMALIDADE NA GASTRONOMIA

A informalidade é um tema relevante para a reflexão sobre desenvolvimento, configurando-se como transversal e multifacetada. De acordo com Cacciamali (2000), dois fenômenos podem ser observados na informalidade. O primeiro é o trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade social, que pode apresentar: insegurança na relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência de regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e funções); e menores salários (Cacciamali, 2000; Dieese, 2023). O segundo é o autoemprego e outras estratégias de sobrevivência empreendidas pelas pessoas que, com dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho, ou por opção, auferem renda através de formas de trabalho por conta própria ou em microempresas (Cacciamali, 2000 apud Dieese, 2023).

Esses dois fenômenos devem ser estudados de modo separado para fins de elaboração e aplicação de políticas públicas. No primeiro caso, pode-se pensar em políticas voltadas para o combate à informalidade no emprego assalariado nos moldes, por exemplo, do Plano Nacional de Combate à Informalidade do Trabalhador Empregado (Plancite). Esse programa baseou suas ações na identificação das principais motivações que levam os empregadores à decisão de não formalizar e as concentrou nos seguintes eixos: aumento da presença fiscal por meio do aperfeiçoamento da inspeção do trabalho; integração de políticas com outras áreas de governo; divulgação e sensibilização dos atores sociais; e incentivo ao diálogo social (Araújo, 2018 apud Dieese, 2023).

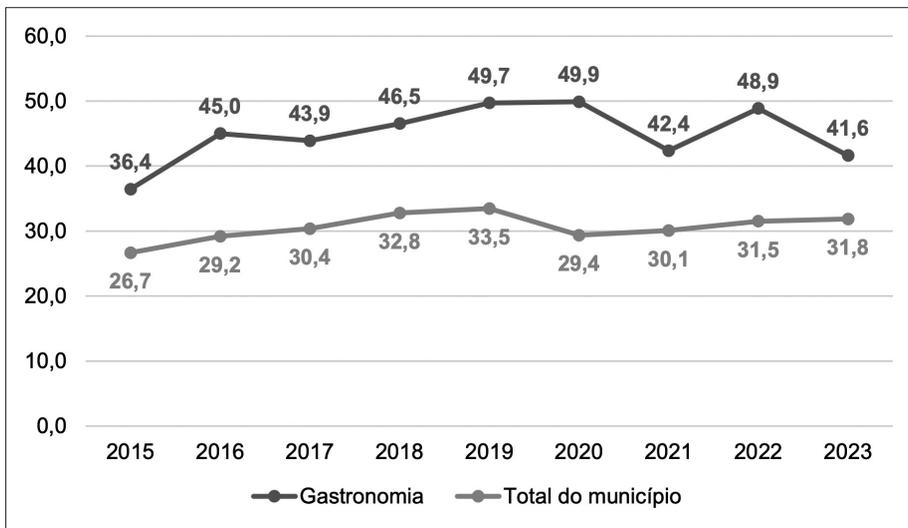
No caso do autoemprego, as políticas podem ser mais voltadas para a formalização do trabalhador por conta própria, para a inclusão produtiva, a promoção de microcrédito, assessoria, formação e qualificação profissional (Sirisankanan, 2017; Cardoso, 2016 Alide, 2008; Dieese, 2023).

Na gastronomia a informalidade é maior que a média do município. No final de 2023, 41,6% (ou 149,7 mil trabalhadores) dos trabalhadores na gastronomia estavam na informalidade, proporção maior que os 31,8% do total do município.

Quando se observa o comportamento da taxa de informalidade, nota-se que esse indicador apresentou tendência de elevação entre 2015 e 2019, recuando em 2020 devido aos efeitos da pandemia, cujas restrições devem ter afetado mais intensamente o trabalho informal naquele momento. Depois, a taxa voltou a crescer, mas em patamar inferior ao período pré-pandemia. Na gastronomia, o comportamento da taxa de informalidade foi mais volátil, principalmente a partir da pandemia. Em 2020, muitos restaurantes e lanchonetes tiveram restrições para continuarem abertos, provavelmente dispensando uma parte dos trabalhadores formalizados. Assim, além da diminuição de trabalhadores no setor, a informalidade se manteve proporcionalmente alta. Nos anos seguintes, a volatilidade

de da taxa de informalidade deve estar relacionada à retomada com mais intensidade do emprego com carteira assinada, mas também pelo fato de que o setor pode ser considerado um “colchão de amortecimento” para os trabalhadores que perdem o emprego e têm dificuldade de se reinserirem no mercado formal, principalmente nos momentos de crise econômica.

**Gráfico 3 – Taxa de informalidade na Gastronomia e no total de ocupados do município (em %)**  
Município de São Paulo, 4º trimestre de 2015 a 2023



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

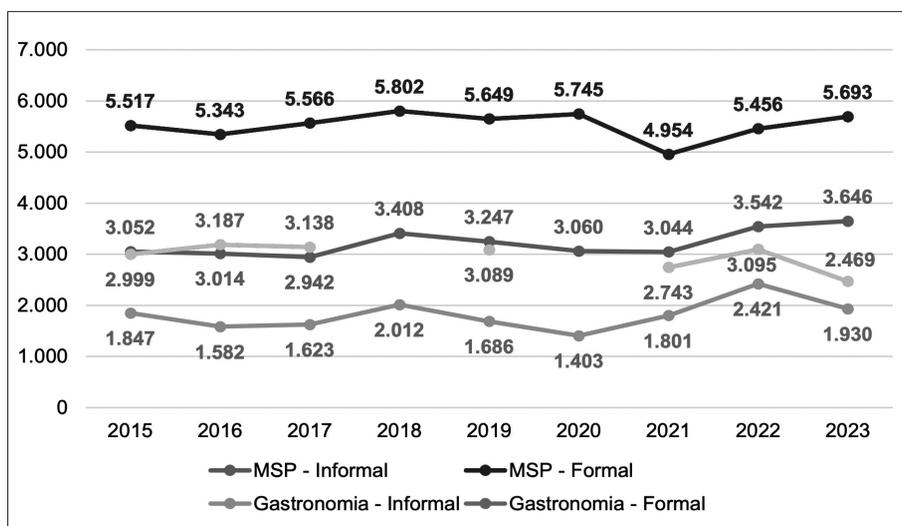
Observações:

1. Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.
2. O IBGE passou a pesquisar a posse ou não de CNPJ apenas a partir do quarto trimestre de 2015.

O rendimento médio dos trabalhadores na gastronomia é menor que o do total dos ocupados no município de São Paulo, especialmente após a pandemia. Nota-se, inclusive, que mesmo aqueles trabalhadores formalizados do setor tiveram rendimento médio inferior ao dos informais nos demais setores do município.

No final de 2023, os trabalhadores formais do município tiveram rendimento médio de R\$ 5.693, enquanto os informais, R\$ 3.646. Já na gastronomia do município, os formalizados tiveram rendimento médio de R\$ 2.469 e os informais, R\$ 1.930.

**Gráfico 4 – Rendimento médio real habitual dos ocupados na gastronomia e no total do município, segundo condição de formalização (em R\$)**  
Município de São Paulo, 4º trimestre de 2015 a 2023



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Observações:

1. Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.
2. O IBGE passou a pesquisar a posse ou não de CNPJ apenas a partir do quarto trimestre de 2015.
3. A amostra não comporta desagregação para os dados faltantes.

De acordo com os dados da PNADC/IBGE, dos 149.668 trabalhadores informais, 62.432 (41,7%) eram empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada e 78.948 (52,7%) eram trabalhadores por conta-própria sem CNPJ. Desses trabalhadores por conta-própria, a maioria (69,7%) estava nessa situação há mais de dois anos, de acordo com os dados da PNADC/IBGE para o quarto trimestre de 2023.

Os trabalhadores informais sem carteira de trabalho assinada tinham rendimento médio de R\$ 1.572, enquanto, os conta própria sem CNPJ tiveram rendimento médio de R\$ 2.216.

**Tabela 3 – Número de ocupados na Gastronomia por situação na ocupação Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

Situação	Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Outros (1)	Total
Informais	-	62.432	78.948	(*)	149.668
Formais	149.692	-	42.057	(*)	209.908
<b>Total</b>	<b>149.692</b>	<b>62.432</b>	<b>121.005</b>	<b>(*)</b>	<b>359.577</b>

Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Nota: (\*) A amostra não comporta desagregação. (1) Outros inclui as categorias cuja amostra não comporta desagregar individualmente: trabalhador auxiliar familiar e empregador.

Observações: 1. Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

2. O IBGE passou a pesquisar a posse ou não de CNPJ apenas a partir do quarto trimestre de 2015

Por fim, do total de trabalhadores informais, 32,4% (ou 48.491) eram empregados de restaurantes sem carteira assinada, 25,1% (ou 22.236) eram trabalhadores por conta própria sem CNPJ na atividade econômica de restaurantes e 14,4% (ou 25.520) eram trabalhadores por conta própria sem CNPJ em serviços de catering e bufê. Não foi possível desagregar o número de trabalhadores informais ambulantes dos serviços de alimentação.

### (DES)IGUALDADE DE INSERÇÃO NA GASTRONOMIA

As mulheres e os negros(as) são maioria nos **serviços de catering e bufê**, atividade econômica com rendimento médio mais baixo e maior número de trabalhadores por conta própria. Já os homens e brancos(as) predominam na atividade de **restaurantes**, que, conforme demonstrando,

é a atividade que concentra o maior número de vínculos com carteira de trabalho assinada e com o maior rendimento médio.

**Tabela 4 – Atividades econômicas da gastronomia, número de ocupados e proporção (em %) de mulheres e negros(as) Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

Atividade econômica	Total	(%) Mulheres	(%) Pretos(as) e pardos(as)
Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	265.043	49,5	45,0
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	57.025	67,0	64,2
Serviços ambulantes de alimentação	37.509	(*)	(*)
<b>Total</b>	<b>359.577</b>	<b>51,2</b>	<b>50,6</b>

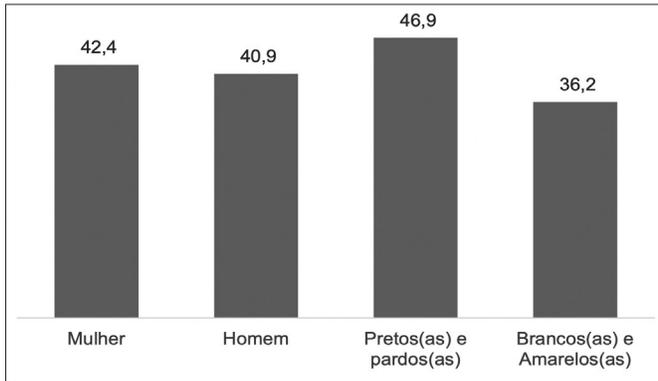
Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Nota: (\*) A amostra não comporta desagregação.

A informalidade entre as mulheres, na gastronomia, é maior que a dos homens. No quarto trimestre de 2023 foi de 42,4% para elas e de 40,9% para os homens, mas vale destacar que a taxa das mulheres nesse ano foi exceção, assim como em 2015 e 2021, já que, nos demais anos, mais da metade das mulheres do setor estavam na informalidade. Já entre os homens, o maior valor desse indicador foi em 2020, quando chegou a 47,4%. Por cor/raça, nota-se que a taxa de informalidade dos negros chega a 46,9%, enquanto, a dos brancos e amarelos, é de 36,2%.

O rendimento médio das mulheres na gastronomia é menor do que o dos homens. No caso das mulheres informais, elas foram as que tiveram o menor rendimento médio real entre 2015 e 2023, com uma média de R\$ 1.507. Os homens informais tiveram rendimento médio de R\$ 1.894. Já no trabalho formal, as mulheres tiveram rendimento médio de R\$ 2.612, enquanto os homens receberam, em média, R\$ 3.093.

**Gráfico 5 – Taxa de informalidade na gastronomia, segundo sexo e cor/raça (em %)**  
Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023

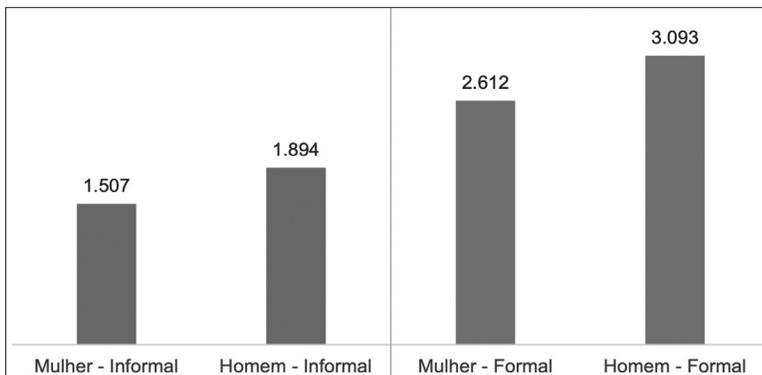


Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Observações

1. Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.
2. O IBGE passou a pesquisar a posse ou não de CNPJ apenas a partir do quarto trimestre de 2015.
3. A amostra não comporta desagregação para a categoria indígenas.

**Gráfico 6 – Rendimento médio real mensal do trabalho na gastronomia por condição na ocupação e sexo (em R\$)**  
Município de São Paulo, média dos 4º trimestres de 2015 a 2023\*



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Nota: (\*) Foi calculada a média do rendimento médio real mensal entre 2015 e 2023 pois a amostra não comporta desagregação para algumas categorias em alguns anos.

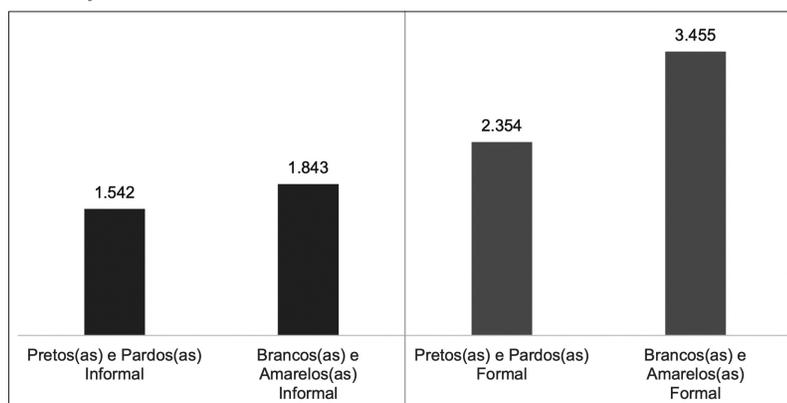
Observações: 1. Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

2. O IBGE passou a pesquisar a posse ou não de CNPJ apenas a partir do quarto trimestre de 2015.

O rendimento médio dos negro(as) na gastronomia é inferior ao dos brancos(as) e amarelos(as). Entre os trabalhadores informais, os negro(as) receberam, em média, 16,3% a menos do que os brancos(as) e amarelos(as), com rendimento médio de R\$ 1.542. Já entre os trabalhadores formais, a diferença chegou a 31,9%. Essa diferença se deve à discriminação na inserção dos negro(as) no mercado de trabalho, os quais alcançam menos postos de trabalho com rendimentos maiores, como chefes de cozinha e cargos de gerência.

### Gráfico 7 – Rendimento médio real mensal do trabalho na gastronomia por condição na ocupação e cor/raça (em R\$)

Município de São Paulo, média dos 4<sup>o</sup> trimestres de 2015 a 2023\*



Fonte: IBGE. PNAD Contínua.

Nota: (\*) Foi calculada a média do rendimento médio real mensal entre 2015 e 2023 pois a amostra não comporta desagregação para algumas categorias em alguns anos.

Observações: 1. Foram considerados informais: empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

2. O IBGE passou a pesquisar a posse ou não de CNPJ apenas a partir do quarto trimestre de 2015.

3. A amostra não comporta desagregação para a categoria indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhadores da gastronomia representam 5,4% dos ocupados do município. É um contingente de trabalhadores estimado em 356 mil

peçoas, que recebe metade do que é pago em média na cidade (R\$ 2.249 ante R\$ 5.049). Desses, menos da metade possui carteira de trabalho assinada (41,6% ou 149,7 mil trabalhadores) enquanto a informalidade atinge 41,7% desses trabalhadores (ou 149,6 mil trabalhadores) que tiveram rendimento médio de R\$ 1.930. Do total, 37,5 mil (ou 10,4%) trabalhadores entre formais e informais são **ambulantes dos serviços de alimentação**, com rendimento médio de R\$ 1.772 reais por mês.

A estimativa é de que haja 62,4 mil **trabalhadores assalariados na gastronomia sem carteira de trabalho assinada**, o que corresponde a quase 20,0% dos ocupados no setor e a 41,7% dos trabalhadores informais do setor. Essas pessoas tiveram rendimento médio de R\$ 1.572 reais por mês em 2023 e nenhum direito garantido.

Ainda entre os trabalhadores informais, 78,9 mil eram **trabalhadores por conta própria sem CNPJ**, representando 22,0% dos ocupados na gastronomia e 52,7% dos trabalhadores informais do setor. Esses trabalhadores tiveram rendimento médio de R\$ 2.216 reais por mês e a maioria (69,7%) estava nessa situação há mais de dois anos.

A informalidade é maior entre as mulheres e os negros(as) e esses são maioria nos **serviços de catering e bufê**, atividade econômica cujo rendimento médio é menor e há maior número de trabalhadores por conta própria. Já os homens e brancos(as) predominam na atividade de **restaurantes**, que é a que concentra o maior número de vínculos com carteira de trabalho assinada e com rendimento médio maior.

Ou seja, o principal desafio do trabalho na Gastronomia no município de São Paulo é a informalidade e os baixos rendimentos do trabalho, que atingem mais as mulheres e os negros e negras. Há que se considerar, porém, que essa informalidade possui múltiplos aspectos que devem ser tratados de formas distintas pela política pública.

O primeiro deles é o trabalho assalariado sem carteira assinada. Nesse caso, pode-se considerar o aumento das fiscalizações e o aperfeiçoamento da inspeção do trabalho, juntamente com políticas coordenadas para

identificar e tratar as principais razões dos empregadores para não registrar o trabalhador.

O segundo aspecto é o trabalho por conta própria sem CNPJ. Nesse caso, as políticas para a formalização do trabalhador na figura de microempreendedor individual, políticas de economia solidária e inclusão produtiva, promoção de microcrédito produtivo com assessoria, formação e qualificação profissional podem ser mais efetivas.

Há ainda um terceiro aspecto que não diz respeito apenas aos informais, embora muitos deles também estejam nessa condição. É o trabalho dos ambulantes dos serviços de alimentação. Nesse caso, além das políticas citadas para o segundo caso, há que se considerar, ainda, a necessidade de regulamentação e fiscalização a fim de dar segurança aos trabalhadores e consumidores, com ampliação do número de licenças de Termo de Permissão de Uso (TPU).

No mais, a gastronomia tem uma grande potencialidade para gerar desenvolvimento econômico para além do serviço, mas em toda a sua cadeia. Há uma tendência no sentido de uma gastronomia mais sustentável, com as pessoas preocupadas com a qualidade do alimento e seu processo de produção: se é cultivado com agrotóxicos, se há condições de trabalho decente para os trabalhadores rurais e se os salários são dignos ou se os animais sofreram para sua produção. Há uma tendência de crescimento do consumo de alimentos orgânicos, de produção local, mais saudáveis, que respeitam as sazonalidades, que não ameaçam a biodiversidade e com preço justo.

É possível promover uma gastronomia saudável e sustentável por meio de diversas ações como: promoção de oficinas, festivais e concursos; fortalecimento da agricultura familiar orgânica como forma de incentivar o desenvolvimento rural, preservando o meio ambiente e promovendo uma alimentação mais saudável; e promoção de cursos de qualificação e oficinas de gastronomia voltados para questões como redução dos desperdícios, geração de renda, alimentação saudável, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ALIDE – Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para El Desarrollo. *Microcrédito en el Banco do Nordeste do Brasil: casos de Crediamigo y Agroamigo*. Lima: Secretaría General de ALIDE, maio, 2008.

ARAUJO, Celso Amorim. *Avanços recentes na política de combate à informalidade do trabalho assalariado no Brasil: ações da Secretaria de Inspeção do Trabalho*. 2018.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. *Economia e sociedade*, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CARDOSO, Adalberto. Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil. *Sociologia e Antropologia*, v. 6, p. 321-349, 2016.

DIEESE. *Perfil do trabalho informal no município de São Paulo*. DIEESE: São Paulo, 2023. Disponível em: <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/perfil-do-trabalho-informal-no-municipio-de-sao-paulo-abril-2023> Acesso em: 23 de fev. de 2024.

DIEESE. *O emprego na Gastronomia do Município de São Paulo*. DIEESE: São Paulo, 2022. Disponível em: <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/o-emprego-na-gastronomia-do-municipio-de-sao-paulo-janeiro-2022> Acesso em: 23 de fev. de 2024.

SIRISANKANAN, Aeggarchat. Informality: does financial development matter? *International Journal of Sociology and Social Policy*, v. 37, n. 1/2, p. 16-32, 2017.

# Trabalho e rendimento nas atividades econômicas relacionadas à saúde humana no município de São Paulo

Ângela Cristina Tepassé<sup>1</sup>

César Andaku<sup>2</sup>

Patricia Pelatieri<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A correlação entre saúde e desenvolvimento econômico é tema bastante estudado na literatura econômica. Há evidências tanto de que a saúde promove o crescimento econômico (aumento da produtividade do trabalho, aquisição de mais conhecimento e habilidades etc.), quanto de que o aumento na renda possibilita melhores condições de saúde porque amplia o seu acesso e a aquisição de tecnologias melhores para diagnóstico e tratamento (Viana & Silva, 2021).

Há evidências também de que níveis elevados de desigualdade se relacionem com menor crescimento econômico e de que há efeitos positi-

---

1 Mestre em economia política pela PUC-SP e doutoranda em Planejamento e Gestão de Territórios na Universidade Federal do ABC (UFABC). Atualmente economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) no Observatório do Trabalho.

2 Bacharel em Ciências Econômicas e Mestre em Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é economista no Dieese.

3 Economista, especialista em Gestão e Finanças Públicas, atualmente é Diretora Técnica Adjunta do Dieese.

vos do aumento do gasto público com saúde na redução das desigualdades sociais (Grimm, 2011; Ipea, 2010; Costa e Gartner, 2017).

Adotar uma abordagem para a elaboração de políticas públicas que reconheça a saúde como um elemento estratégico para impulsionar o crescimento econômico, criar empregos de qualidade e melhorar o bem-estar da sociedade como um todo parece fundamental (Gadelha et al., 2023). Ou seja, para promover o desenvolvimento econômico e social, é essencial investir em uma base produtiva e tecnológica integrada com o Sistema Único de Saúde (SUS), a produção, a ciência e a geração de empregos (Gadelha et al., 2023).

No município de São Paulo, esse é um setor com elevado rendimento médio do trabalho, baixa informalidade, alta qualificação exigida dos trabalhadores e que representa quase 10% do total dos ocupados residentes na cidade. A incorporação de tecnologias avançadas nesse setor pode criar mais empregos de qualidade e exigir habilidades diversificadas dos profissionais de saúde (Gadelha et al., 2023).

É nesse sentido que o presente artigo ganha relevância, uma vez que pretende dimensionar as **atividades econômicas relacionadas à saúde humana** e traçar o perfil e a evolução da ocupação nas **atividades de atenção à saúde humana** na cidade de São Paulo, a fim de fornecer subsídios para a atuação das políticas públicas nesse setor da cidade.

Para isso, está estruturado em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. A primeira traz um panorama da população ocupada na cadeia produtiva da saúde, ou seja, nas atividades econômicas relacionadas à saúde, a partir de um resumo de informações levantadas em outros estudos. A segunda procura trazer o perfil e a evolução da ocupação nas atividades de atenção à saúde humana. Na terceira e na quarta, são apresentadas algumas informações com recortes de gênero e raça, a fim de qualificar a inserção dessas pessoas nessas atividades econômicas.

## UM PANORAMA DA POPULAÇÃO OCUPADA EM ATIVIDADES ECONÔMICAS RELACIONADAS À SAÚDE HUMANA

As atividades econômicas relacionadas à saúde abrangem diversas etapas do processo produtivo desse setor, incluindo atividades da indústria, como a fabricação de farmoquímicos, medicações, preparações farmacêuticas; atividades do comércio, desses produtos e de outros, como máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; dos serviços, como seguros e planos de saúde; e de atenção à saúde humana, como o atendimento hospitalar e ambulatorial, o apoio e a assistência domiciliar, entre outras<sup>4</sup>.

De acordo com os estudos do Observatório do Trabalho de São Paulo/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), antes mesmo da pandemia do Coronavírus em 2020, o número de pessoas ocupadas em atividades econômicas relacionadas à saúde humana apresentava tendência de crescimento, tanto no município de São Paulo quanto no Brasil. No município, essas atividades concentravam 8,6% da população ocupada, chegando a 10,7% em 2022. Só entre 2019 e 2022 o número de ocupados nessas atividades cresceu 11,5% (dados do terceiro trimestre de cada ano apurados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNADC/IBGE, citados por Dieese, 2023).

A informalidade nessas atividades era baixa, de 11,2%, vis a vis a taxa média de 27,4% do total das atividades do município e a taxa das atividades relacionadas à saúde humana no Brasil, que foi de 14,0% em 2022. Os vínculos formais nessas atividades representavam 10% dos vínculos formais do município, com mais de 526 mil postos de trabalho em 2021 (Dieese, 2023).

A remuneração média também era melhor. Em toda a série histórica ela permanece superior às demais atividades econômicas do município. A

---

<sup>4</sup> Para a seleção detalhada de Atividades Econômicas, ver estudo do Observatório do Trabalho de São Paulo/ Dieese em: <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/atividades-economicas-relacionadas-a-saude-humana-no-municipio-de-sao-paulo-marco-2020>

título de exemplo, segundo os dados da PNADC/IBGE, em 2022, o rendimento médio nas atividades da saúde humana era de R\$ 5.324, ou seja, 21,7% superior à média do município, que foi de R\$ 4.301. Entretanto, nota-se que houve uma redução acentuada da remuneração nessas atividades nos últimos anos com uma redução de -3,9% em relação a 2012, enquanto na média de todas as atividades do município houve crescimento da remuneração de 6,4% (Dieese, 2023).

O trabalho formal, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e do Emprego (Rais/MTE), entre 2018 e 2021, aumentou nas atividades de comércio, seguros e planos de saúde e nos serviços de saúde. Por outro lado, diminuiu o número de vínculos nos segmentos industriais relacionados à saúde (Dieese, 2023).

O estudo do Dieese (2023) mostrou que havia um aglomerado produtivo na região central/sul do município, formado por oito distritos (Bela Vista, Vila Mariana, Jardim Paulista, Liberdade, Consolação, Itaim Bibi, Ipiranga e Moema) que cresceu entre 2018 e 2021. Por outro lado, nas regiões leste 1 e leste 2, havia três ilhas produtivas em 2018 (Cidade Tiradentes, Parque do Carmo e Sapopemba) e diminuiu para apenas uma em 2021 (Parque do Carmo).

A probabilidade média de automação da estrutura ocupacional brasileira, ou seja, o potencial de se ter o trabalho humano substituído pelo desenvolvimento de novas tecnologias, é de 0,54 e a mediana é de 0,67. Para as ocupações típicas das atividades relacionadas à saúde humana, a probabilidade média é bem menor, de 0,25 e a mediana de 0,06. Em 2022, 91% dos ocupados nas áreas da saúde humana estavam em ocupações de baixo ou muito baixo risco de automação e o número de ocupados nessa categoria cresceu em 30,0% nos últimos 10 anos (Frey e Osborne, 2013; Tepassé, 2019; Dieese, 2020; Dieese, 2023). Ou seja, é um setor bastante dependente do trabalho humano, mesmo com o desenvolvimento tecnológico incorporado até hoje.

## A OCUPAÇÃO EM ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA

As atividades econômicas relacionadas à saúde humana em conjunto concentravam 10,7% da população ocupada do município em 2022. Ao se analisar apenas as atividades mais especificamente vinculadas à atenção à saúde humana<sup>5</sup>, esse percentual não se reduz significativamente, correspondendo, no quarto trimestre do mesmo ano, a uma representatividade de 8,0% e, no quarto trimestre de 2023, a 8,2%, com 550 mil trabalhadores (PNADC/IBGE).

A remuneração média nessas atividades, no quarto trimestre de 2023, foi de R\$ 7.173, ou seja, 42,1% superior à média da remuneração total no município, que foi de R\$ 5.049. Além disso, entre 2012 e 2023, esse rendimento cresceu em 30,7% para as atividades de atenção à saúde humana, enquanto, no total da remuneração média do município, esse crescimento foi de 17,3%.

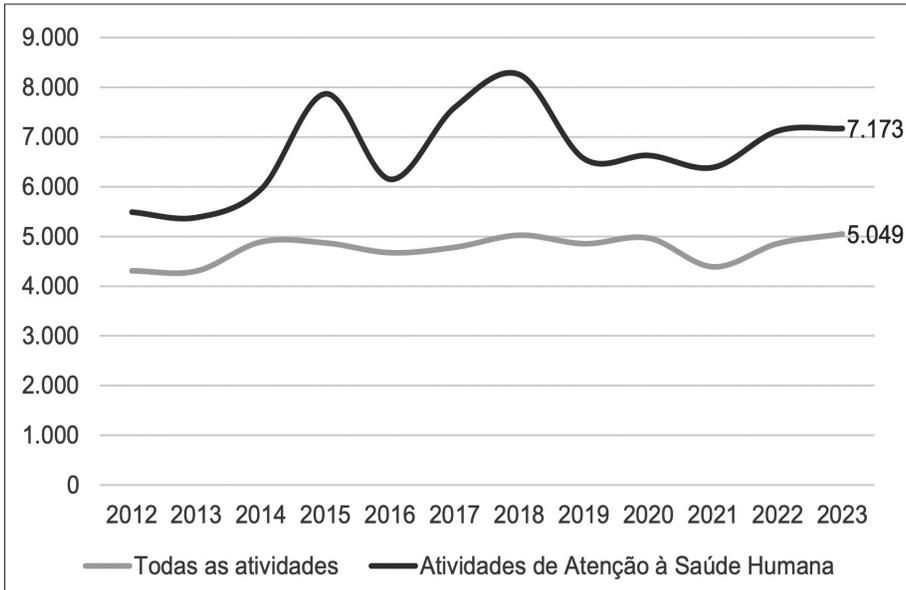
No mesmo período, quando se considera o rendimento médio por hora trabalhada no município o valor foi de R\$ 31 por hora, enquanto nas atividades de atenção à saúde humana foi de R\$ 45, ou seja, 44,3% superior.

Ou seja, os serviços de saúde ou os de atenção à saúde humana são o principal segmento na cidade de São Paulo entre as atividades da cadeia produtiva da saúde. Este setor se configura como o mais importante da cidade em termos de geração e manutenção de empregos bem qualificados e bem remunerados.

---

5 Foram consideradas as seguintes atividades de atenção à saúde, na CNAE 2.0 Domiciliar: Atividades de atendimento hospitalar; Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos; Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos; Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente; Atividades de assistência à saúde humana integradas com assistência social, inclusive prestadas em residências.

**Gráfico 1 – Rendimento médio real (em R\$) por atividade econômica Município de São Paulo, 4º trimestres de 2012 a 2023**



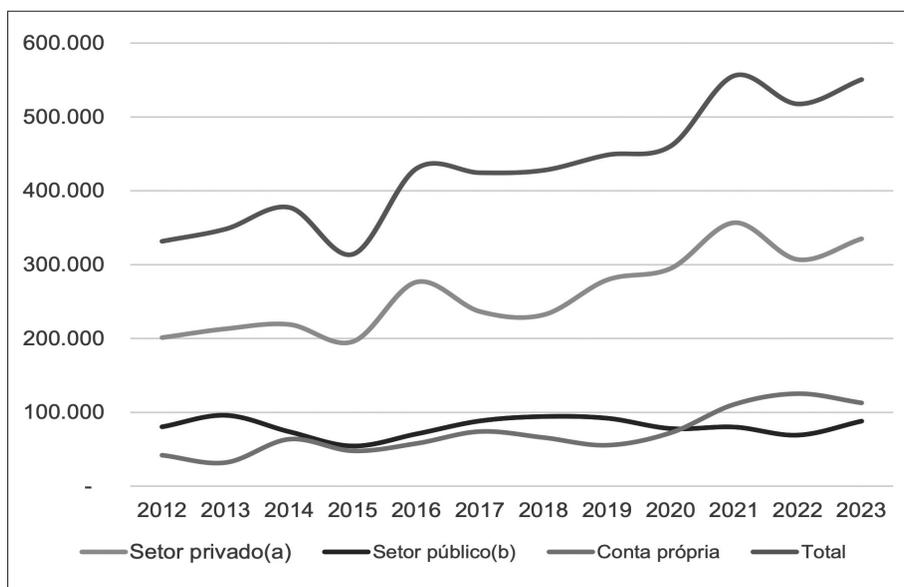
Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Embora o setor público, na figura do SUS, seja o principal ator nesse setor em termos de recursos físicos como número de leitos e número de médicos (Dieese, 2020), no total dos ocupados nessas atividades é o setor privado que predomina, com mais de 60,0% dos trabalhadores (sejam formais ou informais), e essa proporção se mantém constante no período analisado (2012 e 2023). Importante lembrar que isso acontece porque muitas pessoas trabalham no atendimento para o SUS, porém são contratados por Organizações Sociais (setor privado), e estas, por sua vez, podem ainda contratar trabalhadores por conta própria com CNPJ. Ou seja, não são contratações feitas diretamente pelo setor público.

Entre os profissionais do setor público e os por conta própria, nota-se uma inversão de participação ao longo do período analisado. Enquanto

os profissionais contratados do setor público passam de uma participação de 24,3% para 16,0%, os conta própria sobem de 12,6% para 20,5%, entre 2012 e 2023. Assim, a estimativa de ocupados no setor privado chega ao quarto trimestre de 2023 em 335 mil, no setor público em 88 mil e os conta própria em 113 mil.

**Gráfico 2 – Número de ocupados em atividades de atenção à saúde humana por posição na ocupação Município de São Paulo, 4º trimestres de 2012 a 2023**



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

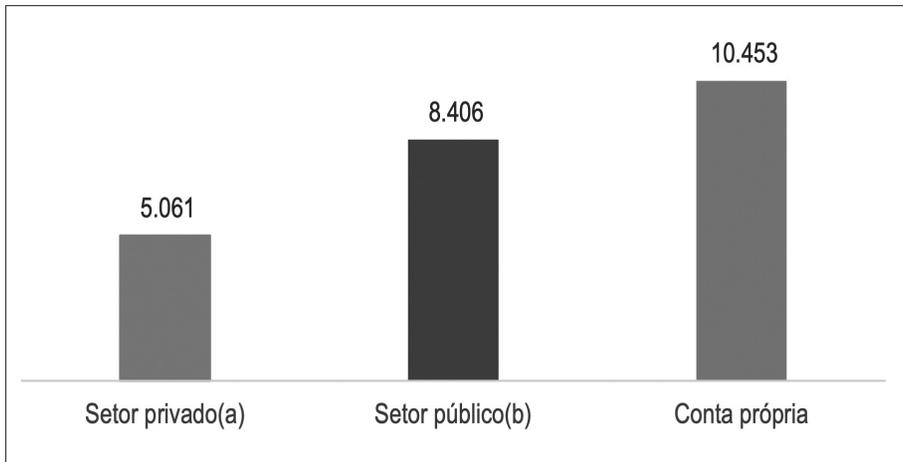
Nota: (a) Empregado no setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada; (b) Empregado no setor público com ou sem carteira de trabalho, militar e estatutário; (c) Outros: empregado doméstico com ou sem carteira de trabalho assinada, empregador e trabalhador familiar auxiliar.

Apesar do setor privado concentrar o maior número de pessoas ocupadas, o rendimento médio é o menor. Em 2023, foi de R\$ 5.061 por mês, ou R\$ 32 por hora trabalhada, enquanto no setor público o rendimento médio mensal foi de R\$ 8.406, ou R\$ 50 por hora trabalhada, e o dos trabalhadores por conta própria foi de R\$ 10.453, ou R\$ 71 por hora trabalhada.

Essa diferença de rendimento entre o setor público e o privado pode ser explicada, em parte, pela diferença do tipo de profissional que cada uma dessas esferas mais contrata, conforme será apresentado mais adiante.

**Gráfico 3 – Rendimento médio real habitual mensal (em R\$) em atividades de atenção à saúde humana por posição na ocupação**

**Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

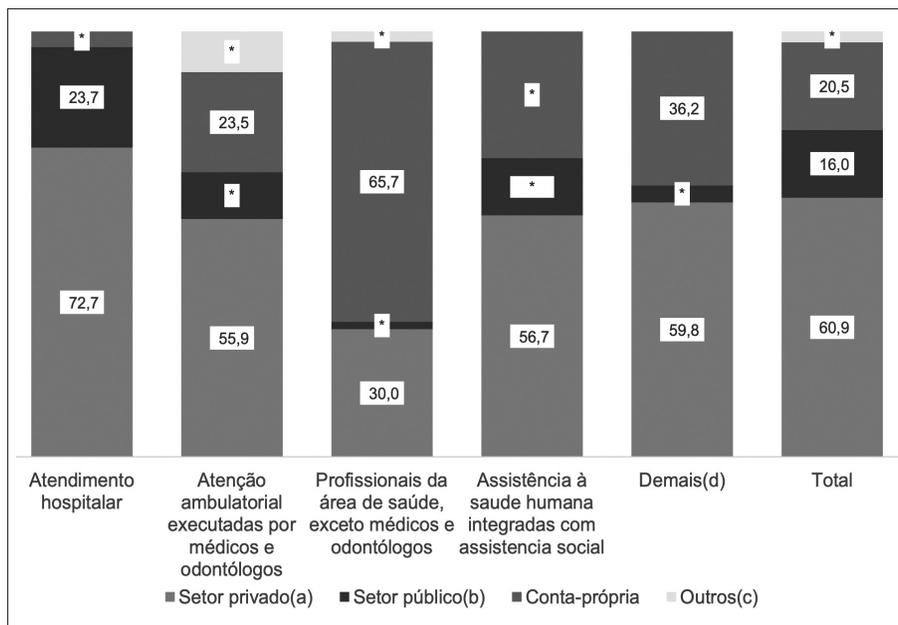


Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (a) Empregado no setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada; (b) Empregado no setor público com ou sem carteira de trabalho, militar e estatutário.

Os ocupados na atividade de **atendimento hospitalar** estão contratados predominantemente pelo setor privado, com 72,7% dos trabalhadores. Em **atenção ambulatorial**, o setor privado também predomina, mas com 55,9% dos trabalhadores contratados. Já a atividade **profissionais da saúde, exceto médicos e odontólogos** inclui majoritariamente trabalhadores que não trabalham nem para o setor público e nem para o setor privado, sendo principalmente dominado por trabalhadores por conta-própria, com 65,7%. Na **assistência** à saúde humana integrada com a assistência social, os trabalhadores contratados do setor privado também foram maioria, com 56,7%.

**Gráfico 4 – Proporção de trabalhadores ocupados no setor público ou privado em atividades de atenção à saúde humana, segundo a atividade econômica (em %) Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (\*) A amostra não comporta a desagregação para essas categorias. a) Empregado no setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada; (b) Empregado no setor público com ou sem carteira de trabalho, militar e estatutário; (c) Outros: Empregado doméstico com ou sem carteira de trabalho assinada, empregador e trabalhador familiar auxiliar. (d) Demais atividades são a soma de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica e de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, nas quais a amostra não comporta desagregação individualmente para cada uma delas.

Os médicos são mais contratados pelo setor público, com predominância de 34,8% deles trabalhando nessa esfera. Isso pode explicar, em parte, o maior rendimento médio dos trabalhadores da atenção à saúde humana no setor público como um todo, uma vez que o rendimento médio por hora desses profissionais é bem maior do que o dos demais.

No caso dos **profissionais de nível médio de enfermagem e partos**, 74,1% deles são trabalhadores do setor privado, assim como os **profissionais de enfermagem e partos**, com participação de 69,9% também nessa

esfera. No caso da ocupação **outros profissionais da saúde**, a maioria é de trabalhadores por conta-própria, correspondendo a 54,4%.

Os **especialistas em ciências sociais e teologia** também trabalham predominantemente por conta-própria (67,9%). Já o setor privado responde por 97,3% dos **trabalhadores de serviços de informação ao cliente** e 65,6% dos **outros profissionais de nível médio da saúde**.

**Tabela 1 – Principais ocupações das atividades de atenção à saúde humana, número de ocupados, rendimento médio (em R\$/hora) e proporção segundo posição na ocupação**

**Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

Ocupação	Nº ocupados	R\$/hora	% Setor privado	% Setor público	% Conta Própria	% Outros
			(a)	(b)		(c)
Médicos	113.199	96	32,9	34,8	25,3	(*)
Profissionais de nível médio de enfermagem e partos	59.257	22	74,1	20,5	(*)	(*)
Profissionais de enfermagem e partos	59.071	37	69,9	(*)	(*)	(*)
Outros profissionais da saúde	57.966	39	36,8	(*)	54,4	(*)
Especialistas em ciências sociais e teologia	40.440	60	(*)	(*)	67,9	(*)
Trabalhadores de serviços de informação ao cliente	34.654	13	97,3	(*)	-	(*)
Outros profissionais de nível médio da saúde	29.601	17	65,6	(*)	(*)	(*)
Escriturários gerais	23.924	15	100	-	-	-
Demais	132.383		77	(*)	(*)	(*)
<b>Total</b>	<b>550.495</b>	<b>45</b>	<b>60,9</b>	<b>16,0</b>	<b>20,5</b>	<b>(*)</b>

Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

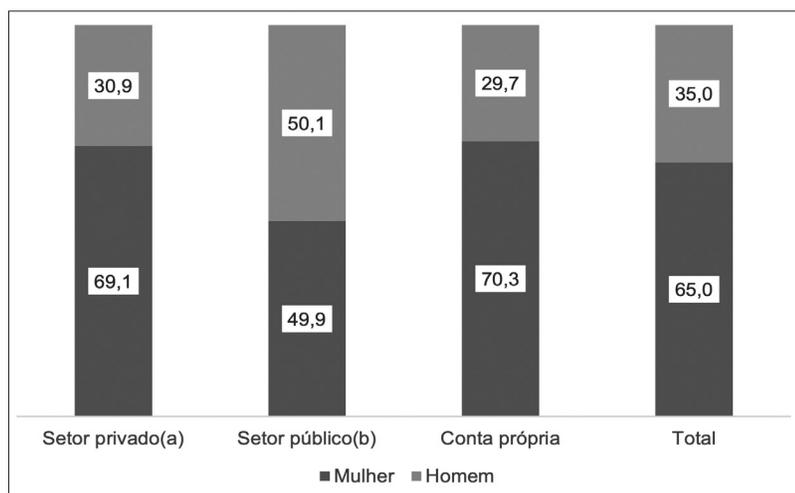
Nota: (\*) A amostra não comporta desagregação. (a) Empregado no setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada; (b) Empregado no setor público com ou sem carteira de trabalho, militar e estatutário; (c) Outros: empregado doméstico com ou sem carteira de trabalho assinada, empregador e trabalhador familiar auxiliar.

## A INSERÇÃO DAS MULHERES NAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA

As mulheres predominam entre os ocupados nas atividades de atenção à saúde humana. No município de São Paulo, em 2023, elas representaram 65,0% dessa mão de obra. No caso do setor privado, esse percentual foi até maior, com 69,1%, enquanto, no setor público, essa divisão foi estatisticamente igual para ambos os sexos. Já entre os trabalhadores por conta própria, o percentual de mulheres foi o maior, com 70,3% dos ocupados representados por elas.

No caso do setor público, a menor proporção de mulheres pode ser explicada em parte pela maior participação dos médicos nesse setor, que é uma profissão ainda exercida predominantemente por homens, conforme será demonstrado mais adiante.

**Gráfico 5 – Proporção de homens e mulheres em atividades de atenção à saúde humana, segundo posição na ocupação (em %) Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

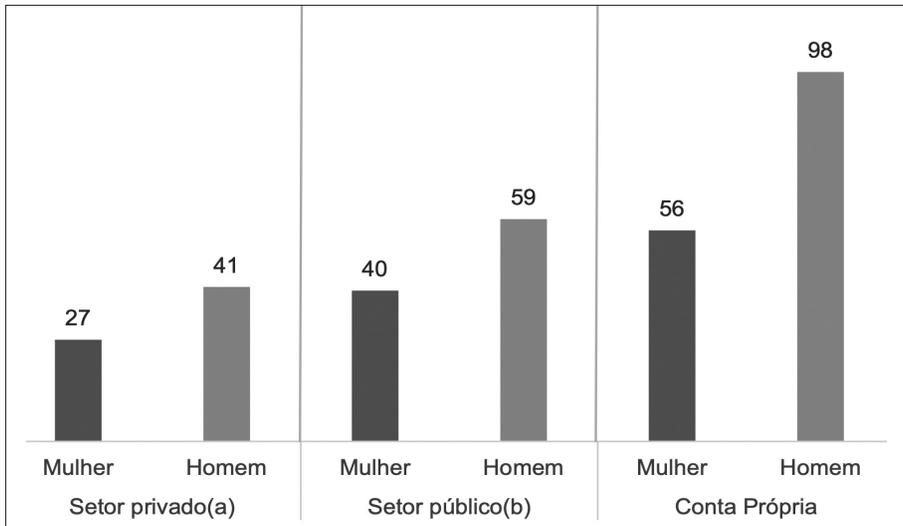


Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (a) Empregado no setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada; (b) Empregado no setor público com ou sem carteira de trabalho, militar e estatutário; (c) Outros: empregado doméstico com ou sem carteira de trabalho assinada, empregador e trabalhador familiar auxiliar.

Embora as mulheres sejam 70,3% dos trabalhadores por conta própria da saúde, elas tiveram rendimento 42,9% inferior aos homens que trabalham por conta própria. No setor privado, elas representaram 69,1%, porém com um rendimento médio por hora 34,1% menor. O setor público foi o que teve uma inserção um pouco mais igualitária e, ainda que a desigualdade de rendimento tenha sido um pouco menor, este ainda assim foi 32,2% inferior ao dos homens.

**Gráfico 6 – Rendimento médio real por hora trabalhada (em R\$/hora) em atividades de atenção à saúde humana, segundo posição na ocupação e sexo Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (a) Empregado no setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada; (b) Empregado no setor público com ou sem carteira de trabalho, militar e estatutário.

Essas diferenças são explicadas tanto pela desigualdade de remuneração das atividades e ocupações nas quais as mulheres conseguem maior inserção quanto pela discriminação dentro de um mesmo setor e ocupação.

Apesar de as mulheres serem maioria nas atividades de atenção à saúde humana (65,0%), na categoria **médicos**, que são os profissionais com o me-

lhor rendimento (R\$ 96, em média, por hora) elas são minoria: apenas 37,5%. Já entre os **profissionais da enfermagem**, as mulheres perfazem mais de 86% dos trabalhadores, porém, com nível médio, o rendimento é de, em média, R\$ 22 reais/hora, enquanto com nível superior é de R\$ 37 reais por hora.

Essa talvez seja parte da explicação da desigualdade de rendimento entre homens e mulheres nesse setor. Porém ainda ficam questões como: por que é tão baixa a inserção das mulheres na carreira de medicina? Ou, mesmo quando estão na carreira, por que não alcançam cargos de chefia e gerência na mesma proporção que os homens? Essas são questões com raízes históricas e sociais, como, por exemplo: estereótipos de gênero; equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, com uma jornada de estudos e trabalho muitas vezes incompatível com a maternidade e os afazeres domésticos em uma sociedade em que a divisão de tarefas domiciliar ainda não é igualitária entre os gêneros; assédio e discriminação, com relatos de assédio sexual, discriminação de gênero e desigualdade de oportunidades enfrentadas por mulheres que podem desencorajar algumas delas de continuarem na profissão ou de buscarem posições de liderança, entre outros fatores.

**Tabela 2 – Principais ocupações das atividades de atenção à saúde humana, ocupados, rendimento médio (em R\$/hora) e proporção de mulheres Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

Ocupação	Nº ocupados	R\$/hora	% de mulheres
Médicos	113.199	96	37,5
Profissionais de nível médio de enfermagem e partos	59.257	22	86,7
Profissionais de enfermagem e partos	59.071	37	86,1
Outros profissionais da saúde	57.966	39	76
Especialistas em ciências sociais e teologia	40.440	60	86,8
Trabalhadores de serviços de informação ao cliente	34.654	13	82,5
Outros profissionais de nível médio da saúde	29.601	17	62,7
Escriturários gerais	23.924	15	(*)
Demais	132.383		
<b>Total</b>	<b>550.495</b>	<b>45</b>	<b>65,0</b>

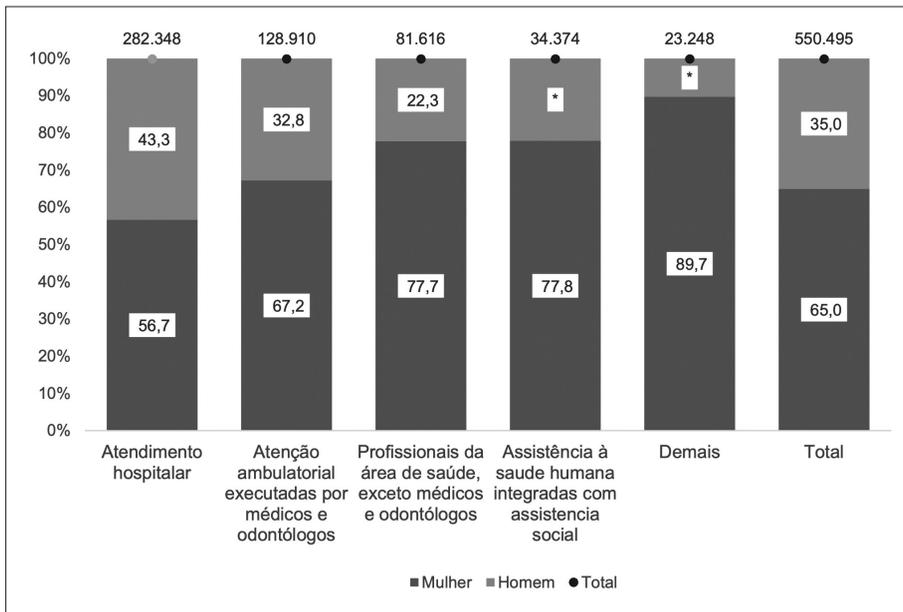
Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (\*) A amostra não comporta a desagregação.

A atividade de atenção à saúde humana que mais emprega é o **atendimento hospitalar**, com 282 mil trabalhadores ocupados, seguida de **atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos**, com 129 mil trabalhadores, de **atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos**, com 82 mil trabalhadores, e de **atividades de assistência** à saúde humana integradas com assistência social, com 34 mil.

Dessas atividades, as que tiveram as maiores participações de mulheres foram as **atividades de profissionais da saúde, exceto médicos e odontólogos** (77,7%), as **integradas com a assistência social** (77,8%) e as demais (89,7%).

**Gráfico 7 – Proporção de homens e mulheres em atividades de atenção à saúde humana, segundo a atividade econômica (em %) Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

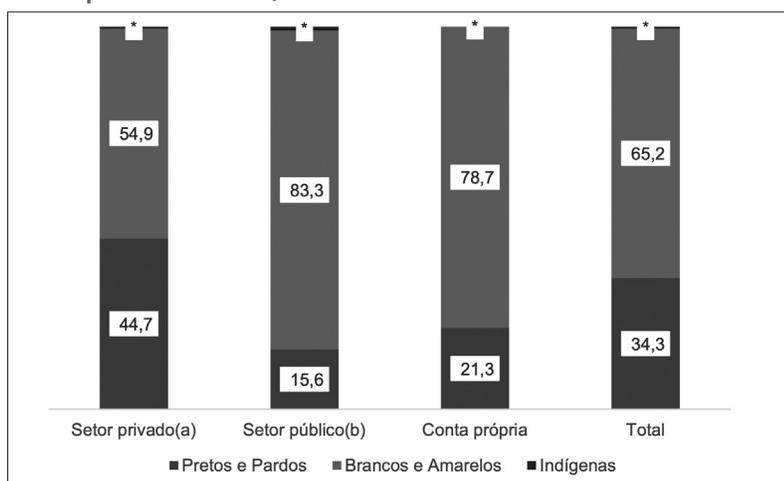
Nota: (\*) A amostra não comporta a desagregação. (a) Demais atividades: soma de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica e de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, em que a amostra não comporta desagregação individual para cada uma delas.

## A INSERÇÃO DOS NEGROS NAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA

Os negros são minoria entre a população ocupada nas atividades de atenção à saúde humana, representando 34,3%. Entre os empregados no setor público, esse percentual não chegou a 16% no quarto trimestre de 2023, enquanto, no setor privado, foi de 44,7%. Entre os trabalhadores por conta própria, representaram 21,3%.

O setor público contrata uma maior proporção de médicos e, conforme apresentado anteriormente e mais adiante, essa profissão ainda é dominada por homens brancos no Brasil. No município de São Paulo, como vimos, 62,5% dos médicos eram homens e, conforme será apresentado, 94,1% dos médicos eram brancos. Essa pode ser parte da explicação sobre o porquê de haver tão poucos negros nessas atividades no setor público.

**Gráfico 8 – Proporção de cor/raça em atividades de atenção à saúde humana, segundo posição na ocupação (em %) Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (\*) A amostra não comporta desagregação. (a) Empregado no setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada; (b) Empregado no setor público com ou sem carteira de trabalho, militar e estatutário; (c) Outros: empregado doméstico com ou sem carteira de trabalho assinada, empregador e trabalhador familiar auxiliar.

Os trabalhadores dos serviços de atenção à saúde humana que eram negros receberam, em média, R\$ 25 reais por hora trabalhada, enquanto os brancos e amarelos receberam R\$ 55 reais por hora no mesmo período. Ou seja, uma diferença de 54,8% a menos que os brancos e amarelos. No setor privado, os negros receberam, em média, R\$ 18 por hora trabalhada. Já os brancos e amarelos receberam R\$ 43/hora, chegando a uma diferença de 57,4% a menos para os negros. Para as demais categorias de posição na ocupação, não foi possível desagregar a informação de rendimento.

Assim como no caso das mulheres, essas diferenças são explicadas pela desigualdade de remuneração entre atividades e ocupações nas quais os negros logram maior inserção e pela discriminação dentro de um mesmo setor e ocupação.

Os negros são minoria nas atividades de atenção à saúde humana (34,3%). Além disso, não são maioria em nenhuma das principais ocupações relacionadas diretamente ao cuidado e à atenção à saúde humana. Considerando as principais ocupações nas quais foi possível a desagregação da amostra da PNADC/IBGE, observa-se que os negros só possuem uma inserção maior naquelas em que o ensino superior não é exigido. Assim, eles só foram maioria entre os **trabalhadores de serviços de informação ao cliente** (61,9%) e tiveram uma participação de 45,9% entre os **profissionais de nível médio de enfermagem e partos**. Nas demais ocupações, que exigiam ensino superior, os negros tiveram participação inferior a 30%.

Cabe notar que a maior participação dos negros foi justamente na ocupação de menor rendimento médio, ou seja, **trabalhadores de serviços de informação ao cliente**, com 61,9% dos ocupados e rendimento médio de R\$ 13 reais por hora trabalhada.

O maior rendimento médio do setor ficou com os médicos, cuja maioria é de brancos e amarelos (94,1%), com R\$ 96 reais por hora no quarto trimestre de 2023.

A baixa inserção de médicos negros também é um problema com raízes históricas, sociais e estruturais. O preconceito e a discriminação ra-

cial dentro do sistema educacional e no campo da medicina criam barreiras para os estudantes negros que buscam ingressar na profissão, além de outras barreiras históricas no acesso à educação de qualidade, o que pode limitar as oportunidades de ingresso em faculdades de medicina. As disparidades socioeconômicas têm um impacto significativo uma vez que as comunidades negras muitas vezes enfrentam falta de acesso a recursos financeiros, a cursos preparatórios e a estágios que são importantes para ingressar e concluir faculdades de medicina. Há ainda o estresse racial e de saúde mental, ou seja, a experiência de ser uma minoria racial em um ambiente predominantemente branco. Há, por exemplo, o conceito de microagressão, que tenta traduzir atos preconceituosos sutis, intencionais ou não, e que a longo prazo causam a deterioração da saúde mental dessas populações. Tudo isso pode impactar negativamente a saúde mental e o bem-estar dos estudantes negros, influenciando suas escolhas de carreira.

**Tabela 3 – Principais ocupações das atividades de atenção à saúde humana, ocupados, rendimento médio (em R\$/hora) e proporção por cor/raça Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023**

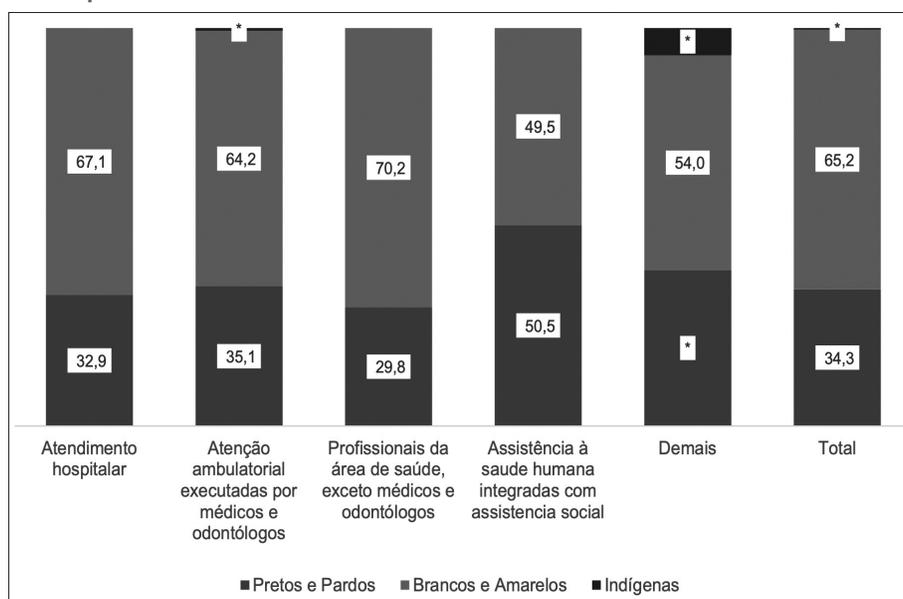
Ocupação	Nº ocupados	R\$/hora	% de Pretos e Pardos	% de Brancos e Amarelos
Médicos	113.199	96	(*)	94,1
Profissionais de nível médio de enfermagem e partos	59.257	22	45,9	54,1
Profissionais de enfermagem e partos	59.071	37	(*)	76,9
Outros profissionais da saúde	57.966	39	(*)	74,8
Especialistas em ciências sociais e teologia	40.440	60	(*)	78,1
Trabalhadores de serviços de informação ao cliente	34.654	13	61,9	(*)
Outros profissionais de nível médio da saúde	29.601	17	(*)	(*)
Escriturários gerais	23.924	15	(*)	(*)
Demais	132.383			
<b>Total</b>	<b>550.495</b>	<b>45</b>	<b>34,3</b>	<b>65,2</b>

Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (\*) A amostra não comporta a desagregação.

Entre as atividades de atenção à saúde humana, a única que possui maioria de trabalhadores negros são as **atividades de assistência à saúde humana integradas com assistência social**, inclusive prestadas em residências, com 50,5% dos ocupados nessa atividade.

**Gráfico 9 – Proporção por cor/raça em atividades de atenção à saúde humana, segundo a atividade econômica (em %)**  
Município de São Paulo, 4º trimestre de 2023



Fonte: PNADC/IBGE. Elaboração: Dieese.

Nota: (\*) A amostra não comporta a desagregação. (a) Demais atividades: soma de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica e de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente, em que a amostra não comporta desagregação individual para cada uma delas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de pessoas ocupadas em atividades econômicas relacionadas à saúde humana apresenta tendência de crescimento tanto no município de São Paulo quanto no Brasil. No município, essas atividades concentravam 10,7% dos trabalhadores em 2022. A informalidade nessas

atividades é baixa, de 11,2%, e o rendimento médio do trabalho é mais de 20,0% superior às demais atividades do município.

Ao se analisar apenas as atividades de atenção à saúde humana, elas representaram 8,2% dos trabalhadores do município, no quarto trimestre de 2023, com 550 mil pessoas. O rendimento médio nessas atividades foi de R\$ 7.173, ou seja, 42,1% superior à média do rendimento total no município, que foi de R\$ 5.049. Além disso, entre 2012 e 2023, esse rendimento real cresceu em 30,7% para as atividades de atenção à saúde humana, enquanto, no total da remuneração média do município, o crescimento foi de apenas 17,3%.

Ou seja, os serviços de atenção à saúde humana se configuram como uma das principais atividades da cidade de São Paulo em termos de geração e manutenção de empregos bem qualificados e bem remunerados.

Embora o SUS seja o principal ator no município nesse setor em termos de recursos físicos como número de leitos e número de médicos, quando se considera o total de pessoas ocupadas é o setor privado, incluindo as organizações sociais, que predomina, respondendo por mais de 60,0% dos trabalhadores.

O rendimento médio mensal no setor privado é de R\$ 5.061, enquanto, no setor público, é de R\$ 8.406. Os **profissionais de nível médio de enfermagem e partos** são os principais trabalhadores contratados do setor privado (13,1%), enquanto os **médicos** representam apenas (11,1%). Já no setor público, os **médicos** são os principais profissionais, representando 44,7% do total de ocupados nessa esfera.

O trabalho das mulheres predomina no setor privado (69,1%) e entre os conta própria (70,3%), enquanto, no setor público, são os homens que predominam (50,1%). A ocupação de médicos é a única na qual as mulheres não predominam na área da saúde, com representação destas de apenas 37,5%.

Os negros têm mais representatividade no setor privado, com 44,7% dos ocupados, do que no setor público, onde eles representaram apenas

15,6% dos ocupados. Menos de 6,0% dos médicos ocupados no município de São Paulo são negros. Os negros que trabalham nos serviços de saúde só predominam na ocupação de **trabalhadores de serviços de informação ao cliente**, com 61,9%.

Importante lembrar que esse perfil talvez não represente os trabalhadores que muitas vezes trabalham no atendimento para o SUS pois podem ser contratados de organizações sociais (setor privado) que, por sua vez, podem contratar trabalhadores por conta própria com CNPJ. Ou seja, os trabalhadores para o setor público nem sempre são contratados diretos.

Com isso, cabe destacar algumas considerações. A saúde é um setor com capacidade de gerar desenvolvimento econômico e o SUS pode garantir isso diretamente pela oferta de serviços à população, reduzindo as desigualdades no acesso, ou mais indiretamente, promovendo oportunidades de trabalho de qualidade. É essencial, para tanto, sua expansão e fortalecimento.

A integração do SUS com a produção do conhecimento e com instituições de ensino pode ser um mecanismo de redução das desigualdades de inserção na ocupação nesse setor, se associada à implementação de políticas públicas que visem reduzir as disparidades no acesso à educação, promovendo a diversidade e a inclusão nas faculdades – de medicina e em outros cursos na área – e nos locais de trabalho. Além disso, fornecer mentoria e apoio financeiro para estudantes mulheres e negros interessados em seguir carreiras na medicina pode ser uma forma de reduzir as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho desse setor.

Conforme dito, a saúde é um setor capaz de gerar crescimento e desenvolvimento econômico. Há evidências empíricas de que investimentos nesse setor reduzem as desigualdades, mas para isso é essencial a articulação dos investimentos em tecnologia, formação profissional e mercado de trabalho.

Nesse sentido, o município de São Paulo possui a Escola Municipal de Saúde Pública Professor Makiguti, que é reconhecida pelos cursos técnicos na área da saúde. É administrada pela Fundação Paulistana, que por muitos anos esteve sob o guarda-chuva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

A Fundação Paulistana tem a finalidade de promover desenvolvimento tecnológico, social, cultural, territorial e econômico. Ou seja, uma concepção da formação profissional que aponta para uma ideia do trabalho como elemento central para um modelo de desenvolvimento em todos os seus elementos: econômico, social e ambiental. Nesse sentido, pode ser uma ferramenta importante no desenvolvimento econômico da cidade capaz de articular investimentos em ciência com a formação profissional e a geração de empregos a partir da demanda garantida pelo fortalecimento do SUS.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da; GARTNER, Ivan Ricardo. O efeito da função orçamentária alocativa na redução da desigualdade de renda no Brasil: uma análise dos gastos em educação e saúde no período de 1995 a 2012. *Revista de Administração Pública*, v. 51, p. 264-293, 2017.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Estudo Temático V: Atividades Econômicas Relacionadas à Saúde Humana no Município de São Paulo*. DIEESE: São Paulo, março/2020. Disponível em: <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/atividades-economicas-relacionadas-a-saude-humana-no-municipio-de-sao-paulo-marco-2020> Acesso em 20 mar. 2024

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Atualização de Estudos VI: Atividades Econômicas Relacionadas à Saúde Humana no Município de São Paulo*. DIEESE: São Paulo, fevereiro/2023. Disponível em: <https://observatorios.dieese.org.br/ws2/producao-tecnica/arquivo/2/atividades-economicas-relacionadas-a-saude-humana-no-municipio-de-sao-paulo-fevereiro-2023>

[Acesso em 20 mar. 2024](#)

FREY, Carl Benedikt & OSBORNE, Michael. *The Future of Employment*. Oxford: Oxford Martin School, setembro de 2013.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois et al. O Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) como espaço estratégico para a modernização do SUS e para a geração dos empregos do futuro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, p. 2833-2843, 2023.

GRIMM, Michael. Does inequality in health impede economic growth? *Oxford economic papers*, v. 63, n. 3, p. 448-474, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Efeitos econômicos do gasto social no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Perspectivas da política social no Brasil*. Brasília: Ipea, 2010. p. 109-160. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades; Livro 8).

TEPASSÊ, Ângela Cristina. A substituição tecnológica do trabalho humano no Brasil. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 16, 2019. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/235>. Acesso em: 07 jan. 2020.

VIANA, A. L. d'Ávila & SILVA, H. P. da. (2021). Saúde e desenvolvimento no Brasil: argumentos para promover a cidadania em tempos difíceis. *Planejamento e Políticas Públicas*, (49). Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/955> Acesso em: 20 mar. 2024

# As condições de trabalho dos catadores e catadoras nas cooperativas da cidade de São Paulo<sup>1</sup>

Marilane Oliveira Teixeira<sup>2</sup>

Elaine Teixeira<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2022<sup>4</sup>, estima-se que no Brasil haja mais de 800 mil trabalhadores(as) que desenvolvem atividades de catação, separação e triagem dos resíduos sólidos em diferentes formas de organização e espaços, como nas cooperativas e associações de reciclagem, em lixões que ainda estão em funcionamento no Brasil e/ou de forma solitária e autônoma, puxando carrinhos nas ruas.

---

1 Este trabalho faz parte do eixo temático “Como Garantir os Direitos Sociais e Trabalhistas”, no âmbito do projeto “Fortalecer a capacidade de atuação das instituições públicas e das organizações sociais e sindicais para assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas e da proteção social no Brasil e as possíveis formulações para enfrentar o problema do emprego e da informalidade”, do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/IE-UNICAMP).

2 Economista, doutora em desenvolvimento econômico e social, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Cesit/IE – Unicamp).

3 Graduada em História e especialista em políticas públicas.

4 Disponível em: [www.ipea.gov.br/porta1/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11693-mais-de-800-mil-cata-dores-serao-beneficiados-com-o-credito-de-reciclagem-no-brasil](http://www.ipea.gov.br/porta1/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11693-mais-de-800-mil-cata-dores-serao-beneficiados-com-o-credito-de-reciclagem-no-brasil) Acesso em: 21 mar. 2024.



caso de acidentes de trabalho, entre outros. Apesar do avanço da lei, no cotidiano, é muito difícil para a maioria das cooperativas de reciclagem atender a todas essas exigências legais. Por isso, o movimento de catadores(as) segue em luta para, por exemplo, diminuir o percentual de recolhimento da previdência de 20% para 5% ou 2,8%.

Já a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), considerada um marco positivo por trazer em suas diretrizes, entre outros aspectos, a definição das figuras do **poluidor-pagador** e do **protetor-recebedor**. De maneira simples, isso significa que os agentes econômicos responsáveis direta ou indiretamente pelo ciclo de vida de um determinado produto devem assumir os custos relacionados aos danos ambientais provocados por essa atividade econômica, como é o caso da gestão de seus resíduos sólidos. Por outro lado, agentes que promovam ações socioambientais que reduzam a exploração ambiental, como os(as) catadores(as), são vistos como protetores-recebedores e, portanto, podem ser remunerados por sua atividade.

Passados 13 anos da promulgação da PNRS, dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2021 apontam que 32% dos municípios brasileiros tinham elaborado Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e estes ainda estavam em fase de implementação. E, segundo os registros do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), existem no cenário nacional 71 soluções compartilhadas relacionadas à coleta seletiva domiciliar, incluídos aí os consórcios intermunicipais. Há também um total de 2.941 cooperativas e associações de catadores(as) no Brasil, segundo o Anuário da Reciclagem de 2023<sup>11</sup>. A partir da boa vontade do poder público, grande parte desses coletivos poderia efetivar contratos com as prefeituras para realizarem a coleta seletiva nos municípios e/ou em sistemas de consórcios intermunicipais remunerados por estes.

---

11 Disponível em: <https://anuariodareciclagem.eco.br/> Acesso em: 21 mar. 2024

De um lado, os municípios alegam falta de verbas para implementar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. De outro, dados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>12</sup> mostram que a maior parte dos orçamentos municipais em 2023, cerca de R\$ 3,7 bilhões, foi destinada ao saneamento básico, área que engloba a coleta seletiva também, além do tratamento de água potável, esgoto, limpeza urbana, drenagem e manejo de águas pluviais. Contudo, não há dados sobre o valor exato investido pelos municípios na coleta de resíduos sólidos ou se, e como, as cooperativas de reciclagem locais estão sendo envolvidas nessa atividade.

Na última década, foi possível localizar alguns contratos celebrados entre o poder público e as cooperativas de reciclagem, como no estado da Bahia, no Distrito Federal e em algumas cidades do interior de São Paulo. Tais contratos só se concretizaram após muito esforço por parte das cooperativas que, em geral, têm sua participação na coleta seletiva inviabilizada pelos inúmeros pré-requisitos estabelecidos pelos entes federados. Outro elemento determinante para a inclusão das cooperativas de reciclagem é a vontade e o compromisso político dos gestores que ocupam o cargo no executivo no momento das contratações. Ou seja, a implementação do PNRS tem-se configurado como uma política de governo que corre o risco de ser descontinuada quando o prazo de vigência dos contratos se encerra e novos gestores ocupam a pasta.

## A COLETA DE MATERIAIS REICLÁVEIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Desde 2014, o município de São Paulo possui um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS)<sup>13</sup>. Construído de forma

12 RIGAMONTI, S. Saneamento é maior destino dos financiamentos do BNDES em 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/saneamento-e-maior-destino-dos-financeamentos-do-bn-des-em-2023.shtml> Acesso em: 21 mar. 2024.

13 Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf> Acesso em: 19 mar. 2024

participativa ao longo da IV Conferência Municipal de Meio Ambiente, o PGIRS está sintonizado com o princípio fundamental da PNRS, que reconhece o resíduo como um bem com valor econômico e social e dispõe que a ordem de prioridade no gerenciamento de resíduos deve ser: a não geração de resíduos sólidos, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, evitando ao máximo o aterramento e a incineração e buscando a recuperação energética. A PNRS estabelece também a necessidade de garantir o envolvimento e a inclusão social de catadoras e catadores nessa gestão.

A concretização do PGIRS, porém, enfrenta muitas barreiras. Em 2004, o município de São Paulo estabeleceu contratos de concessão do serviço de coleta e destinação dos resíduos sólidos. Nesse modelo, o Estado delega a prestação do serviço público às concessionárias, que passam a explorá-lo em nome da Administração Pública. No caso dos resíduos, ainda em 2004, foram firmados contratos com as concessionárias Loga e Ecourbis, envolvendo serviços como a coleta de resíduos domiciliares (indiferenciado e seletivo), coleta em feiras, coleta de resíduos de saúde e a destinação adequada dos mesmos, assim como a realização de programas de conscientização da população e a manutenção de aterros desativados. Os contratos também preveem investimentos como a construção de aterros sanitários, estações de transbordo, unidade de tratamentos de resíduos de saúde, sistemas de fiscalização, estações de triagem, coleta mecanizada com containers e pátios de compostagem.

De acordo com as informações do site “Passando a Limpo”, a previsão de coleta, transporte e destinação é de cerca de 20 mil toneladas de resíduos gerados diariamente em São Paulo. A remuneração das empresas utiliza como base a tarifa mensal do Fundo Municipal de Limpeza Urbana (FMLU). Nos contratos originais, as tarifas mensais fixas, respectivamente, eram de R\$ 19.989.118,80 para a Loga e R\$ 20.997.836,00 para a Ecourbis, com margem para ajustes no valor a

cada cinco anos<sup>14</sup>. Para gerenciar todo esse Sistema de Limpeza Urbana do Município, foi criada em 2002 a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (Amlurb). Porém, essa autarquia teve sua extinção definida pela Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020, no escopo da reforma administrativa do então prefeito Bruno Covas para viabilizar a consecução do Plano Municipal de Desestatização (PMD) e do Programa Municipal de Parcerias Público Privadas, aprofundando ainda mais as privatizações no município. A mesma lei criou também a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula), sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada ao gabinete e regulamentada pelo Decreto nº 60.173 de 13 de julho de 2021. Nessa época, a gestão municipal argumentou que a desestatização dos serviços públicos, como a limpeza urbana, coleta seletiva, gestão dos necrotérios, cemitério, entre outros, iria gerar uma economia mensal de R\$ 500 mil no conjunto de serviços que seriam geridos pela agência reguladora. Considerando a importância desses serviços para a sociedade, a economia de recursos é absolutamente irrisória em município cujo orçamento para 2024 é de R\$ 111,8 bilhões.

## PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS NA RECICLAGEM

Até março de 2023, as cooperativas de reciclagem da cidade de São Paulo se candidatavam junto à SP Regula para receber os resíduos sólidos coletados pelas concessionárias Loga e Ecourbis. Mediante cadastramento e emissão das certidões municipais, estaduais e federais de regularidade fiscal e trabalhista, as cooperativas aprovadas eram consideradas habilitadas para receber os resíduos sólidos coletados e seus gastos com a energia elétrica e água eram ressarcidos pela Prefeitura. A maioria das 23 cooperativas habilitadas na Prefeitura até essa data funcionava em galpões ou em

---

14 Bittencourt, M.; Picolotto, A. Como funcionam os contratos de coleta e destinação de resíduos sólidos. Disponível em: [https://passandoalimpo.nossasaopaulo.org.br/contrato/como\\_funcionam\\_os\\_contratos\\_de\\_coleta\\_e\\_destinacao\\_de\\_residuos\\_solidos](https://passandoalimpo.nossasaopaulo.org.br/contrato/como_funcionam_os_contratos_de_coleta_e_destinacao_de_residuos_solidos) Acesso em: 05 mar. 2024.

terrenos públicos. Nos casos em que os galpões eram locados, o valor do aluguel, a priori, era custeado pela Prefeitura.

As demais cooperativas, que não conseguiam a aprovação ou não se habilitavam no cadastramento, não recebiam os resíduos da coleta seletiva feita pelas concessionárias, mas podiam receber resíduos diretamente de grandes geradores, como shopping centers, escolas e condomínios. Por meio de cadastro no sistema de Controle de Transporte de Resíduo (CTR-E), essas cooperativas são responsáveis por todos os custos do processo: coleta dos resíduos sólidos, triagem, armazenamento, infraestrutura dos galpões, manutenção de veículos e equipamentos, recolhimento de impostos e remuneração dos cooperados(as).

Entretanto, a partir de abril de 2023, o gerenciamento das cooperativas habilitadas junto à Prefeitura passou a ser responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMEDT), como parte do Programa SP Coopera. A justificativa dada para tal mudança foi a de que a SP Regula, na condição de agência reguladora, não possuía estrutura e conhecimento para atender as demandas das cooperativas de reciclagem.

Uma das primeiras ações da SMEDT no âmbito desse programa foi a apresentação do “Mapeamento de iniciativas de economia circular e reciclagem da cidade de SP” para as cooperativas de reciclagem habilitadas ou não, com o objetivo de reunir informações para desenhar o ecossistema de economia circular no município.

No mês de julho de 2023, a SMDDET lançou o edital de chamamento público nº 08/SMDDET/2023 para cadastrar 30 cooperativas de catadores(as) de materiais recicláveis e incubar 20 cooperativas ou associações. Entre as 30 cooperativas inscritas, a SMDDET definiu que 20 receberiam auxílios para pagamento de aluguel e despesas de energia elétrica e água, aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), acompanhamen-

to e apoio técnico, além de disponibilização/entrega de resíduos sólidos recicláveis. Outras 10 cooperativas receberiam os mesmos auxílios, exceto o de pagamento das despesas com aluguel. Os contratos são de dois anos.

O período previsto para incubação, em que os participantes receberiam apoio técnico com consultorias, atividades de capacitação e qualificação profissional, integração e cooperação entre cooperativas, seria de outubro de 2023 a março de 2024. Quanto as cooperativas que foram aprovadas no edital de cadastramento, quatro relataram que não haviam assinado nenhum tipo de contrato com a prefeitura.

### **BAIXA EFICIÊNCIA**

Segundo o Tribunal de Contas do Município (TCM), os contratos de concessão de gestão de resíduos sólidos são complexos, uma vez que pressupõem investimentos, responsabilidades alargadas e autonomia para as empresas contratadas. Por serem anteriores aos principais marcos regulatórios que versam sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, tais contratos podem ser considerados arcaicos, uma vez que possuem referências teóricas distintas das utilizadas atualmente, como é o caso do uso generalizado do termo “limpeza urbana”, entendido hoje como apenas uma das dimensões da gestão de resíduos sólidos<sup>15</sup> (Instituto Pólis, 2023).

O TCM constatou também que a cidade obteve pouca qualificação no manejo dos resíduos sólidos em todo esse período, com baixos resultados de coleta seletiva. Cerca de 50% dos resíduos secos que chegam às cooperativas é rejeito e segue para o transbordo, onde aguardam o deslocamento para o aterramento, o que representa baixa eficiência considerando as tecnologias existentes hoje.

---

15 Sistematização do Ciclo de Debates: Concessão da Gestão de Resíduos Sólidos em São Paulo -Instituto Pólis, páginas 4 e 5,2023

## A SITUAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE MATERIAIS REICLÁVEIS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Para este trabalho, foram entrevistadas 10 cooperativas, sendo 7 habilitadas pela Prefeitura e 3 não habilitadas, além de uma associação de catadores(as).<sup>16</sup> As cooperativas visitadas são todas constituídas como cooperativas de trabalho, de acordo com a Lei nº 12.690/2012. As cooperativas e as associações visitadas foram fundadas entre 1998 e 2013. Duas das cooperativas são remanescentes do antigo Programa Coleta Seletiva Solidária, implantado no município a partir de 2003, período em que houve ações de formação para o cooperativismo solidário e assessoria para as cooperativas, com visitas frequentes de técnicos do programa para acompanhamento da gestão das cooperativas.

As cooperativas entrevistadas relataram abandono do poder público desde 2017. Não houve mais diálogo e nem foram realizadas mais visitas técnicas. Elas informaram também que, após a criação da agência SP Regula, tudo ficou mais difícil. Não há registros de programas ou ações pontuais, com foco na assistência técnica e formação para os(as) catadores(as), sejam elas habilitadas ou não junto à Prefeitura. Segundo depoimento das cooperativas, as raras visitas realizadas pelos representantes da SP Regula tiveram caráter apenas de supervisão em relação aos gastos de energia elétrica e água.

### **Perfil dos cooperados(as)**

As mulheres representam aproximadamente 63,5% do total de cooperados(as) das cooperativas entrevistadas. Apenas em uma delas as mulheres não são maioria dos cooperados(as). Em relação à escolarização, a grande maioria dos(as) catadores(as) tem ensino fundamental completo ou incompleto. Também foram identificados em algumas a presença de cooperados com ensino médio completo ou incompleto.

---

16 As entrevistas foram realizadas entre 13 de junho e 03 de julho de 2023. Optamos por não identificar as cooperativas entrevistadas para preservá-las.

No que se refere à faixa etária, foram identificados participantes entre 20-81 anos, sendo que a maioria de cooperados(as) está na faixa de 30-60 anos. Infelizmente, o mesmo perfil socioeconômico dos cooperados e cooperadas não se reflete na gestão das cooperativas.

Existe uma rotatividade grande de cooperados(as), entretanto as pessoas entrevistadas não souberam informar os motivos disso. Já na gestão das cooperativas não há rotatividade e os entrevistados(as) comentaram que os cooperados(as), em sua maioria, não têm interesse em ocupar alguma função na gestão, como a presidência ou a tesouraria.

No que concerne à remuneração dos(as) catadores(as), a cooperativa número 3 (anexo 1) se destaca pelo seu histórico. Ela não é habilitada pela Prefeitura, mas é a que melhor remunera os(as) cooperados(as). Fundada em 2004, essa cooperativa foi a primeira a ser organizada na gestão da então prefeita Marta Suplicy (2001-2004), com foco no cooperativismo solidário, a partir da proposta de implementação de uma política intersectorial, focada na inserção social e na saúde dos(as) cooperados(as), envolvendo as secretarias municipais da Saúde, Assistência Social, Educação, entre outras. A proposta inicial era a de construir um galpão em um espaço público com a infraestrutura adequada. Mas isso não se concretizou. Os atendimentos em assistência social e saúde aconteceram, porém se encerraram após os dois primeiros anos. Um grande diferencial foi que essa cooperativa, logo nos primeiros anos, recebeu da Prefeitura assistência técnica em relação à gestão.

Ainda sobre a oscilação na média de remuneração de catadores(as), é importante observar alguns componentes que contribuem para aumentar as quantidades de toneladas comercializadas. Eles incluem aspectos como a adequação do espaço e infraestrutura para que os(as) cooperados(as) possam trabalhar com mais segurança e rapidez, os equipamentos com manutenção adequada e funcionando, uma gestão envolvida e que busca parcerias que possam doar materiais mais lim-

pos, a busca constante por valores mais justos no momento da venda, a venda direta para os recicladores, que depende da manutenção média das quantidades e qualidade dos resíduos.

Em relação à quantidade de toneladas comercializadas, as informações não são precisas. Com exceção de uma cooperativa, as demais entrevistadas não realizam acompanhamento minucioso do número de toneladas comercializadas. Os entrevistados relataram que os resíduos sólidos entregues pelas concessionárias são muito “sujos”, o que leva o percentual de rejeito a oscilar entre 30-60%. Em relação às toneladas entregues pelos caminhões, são as cooperativas que definem quando e quanto podem receber.

### **Jornada, benefícios, equipamentos e condições de trabalho**

A carga horária de trabalho oscila de cooperativa para cooperativa, mas na maioria trabalha-se em média 8 horas por dia. Uma das cooperativas foi exceção porque os(as) cooperados(as) têm jornadas de quatro horas diárias. A justificativa foi de que o galpão de reciclagem é estreito e pequeno, tornando difícil o manuseio e estoque dos resíduos devidamente reciclados e enfardados. Outra cooperativa trabalha em dois turnos. Já na associação, quem define os horários são os próprios catadores(as).

No momento da pesquisa, para a maioria das cooperativas habilitadas, a Prefeitura pagava aluguel do galpão ou cedia um espaço público para seu funcionamento. Também era responsabilidade da Prefeitura pagar as despesas com energia elétrica e água. Entretanto, entrevistamos uma cooperativa, a de número seis (anexo 1) que, mesmo sendo habilitada e funcionando em galpão construído pelos cooperados(as) em terreno da Prefeitura<sup>17</sup>, nunca teve suas despesas de água e energia elétrica cobertas pelo poder público.

---

17 A construção do galpão só foi possível porque ganharam um prêmio em concurso realizado pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul).

As cooperativas habilitadas também recebem da Prefeitura de uma a duas cestas básicas por mês para cada trabalhador/a<sup>18</sup>. Porém, desde a pandemia, a Prefeitura não envia mais equipamentos de proteção individual (EPI).

Em relação às cooperativas não habilitadas e à associação, todas as despesas de energia e água, cesta básica e equipamentos de proteção individual são de responsabilidade das mesmas.

Quanto à infraestrutura, há muito lamaçal em dias de chuva, sujeira em geral e banheiros sujos. Na maioria há marmiteiros, micro-ondas e refrigeradores, porém não há espaço adequado para descanso após o almoço. Uma das cooperativas estava operando com o galpão sem iluminação porque os fios da rede elétrica já tinham sido roubados duas vezes. Em dias normais, o odor é bem forte, mas em dias de chuva é insuportável.

Em relação aos EPI, a maioria dos(as) e cooperados(as) não usa máscara. Já as luvas todos usam e as botas, apenas alguns. Em relação à limpeza e à higienização, os(as) cooperados(as) argumentam que essas tarefas têm que ser feitas por eles mesmos. Em alguns casos, o espaço é tão apertado e todo ocupado por materiais que não há como limpar. Em outros, os(as) cooperados(as) não dispõem de tempo para limpeza por comprometer o tempo dedicado ao trabalho de triagem e organização dos materiais recicláveis.

Tanto as cooperativas habilitadas quanto as não habilitadas possuem equipamentos mínimos, como esteira automática, sendo que uma cooperativa ainda possui esteira manual. Já a associação não tem esteira porque acredita que é mais produtora para a dinâmica dos 103 catadores(as) separar o material manualmente em suas baias. Três cooperativas têm esteira tripla, todas possuem empilhadeira, prensa, caminhão e ba-

---

18 As cestas contêm os seguintes produtos: 5 kg de arroz, 2 kg feijão, 1 lata de óleo, 1kg de sal, 2 pacotes de leite de 400g, 1 pacote de macarrão, 1 pacotinho de molho de tomate, 1 lata de sardinha, 1 pacote de farinha de mandioca. Não há explicação sobre o porquê de algumas cooperativas receberem duas cestas por mês e outras não receberem nenhuma.

lança de pesagem rodoviária ou comum, mas são unânimes em dizer que os equipamentos estão sucateados e há necessidade de manutenção.<sup>19</sup> Em duas cooperativas há dois caminhões, mas só um é utilizado porque o outro está com problemas, e há empilhadeiras paradas aguardando conserto.

Algumas cooperativas que possuem convênios ou que participam de projetos de logística reversa utilizam o esse recurso para manutenção dos equipamentos, mas isso ainda é um processo muito inicial.

As cooperativas que remuneram melhor os(as) catadores(as) vendem os materiais reciclados diretamente para as recicladoras, como a Global Pet e Sustenta Pet, e também fazem parte de algum programa de logística reversa como o da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), em parceria com a Federação Paulista de Cooperativas de Reciclagem (Fepacoore)<sup>20</sup>.

### **Como funciona a logística reversa**

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), a logística reversa no Brasil é um instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou outra destinação final ambientalmente correta.<sup>21</sup>

Os princípios da responsabilidade compartilhada e da logística reversa, presentes no PNRS, na Seção II - Da responsabilidade Compartilhada, artigo 30, preveem as atribuições e procedimentos de todos os envolvidos e são considerados um marco na gestão de resíduos sólidos

19 Observou-se que alguns espaços talvez pudessem ser melhor aproveitados, mas seria necessário um técnico que acompanhasse o cotidiano das cooperativas. Também é recomendado o uso de esteiras automatizadas, como as esteiras por sensor, e uma planta de trabalho mais adequada.

20 Disponível em: <https://www.fepacoore.coop.br/> Acesso em: 5 mar. 2024

21 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Informações sobre a gestão dos resíduos sólidos (SINIR). O que é logística reversa. Disponível em: <https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/> Acesso em: 5 mar. 2024.

no Brasil. Em relação às cooperativas de reciclagem, o artigo 36, em seu parágrafo 1º, prevê que

... o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação. (Lei nº 12.305/2010)

No processo de implementação da limpeza urbana e do recolhimento e descarte adequado dos resíduos sólidos, consonantes com o PNRS, o poder público da cidade de São Paulo tem habilitado as cooperativas de reciclagem e destinado os resíduos da coleta seletiva domiciliar. Entretanto, a maioria dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes responsáveis pelo recolhimento, reaproveitamento ou destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos que lançam no mercado, conforme previsto nos princípios da logística reversa, não desenvolveram seus Planos de Gerenciamento de Resíduos e não têm dialogado diretamente com as cooperativas de reciclagem.

Quando acontece, o diálogo tem sido mediado por representações dos catadores(as), que organizam o gerenciamento da logística reversa por meio de plataformas ou outros instrumentos, em parceria com instituições empresariais ou *startups*. Também há *startups* e instituições que desenvolvem iniciativas e ações de logística reversa para as empresas que não elaboraram e não têm interesse em implementar Planos de Gerenciamento de Resíduos. Todos os envolvidos, parceiros ou prestadores de serviço, têm buscado a adesão fidelizada das cooperativas de reciclagem para que tais projetos se efetivem.

Há relatos de insatisfação das cooperativas e associação de reciclagem em relação a tais iniciativas de logística reversa. Em alguns projetos, o fluxo consiste em aderir ao programa fazendo o cadastro em determinada plataforma, com definição ou aceite de metas em relação à quantidade e aos prazos.

A cooperativa emite a nota fiscal quando consegue alcançar os resultados das metas estabelecidas. Em seguida, as notas fiscais são disponibilizados para compra. Mediante a apresentação da nota fiscal da cooperativa, a empresa consegue comprovar que cumpriu sua responsabilidade no processo da logística reversa, considerando o percentual permitido e o tipo de resíduo reciclado.

Os valores das notas fiscais variam conforme o tipo de resíduo reciclado, o valor da tonelada no momento da emissão da nota fiscal e a quantidade de toneladas. Em torno de 70% do valor de face das notas fiscais emitidas é transformado em créditos e sua utilização é direcionada para a aquisição de equipamentos e outros bens. O restante é destinado para manutenção de equipamentos e da infraestrutura das cooperativas.

Encontramos uma iniciativa de logística reversa que destina 30% do valor das notas fiscais para distribuição entre os cooperados(as) em folha de pagamento e os outros 70% para manutenção da infraestrutura da cooperativa, compra de equipamentos de proteção, entre outros itens.

Diante da necessidade de criar instrumentos para implementar os processos da logística reversa e o efetivo envolvimento das cooperativas de reciclagem, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 11.413/23 e o Decreto nº 11.414/23 em 13 de fevereiro de 2023 e instituiu o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC).

### **Como é realizada a gestão das cooperativas**

A gestão das cooperativas é composta de presidente, secretário/a e tesoureiro/a. As cooperativas também têm pessoas responsáveis pela contabilidade. Todas foram unânimes em afirmar que fazem assembleia a cada quatro anos e que buscam envolver outros(as) cooperados(as) na gestão, mas poucos mostram interesse por essas atribuições. A maioria das cooperativas tem o/a mesmo/a presidente há mais de 15 anos. Das cooperativas visitadas, seis são

geridas por mulheres, mas os tesoureiros são sempre homens. Em algumas cooperativas, aqueles(as) que ocupam cargos de gestão recebem um valor a mais para o exercício da função.

Uma gestão que nos chamou a atenção é a da cooperativa número 6, do anexo 1, formada por 23 cooperados(as) que trabalham quatro horas por dia. O número de cooperados(as) é próximo ao de outras duas cooperativas, com 18 e 28 cooperados(as). Essa cooperativa utiliza um galpão pequeno e recebe, no máximo, uma tonelada/dia, entre o que recolhem e o que as concessionárias da prefeitura entregam, chegando, no máximo, a 30 toneladas/mês. Os(as) cooperados(as) recebem remuneração média de R\$ 2.000,00 mensais. Esta cooperativa vende os materiais triados para intermediários, mas participa também de um projeto de logística reversa. Com o valor da logística reversa, paga as despesas de energia elétrica e água, compra seus próprios equipamentos de proteção individual e garante a formação de um fundo de reserva.

### **Principais problemas identificados pelos entrevistados no ambiente de trabalho**

| Todas as cooperativas indicaram que a infraestrutura dos galpões precisa melhorar: há pisos ondulados, telhados esburacados, galpões pequenos etc.;

| Equipamentos sucateados ou necessitando manutenção, que podem causar acidentes e atrasos no trabalho;

| Insuficiência de equipamentos de proteção individual;

| Inadequação da infraestrutura de trabalho, falta espaço para alimentação, não tem áreas de descanso e os banheiros estão em péssimo estado;

| Cesta básica com variedade nutricional insuficiente;

| Falta de apoio para limpeza e higienização geral dos galpões e do entorno;

| Espaços inadequados para separar, reciclar, compactar os materiais; cooperativas localizadas embaixo de viadutos, associação em espaço extremamente insalubre, com presença massiva de animais transmissores

de doenças;

- | Falta entendimento do que é cooperativismo e cooperativa de trabalho;
- | Faltam medidas que assegurem saúde e segurança do trabalhador no ambiente de trabalho.

**Quais são as principais reivindicações e como o poder público pode colaborar para melhorar as condições de trabalho**

| Todas as cooperativas comentaram que deveriam receber por serviço prestado à Prefeitura e citaram como exemplo os municípios de Santana do Parnaíba e Ourinhos;

| Reivindicam a redução dos 20% recolhidos para a Previdência e citam o valor recolhido pelos pescadores artesanais e agricultores familiares, que é em torno de 2,8%;

| Solicitam que as concessionárias paguem (conforme previsto nos contratos) para as cooperativas fazerem os projetos de educação ambiental na fonte geradora, para que os resíduos venham mais limpos. O índice de rejeitos é muito alto, entre 30-60%, porque o índice de separação nas residências e condomínios é muito baixo;

| Demandam o desenvolvimento de capacitações com foco no processo de precificação e gestão comercial;

| Estruturar programa de desenvolvimento social com as cooperativas fundo de quintal e os catadores e catadoras que estão nas ruas;

| Estruturar programa de fomento para as cooperativas que já estão constituídas e precisam organizar de forma mais adequada as suas plantas de trabalho;

| Estruturar programa de capacitação, de fato, para as cooperativas, que trate da gestão, produção, segurança do trabalho, transparência das informações financeiras das cooperativas e comunicação com cooperados(as);

| Estimular a criação do coletivo das cooperativas para elaboração de propostas de programa de logística reversa;

| Informar as cooperativas sobre a legislação e os programas da logística reversa como os Decretos 11.413/23 e 11.414/23, que criaram o

Pró-Catador e instituíram a Certificação de Crédito da Logística Reversa;  
 | Disseminar para as concessionárias a concepção de que as cooperativas são parceiras e precisam ser tratadas como tais.

## REFERÊNCIAS

ANCAT – Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. c2024. Página inicial. Disponível em: <https://ancat.org.br/> Acesso em 21 mar. 2024

BITTENCOURT, Mariany; PICOLOTTO, André. Como funcionam os contratos de coleta e destinação de resíduos sólidos. *Passando a Limpo*. Disponível em: [https://passandoalimpo.nossasaopaulo.org.br/contrato/como\\_funcionam\\_os\\_contratos\\_de\\_coleta\\_e\\_destinacao\\_de\\_residuos\\_solidos](https://passandoalimpo.nossasaopaulo.org.br/contrato/como_funcionam_os_contratos_de_coleta_e_destinacao_de_residuos_solidos) Acesso em: 26 mai 2023

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm) Acesso em 21 mar. 2024

BRASIL. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Disponível em <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis> Acesso em: 21 mar. 2024 .

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Informações sobre a gestão dos resíduos sólidos (SINIR). O que é logística reversa. Disponível em: <https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/> Acesso em: 5 mar. 2024

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Informações sobre a gestão dos resíduos sólidos (SINIR): painel de soluções compartilhadas. Disponível em: <https://sinir.gov.br/paineis/solucoes-compartilhadas/> Acesso em 21 mar. 2024

CONATREC – Confederação Nacional das Cooperativas de Trabalho e Produção de Recicláveis. c2024. Página inicial. Disponível em: <https://www.conatrec.com.br/> Acesso em 21 mar. 2024

ECOURBIS. Disponível em: <https://www.ecourbis.com.br/> Acesso em: 09 maio 2023.

INSTITUTO PÓLIS. Ciclo de Debates: Concessão da Gestão de Resíduos Sólidos em São Paulo. Sistematização do evento, 2023. Disponível em: [https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/05/2023\\_5\\_05\\_relatorio\\_FINAL\\_ciclo\\_debates\\_con](https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/05/2023_5_05_relatorio_FINAL_ciclo_debates_con)

[cessao.pdf](#) Acesso em: 21 mar. 2024

INSTITUTO PRAGMA. Anuário da Reciclagem 2023. Disponível em: <https://anuariodareciclagem.eco.br/> Acesso em: 21 mar. 2024

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada . Mais de 800 mil catadores serão beneficiados com o Crédito de Reciclagem no Brasil, 2022. Disponível em: [www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11693-mais-de-800-mil-catadores-serao-beneficiados-com-o-credito-de-reciclagem-no-brasil](http://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11693-mais-de-800-mil-catadores-serao-beneficiados-com-o-credito-de-reciclagem-no-brasil) Acesso em: 21 mar. 2024

LOGA – Logística Ambiental de São Paulo. Disponível em: <https://www.loga.com.br/> Acesso em: 10 mai 2023

MESC – Movimento Nacional Eu Sou Catador. c2023. Página inicial. Disponível em: <https://mesceusoucatador.org/> Acesso em 21 mar. 2024

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis: [Página inicial](#). Disponível em: <https://www.mncr.org.br/> Acesso em 21 mar. 2024

PLATAFORMA RECICLAR PELO BRASIL. Apresentação. Disponível em: [https://assets-global.website-files.com/604e032a38552114b13ff832/60625e5b0803e11d3b8f0ec5\\_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Reciclar%20pelo%20Brasil\\_Texto.pdf](https://assets-global.website-files.com/604e032a38552114b13ff832/60625e5b0803e11d3b8f0ec5_Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Reciclar%20pelo%20Brasil_Texto.pdf) Acesso em: 21 mar. 2024

RIGAMONTI, Stéfanie. Saneamento é maior destino dos financiamentos do BNDES em 2023. *Folha de S. Paulo/UOL*. 18 ago. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/saneamento-e-maior-destino-dos-financiamentos-do-bndes-em-2023.shtml> Acesso em: 21 mar. 2024

SÃO PAULO. Edital de chamamento público nº 08/SMDDET/2023 - Cadastramento de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/thiagoluscri/SEI\\_085712220\\_Edital\\_08\\_2023\\_SMDDET%20\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/thiagoluscri/SEI_085712220_Edital_08_2023_SMDDET%20(1).pdf) Acesso em: 4 set. 2023

SÃO PAULO. Lei nº 17.433, de 29 de julho de 2020. Dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, na forma que especifica, incluindo a criação e extinção de entidades e a criação, transferência, alteração e extinção de cargos de provimento efetivo e em comissão e de funções admitidas, bem como a criação de empregos públicos. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17433-de-29-de-julho-de-2020> Acesso em: 21 mar. 2024

SÃO PAULO. Lei nº 17.731, de 6 de janeiro de 2022 - Estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e relicitação dos contratos de parceria entre o Município de São Paulo e a iniciativa privada, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17731-de-6-de-janeiro-de-2022> Acesso em: 21 mar. 2024

SÃO PAULO. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf> Acesso em: 21 mar. 2024

PROGRAMA SÃO PAULO COOPERA. 2023. Página inicial. Disponível em : <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/organizacao/index.php?p=342367> Acesso em: 04 set. 2023

SÃO PAULO. Termo de contrato n. 26/SSO/04 firmado com a empresa Ecourbis Ambiental S/A. Execução , sob o regime de concessão, dos serviços divisíveis de limpeza urbana – Agrupamento Sudeste. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/spregula/Contrato\\_EcoUrbis-compactado.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/spregula/Contrato_EcoUrbis-compactado.pdf) Acesso em: 21 mar. 2024

SÃO PAULO. Termo de contrato n. 27/SSO/04 firmado com a empresa SP Limpeza Urbana S/A Sampalimp (Loga). Execução , sob o regime de concessão, dos serviços divisíveis de limpeza urbana – Agrupamento Noroeste. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/spregula/Contrato\\_Loga-.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/spregula/Contrato_Loga-.pdf)

UNICATADORES – União Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil. Página inicial. Disponível em: <https://unicopas.org.br/institucional/centrais/unicatadores/> Acesso em 21 mar. 2024

## Anexo 1 – Quadro comparativo entre as cooperativas entrevistadas

Habilitada	Número de catadores(as)	Faixa etária	Média de escolarização	Jornada de Trabalho	Galpão/ Espaço	Parceria logística reversa	Local adequado para almoço e descanso	Tonelada venda/mês	Remuneração média mensal dos catadores e catadoras
1 - Sim	26 - M 16 - H	20-40 anos	Maioria: EF I/C 06 mulheres EM/C	9h-18h segunda a sexta-feira	Da Prefeitura	Participa	Tem marmiteiro e refrigerador, mas não há local adequado para descanso dos cooperados e cooperadas.	200-300 toneladas	R\$ 1.300,00
2 - Não	9 - M 9 - H	30-40 anos	Maioria EF incompleto	8h-17h segunda a sexta-feira	Da Prefeitura, sem iluminação	Participa	Local inadequado	25-30 toneladas	R\$ 1.200,00 - 1.300,00
3 - Não	37 - M 19 - H	30-60 anos 81 anos (M)	Maioria EF incompleto	8h-17h segunda a sexta-feira	Da Prefeitura	Participa	Sim	200-250 toneladas	R\$ 3.500,00 (SP) R\$ 4.000,00 (Jundiaí)
4 - Sim	19 - M 9 - H	30-60 anos	Maioria: EF I/C 02 mulheres com EM/C	8h-15h	Alugado pela Prefeitura	Participa	Local inadequado; possuem marmiteiros mas não há refetório.	30 toneladas	R\$ 1.300,00
5 - Sim	42 - M 20 - H	25-55 anos	Maioria EF I/C 14 com EM/I	Dois turnos: 6h-14h 14h-22h	Alugado pela Prefeitura	Participa	Tem refetório, mas não tem local adequado para descanso.	150 toneladas	R\$ 3.000,00
6 - Sim	9 - M 15 - H	20-70 anos, maioria de 40-60 anos	Maioria EM I/C	8h-12h de segunda a sábado	O terreno é da Prefeitura, mas o galpão foi construído pela cooperativa	Participa	Não há	30 toneladas	R\$ 2.000,00

continua

Habilitada	Número de catadores(as)	Faixa etária	Média de escolarização	Jornada de Trabalho	Galpão/ Espaço	Parceria logística reversa	Local adequado para almoço e descanso	Tonelada venda/mês	Remuneração média mensal dos catadores e catadoras
7 - Sim	15 - M 7 - H	30-40 anos	Maioria EF I/C	7h-17h - segunda a sexta	Galpão da Prefeitura, dividem com a Cooperativa Vira Lata, ficam em um espaço menor.	Participa	Não há	30 toneladas	R\$ 1.300,00
8 - Não	22 - M 19 - H	20-60 anos Maioria 30-40 anos	EF I/C	6h-19h - segunda a sexta	Estão embaixo do viaduto do Glicério	Participa	Não há. Existe uma cozinha improvisada com microondas	200 toneladas	R\$ 2.700,00 (por produção) R\$ 1.320,00 (carga horária de 8h)
9 - Sim	27 - M 20 - H	20-60 anos Maioria 20-40 anos	Maioria EF I/C, EM I/C.	8h-17h segunda a sexta-feira	Galpão da Prefeitura; dividem com Cooperativa Butantã.	Participa	Tem um refeitório porque sabem que a vigilância sanitária não permite construção de uma cozinha em um espaço de reciclagem.	200 toneladas	R\$ 3.000,00
10 - Sim	21 - M 7 - H	Maioria 30-60 anos	Maioria EF I/C	9h-17h segunda a sexta-feira	Prefeitura paga aluguel	Não participa	Tem um espaço mais adequado.	20 toneladas	R\$ 1.500,00
11 - Não	72 - M 31 - H	Maioria 30-60 anos	Maioria EF I/C	6h-21h - depende dos(as) catadores(as)	Prefeitura	Não participa	Não	30 toneladas	R\$ 1.000,00 - 1.400,00

# Migração e trabalho na costura na cidade de São Paulo

Marilane Oliveira Teixeira<sup>1</sup>

Patrícia Rocha Lemos<sup>2</sup>

A história da cidade de São Paulo é marcada pela dinâmica da relação entre trabalho e migração, de modo que a sua construção cotidiana é historicamente resultado da presença e contribuição de migrantes das mais diversas origens, inclusive de outras regiões do Brasil. No caso da migração internacional, diferente da política estatal de embranquecimento do século XIX, que promoveu com incentivos o estabelecimento de famílias de origem europeia na região, conformando um mercado de trabalho assalariado em detrimento de trabalhadoras e trabalhadores negros escravizados, a dinâmica atual dos fluxos migratórios e do mercado de trabalho é bastante diversa. A própria perspectiva de mobilidade das pessoas migrantes é diferente no contexto de globalização. Mantendo-se em conexão com o lugar de origem e, muitas vezes com a perspectiva de retorno, migrantes internacionais de origens diversas e por motivos também variados têm buscado a cidade de São Paulo como uma oportunidade de acessar trabalho e melhores condições de vida.

---

1 Economista, doutora em desenvolvimento econômico e social, professora e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (CESIT/IE – Unicamp)

2 Doutora em ciências sociais e pesquisadora do CESIT/Unicamp.

Atualmente, estima-se que a cidade de São Paulo conte com mais de 300 mil imigrantes documentados, mas os dados estão desatualizados e desconsideram o grande contingente de pessoas indocumentadas, o que dificulta uma estimativa correta. Contudo, há evidências de predomínio de pessoas de origem boliviana. De acordo com o perfil do Cadastro Único para o município de São Paulo<sup>3</sup>, em torno de 12% dos beneficiários de programas de transferência de renda são imigrantes, dos quais 34,8% são de origem boliviana. O levantamento do Cadastro Único indicou que 40,8% dos imigrantes estavam vivendo em condições de extrema pobreza. Esse quadro aponta que, apesar de haver um fluxo importante de pessoas de mais alta qualificação, que ocupam postos de trabalho de melhor qualidade, muitas pessoas permanecem na cidade sob condições bastante vulneráveis, com dificuldade de acessar direitos e condições dignas de trabalho. Destacaremos aqui, especialmente, a realidade de parte significativa da comunidade boliviana, que, assim como outras nacionalidades latino-americanas, como paraguaios e peruanos, encontraram na costura um nicho econômico para sua inserção laboral, ainda que extremamente precária, na cidade de São Paulo.

A presença de bolivianos e bolivianas na costura em São Paulo, apesar das transformações sofridas ao longo do tempo, reflete a consolidação de um processo que estruturou a produção da confecção na cidade enquanto um nicho econômico para a força de trabalho imigrante. Isso fica evidente quando consideramos que esse é um fluxo migratório que mantém suas características fundamentais há quase 40 anos. Ou seja, como demonstram inúmeras pesquisas sobre o tema, esse fluxo se deu de forma articulada com a reestruturação dessa indústria, em que o processo de externalização da produção, antes realizada em empresas de médio e grande porte que empregavam formalmente, ocorre por meio da disper-

---

3 Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/arquivos/informes\\_urbanos/48\\_Imigrante\\_CadUnico.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/licenciamento/arquivos/informes_urbanos/48_Imigrante_CadUnico.pdf)

são da produção em uma rede de pequenas oficinas informais. Esse é um movimento que marca toda a indústria da confecção no país, com o deslocamento da produção para regiões com menores custos do trabalho e significativos incentivos fiscais, mas também com a proliferação de fações<sup>4</sup> e do trabalho a domicílio. No caso da cidade de São Paulo, essa dinâmica ganha contornos próprios na medida em que a exploração do trabalho de migrantes internacionais, muitas vezes indocumentados, coloca maiores desafios para a superação das condições precárias de trabalho no setor.

### A ESTRUTURA PRODUTIVA E DE EMPREGO DO SETOR DA COSTURA

O Brasil é um dos maiores mercados mundiais da indústria têxtil, ocupando a 5ª posição. Se considerarmos somente o segmento do vestuário, o país encontra-se na 4ª posição. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, o comércio varejista no Brasil movimentou anualmente R\$ 2,3 trilhões<sup>5</sup>.

São Paulo destaca-se como o maior centro produtor, além de ser o centro intelectual e financeiro da indústria, pois concentra os principais ativos intangíveis e o controle das atividades produtoras. As fábricas de confecção estão concentradas em algumas regiões do estado e na capital paulista, principalmente na região central. O município de São Paulo se consolidou também como centro de comando da cadeia de confecção brasileira em virtude de sua capacidade em receber grandes eventos da indústria da moda.

Por outro ângulo, quando se comparam as últimas décadas, o setor perdeu densidade industrial com o processo de abertura econômica e comercial dos anos de 1990, com a entrada massiva de produtos impor-

4 Empresas que produzem peças de roupa sem marca própria, em geral, de forma terceirizada, para outras empresas de confecção.

5 Pesquisa Anual do Comércio, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9075-pesquisa-anual-de-comercio.html> Acesso em: 20 mar. 2024

tados oriundos especialmente da China, mas também de outras partes do mundo. Esse processo derrubou as vantagens competitivas do setor, que precisou se adequar à nova dinâmica das cadeias produtivas.

Para assegurar competitividade com os produtos importados em um mercado em constante evolução, parte das grandes redes varejistas, que mantinham estruturas de negócios verticalizadas, migrou para modelos corporativos voltados à terceirização ou externalização da produção, contratando oficinas de produção que, por sua vez, subcontratavam outras oficinas até chegar ao trabalho a domicílio. Essa prática, embora remeta às fações, permanece como uma característica constitutiva desse setor, que se beneficia da presença de uma ampla força de trabalho disponível com baixa qualificação e em condições precária, como é o caso das mulheres imigrantes.

A importação de produtos acabados também é vista como uma das estratégias adotadas. O volume de aquisição de materiais importados depende de fatores econômicos, como taxa de câmbio, tarifas alfandegárias, entre outras. Dessa forma, a contratação de produção nacional para abastecer o mercado dependerá da flutuação dessas variáveis econômicas e da disponibilidade de força de trabalho barata e abundante para suprir essa demanda, vista como estratégica para o setor.

A estrutura do setor no município de São Paulo também apresenta outras singularidades: a forte presença de um comércio popular na região do Brás e Bom Retiro, que movimentava anualmente em torno de R\$ 40 bilhões<sup>6</sup> e alimenta o comércio local de milhares de municípios brasileiros. A capacidade da confecção em adaptar as tendências da moda impostas por grandes marcas impulsiona um comércio voltado para a população de baixa renda, ao mesmo tempo em que a imposição de novos padrões de consumo torna a produção de peças de vestuário baratas e quase descartáveis, característica do modelo de produção e consumo chamado *fast fashion*.

---

6 Moda desfila no e-commerce. Disponível em: <https://www.gironews.com/negocios/moda-desfila-no-e-commerce-61139/>. Acesso em: 22 mar. 2024.

De forma sintética, as atividades econômicas que correspondem ao setor de confecções são: (a) fabricação de produtos têxteis como a preparação de fiação de fibras têxteis e (b) a confecção de artigos de vestuário e acessórios, que compreende: a confecção de artigos de vestuário e acessórios e a fabricação de artigos de malharia e tricotagem. É a fabricação de produtos têxteis que concentra a maior criação de valor.



Fonte: Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE)

Contudo, a cadeia produtiva do setor é mais ampla e movimentada outros segmentos que estão classificados em distintas atividades econômicas como é o caso da indústria química, o desenho, a distribuição e a comercialização. As grandes marcas, que atuam na produção e/ou distribuição têm papel decisivo no desenvolvimento de novas fibras e tecidos para as confecções. Portanto, entende-se que os negócios do setor se iniciam com as empresas líderes focadas no design, marketing e comercialização.

A cadeia típica do setor está constituída por uma empresa líder, podendo ser um varejista, produtor ou comercializador com marca, que se relaciona diretamente com os seus fornecedores definindo novos padrões de produção. Portanto, os compradores ocupam posição estratégica na

cadeia. A matéria prima (fibras têxteis) será transformada em fios nas fábricas de fiação, de onde seguem para a tecelagem (que fabrica os tecidos planos) ou para a malharia (tecidos de malha). Posteriormente, passam pelo acabamento para, finalmente, atingir a confecção. O produto final de cada uma dessas fases é a matéria prima da etapa seguinte. Portanto, há uma relação de interdependência dentro da cadeia produtiva do setor.

Todo o processo é acompanhado pela empresa líder, que define todas as especificações do que será produzido em cada etapa da cadeia. Embora as pequenas oficinas possam eventualmente produzir para o comércio local, a tendência que se consolida nos mercados é a presença de grandes centros varejistas que, por terem maior escala de produção e padronização de seus produtos, obtêm vantagens e podem oferecer mercadorias a preços compatíveis com o padrão de renda da maior parte da população.

Trabalho formal e informal com salários baixos, próximos ao salário mínimo nacional, caracterizam as condições de trabalho nas oficinas. O trabalho a domicílio é realizado sem nenhum contrato, os salários estão abaixo das necessidades de sobrevivência e as condições de trabalho são extremamente precárias. Na maior parte das vezes as trabalhadoras desconhecem a identidade do tomador de serviços.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) para 2022, havia cerca de 121,5 mil pessoas ocupadas na confecção no município de São Paulo, com predominância na confecção de artigos de vestuário (56%). Desse total, 51,2 mil mulheres estavam envolvidas no trabalho por conta própria na confecção de vestuário, sinalizando o grau de precarização desse trabalho. O trabalho por conta própria concentra atividades de operadoras de máquinas de costura (19,6 mil), costureiras e bordadeiras (9,6 mil), modistas e alfaiates (21,3 mil) e outras ocupações (10,7 mil). De acordo com o relatório do Ministério da Fazenda, em março de 2023, no município de São Paulo, foi identificada a presença de 22.467 Microempreendedores Individuais

(MEIs) na confecção de vestuário, sendo que 66% dos empreendimentos estavam em nome de mulheres<sup>7</sup>.

A contratação por conta própria não se difere do trabalho sem registro na forma de contratação do trabalho, uma vez que nas duas modalidades estão presentes condições de extrema precariedade, ausência de direitos e de proteção social. O trabalho sem registro é marcado pela pessoalidade na relação de trabalho, exigência de assiduidade, relações de hierarquia e subordinação, ou seja, ele se distingue do trabalho formal apenas pela total ausência de direitos. Essa forma de contratação está mais limitada às oficinas de costura informais, que são subcontratadas pelas empresas que prestam serviços para as grandes varejistas e que agem como interpostas entre o varejo e as oficinas informais.

O trabalho a domicílio, na maior parte das vezes, é contratado por empresas médias ou pequenas do setor que trabalham diretamente com o varejo. A estratégia de subcontratar oficinas ou trabalho a domicílio é parte da definição dos negócios do setor de percorrer o caminho que represente menores custos e riscos.

O trabalho por conta própria realizado no âmbito dos domicílios cria uma ilusão entre os/as trabalhadores/as de maior autonomia no exercício da atividade laboral e maior controle sobre o seu tempo. Entretanto, o volume de trabalho e o pagamento por peça intensifica o ritmo e a produtividade do trabalho. O trabalho é realizado em condições de pressão permanente. Nessas oficinas se constata, em muitos casos, a presença de trabalho degradante, análogo à escravidão, realizado por imigrantes vindos da Bolívia, Peru e Paraguai. A condição de migrantes internacionais indocumentados potencializa sua inserção de forma mais vulnerável no mercado de trabalho.

Na cidade de São Paulo a presença de imigrantes nos empregos formais evoluiu de 0,7% em 2006 para 3,7% em 2013. Sendo que 94,6%

---

7 Disponível em : <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoeipi/private/pages/relatorios/relatorioMunicipioCnaeSexo.jsf>

dos ocupados são de quatro nacionalidades: boliviana, paraguaia, peruana e coreana. Destes, 77,7% são da Bolívia. Em 2022, na confecção de artigos de vestuário e acessórios, os imigrantes representavam 3,5% do emprego formal e os bolivianos 71% deste total<sup>8</sup>. Os números indicam que essa realidade praticamente não se alterou nas duas últimas décadas.

### CONDIÇÕES DO TRABALHO NA COSTURA EM SÃO PAULO

O trabalho de famílias bolivianas na costura ficou bastante conhecido a partir das repercussões na mídia, em meados dos anos 2000 e 2010, da constatação de trabalho escravo na cadeia de grandes marcas e varejistas. Ainda hoje podem ser encontradas situações de exploração de migrantes indocumentados, em regime de servidão por dívida, com jornadas extenuantes e degradantes, sem condições básicas de acesso a água e a comida, sem local apropriado para o descanso e para a atividade produtiva e sob constante risco de acidentes, inclusive com a exposição e exploração de crianças e adolescentes.

Ao mesmo tempo, essa não é a realidade de toda a comunidade boliviana que trabalha na costura na atualidade. Mudanças importantes têm se processado nos últimos anos. Por um lado, uma parte importante dessa população, com o auxílio de igrejas, organizações não governamentais e de redes de apoio a imigrantes, tem conseguido acessar a documentação para regularização migratória e outros serviços públicos, como educação e saúde, em especial para seus filhos, e até mesmo políticas sociais, como o bolsa família. Com uma rede de apoio de amigos e familiares, essas pessoas têm construído espaços de troca, de lazer e de organização para lutar por seus direitos, a exemplo da experiência da Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida (AMILV).

---

8 Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2022, disponíveis nos microdados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por outro lado, mesmo migrantes já estabelecidos há décadas, com formação superior ou técnica em seus países, raramente conseguem encontrar condições de trabalho e de vida melhores em outro tipo de atividade, de modo que predomina ainda a sua presença na costura em condições extremamente precárias: longas jornadas, péssimas condições de saúde e segurança, remuneração por peça com valores irrisórios por meio de encomendas sem nenhum tipo de formalização e que, na maioria dos casos, são negociadas por meio de uma rede de intermediários, de modo que dificilmente os trabalhadores e trabalhadoras sabem para que marca ou varejista estão produzindo. Diante desse alto grau de informalidade, são recorrentes as situações em que os intermediários desaparecem sem pagar pela mercadoria que receberam.

Além disso, ainda que recebam os moldes e tecidos já cortados, são os/as trabalhadores/as migrantes que precisam arcar com os custos da energia elétrica, das linhas e fios de sua produção, sem contar com a manutenção das máquinas. Soma-se a isso a permanência da configuração de oficinas informais em que o local de moradia é o local de trabalho, de modo que a dinâmica da produção se impõe sobre a necessidade de restauração dessa força de trabalho. Com isso, o ambiente que deveria estar reservado ao descanso, à alimentação e mesmo ao estudo de crianças e adolescentes é tomado pelas condições inseguras das instalações elétricas e do ar contaminado pelos resíduos tóxicos eliminados na manipulação dos tecidos.

Longe de ser uma realidade pontual e localizada, observa-se, há mais de uma década, um processo de espalhamento dessa dinâmica pela cidade. Se a presença dessas oficinas ainda é visível e significativa na região central de São Paulo, dois movimentos importantes parecem ter se intensificado principalmente diante do aumento dos custos de vida na cidade e como mecanismos que ajudam a evitar a fiscalização do trabalho: um crescimento da produção espalhado por várias regiões periféricas de São Paulo e da região metropolitana e uma proliferação da produção de famílias como

“autônomos” que negociam com intermediário(s) a produção. Ou seja, é cada vez menos comum encontrarmos oficinas informais naquela antiga configuração, com a figura de um patrão que, muitas vezes, foi o responsável por negociar e financiar a vinda do país de origem e que garante as condições de aluguel e alimentação em troca de um salário por produção. Nessa dinâmica de crescente flexibilidade, o antigo patrão torna-se agora apenas um intermediário e o mapeamento dessa rede produtiva fica ainda mais difícil de ser realizado, dada a sua instabilidade e dispersão espacial.

À invisibilização da produção da costura na cidade soma-se a desumanização de populações racializadas e a descartabilidade, que marcam a exploração da força de trabalho migrante nos mais diversos países. O racismo e a xenofobia são instrumentos fundamentais para a perpetuação dessa situação, de modo que, numa cidade com verniz tão cosmopolita, seja tão forte a reprodução dos discursos já tantas vezes desmentidos pela realidade: de que a população migrante seria a responsável pelo problema do desemprego e outras mazelas sociais. Transformar essa realidade exige, portanto, compreender que a dinâmica migratória e as relações e condições de trabalho devem ser pensadas de forma integrada na formulação de políticas públicas na cidade.

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUPERAR A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E AS CONDIÇÕES DEGRADANTES DE VIDA DA POPULAÇÃO MIGRANTE

### **Acesso a documentação**

| Integração de políticas voltadas à população de migrantes internacionais para facilitar e baratear os custos de regularização migratória como condição para que não permaneçam reféns de exploradores e possam acessar outros direitos.

### **Validação dos diplomas**

| Criar política de validação de diplomas gratuita. Os imigrantes com formação em nível superior enfrentam dificuldades para a validação

dos seus diplomas em decorrência do elevado custo, que oscila entre R\$ 8 mil e R\$ 20 mil. Com isso, muitos se inserem em ocupações que não refletem sua formação e experiência profissional.

#### **Fortalecer espaços de socialização**

| Promover e ampliar – inclusive com estrutura e financiamento – equipamentos voltados ao atendimento dessa população, bem como os espaços de participação e de auto-organização de imigrantes na cidade.

#### **Garantir o acesso às políticas públicas**

| Em geral, os(as) trabalhadores(as) imigrantes utilizam os serviços públicos para atendimento das necessidades familiares e pessoais. As críticas principais se direcionam à saúde e à ausência de creches. Na questão da saúde pública, a reclamação é a demora no acesso a serviços de saúde especializada. Na questão das creches, é a ausência de vagas nos bairros. Em geral, o problema da ausência de creche é resolvido por uma rede familiar e de proximidade. Em todos os serviços são também relatados casos de discriminação e xenofobia, algumas vezes de forma institucionalizada.

| Oferecer cursos e programas de capacitação e qualificação profissional e de língua portuguesa para os imigrantes.

| Oferecer, junto com entidades auto-organizadas de imigrantes, capacitação para servidores públicos voltada para o acolhimento e garantia de direitos a imigrantes.

#### **Intensificar o sistema de fiscalização e proteção ao trabalho dos imigrantes**

| Promover estratégias de fiscalização do trabalho com foco na garantia de direitos humanos e do trabalho aos trabalhadores e na responsabilização das grandes empresas que se beneficiam da exploração do trabalho imigrante.

| As empresas devem ser obrigadas a indicar os seus fornecedores. Essa medida pode ser viabilizada por meio da Prefeitura, uma vez que diz respeito ao combate à sonegação de impostos por parte dessas empresas. A Prefeitura é a principal interessada na regularização desses negócios

porque isso significa imposto sobre serviços, que é a principal fonte de arrecadação do município.

| Desenhar e implementar políticas de estímulo à formação de cooperativas populares em articulação com políticas de compras públicas que garantam um mercado consumidor para essa produção.

### **Conselho Municipal de Imigrantes**

| Fortalecer a atuação do poder público e criar mecanismos que favoreçam a participação de coletivos de imigrantes junto ao Conselho Municipal.

| Organizar atividades e encontros regionais para a discussão do trabalho imigrante e acesso a direitos.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. *Cadernos Pagu*, n. 17–18, p. 267–310, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais (Rais)*.

CÔRTEZ, T. R. *Os migrantes da costura em São Paulo: retalhos de trabalho, cidade e Estado*. Dissertação [Mestrado em Sociologia], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

COUTINHO, B. I. Imigração laboral e o setor têxtil-vestuário de São Paulo: notas sobre a presença boliviana nas confecções de costura. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/5040/4178> Acesso em: 20 mar. 2024.

FREITAS, P. T. DE. *Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. Dissertação [Mestrado em Sociologia], Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

IBGE - PAC - Pesquisa Anual de Comércio. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9075-pesquisa-anual-de-comercio.html> Acesso em: 20 mar. 2024

LEITE, M. de P. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 2, n. 1, p. 239–265, 2004.

LEMONS, P. R.; CASTRO, M. P. DE. Costurando gênero e processo de trabalho na indústria brasileira do vestuário. *Argumentum*, v. 14, n. 1, p. 194–210, 2022.

MODA desfila no e-commerce - Brás e Bom Retiro movimentam R\$ 40 bilhões. *Portal GiroNews*. Disponível em: <https://www.gironews.com/negocios/moda-desfila-no-e-commerce-61139/> Acesso em: 22 mar. 2024

SILVA, C. F. DA. Caminhos cruzados: migrantes bolivianos e o trabalho informal na indústria de confecções em São Paulo. In: RIZEK, C. et al. (ed.) *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 75–93.

SOUCHAUD, S. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. (ed.). *Imigração Boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/Unicamp, Fapesp, CNPq, UNFPA, 2012. p. 75–92.

SOUCHAUD, S. *Geografia da oficina: confecção, migração, urbanização em São Paulo*. São Carlos: EdUFSCar, 2023.



# Por um programa de geração de ocupações sociais para o município de São Paulo

Marcelo Manzano<sup>1</sup>

Marilane Teixeira<sup>2</sup>

José Dari Krein<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO: COLOCAR O TRABALHO EM CENTRALIDADE PARA REORGANIZAÇÃO DA VIDA SOCIAL

Uma das máculas da sociedade brasileira que se estende desde o final do século XIX até os dias de hoje tem sido a persistência do excedente estrutural de força de trabalho e um penoso e incompleto processo de transição para o assalariamento, agravado pela exclusão de parcela significativa da população, especialmente das pessoas negras e das mulheres. Assim como ocorreu em outros países latino-americanos, o processo de industrialização foi incapaz de promover por si só o assalariamento com direitos para o conjunto dos trabalhadores(as), tal como se verificou nas ricas economias do Hemisfério Norte.

---

1 Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT).

2 Economista, professora e pesquisadora do CESIT e da Rede Brasileira de Economia Feminista (REBEF).

3 Professor do IE/Unicamp, pesquisador do CESIT e membro da coordenação da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (REMIR).

No Brasil, a despeito de termos assistido algumas décadas de notável crescimento econômico e desenvolvimento industrial e de termos alcançado em 1980 praticamente dois terços da força de trabalho na condição de assalariamento, não foi possível constituir um sistema de proteção para a maioria dos ocupados, nem tampouco gerar empregos para as pessoas disponíveis ao trabalho, já que praticamente metade da força de trabalho encontra-se na informalidade, nas atividades de subsistência, na condição de desocupado, subocupado ou no desalento (Proni, 2023). Além disso, as cidades mais dinâmicas, como São Paulo, receberam milhões de migrantes na expectativa de melhorar a sua condição de vida. Como nem todas as pessoas conseguiram se alocar em empregos, constituiu-se um contingente expressivo de pessoas ocupadas em atividades de baixa produtividade e de baixos rendimentos para assegurar a sua sobrevivência, o que foi caracterizado por Vera Telles (2006) como “viração”. Ou seja, no período do desenvolvimento nacional, entre 1930 e 1980, São Paulo, mesmo sendo uma das cidades mais ricas do país, acumulou milhões de pessoas em atividades realizadas como estratégia de sobrevivência. Assim, São Paulo constituiu ao mesmo tempo um setor assalariado expressivo e uma massa de pessoas com dificuldade de se inserir no assalariamento, sendo os dois predominantemente com baixos salários. Depois do processo de desindustrialização, das mudanças tecnológicas e de São Paulo ter se tornado uma cidade de serviços, os problemas da ausência de oportunidades de trabalho se agravaram, com 1 milhão de desocupados e 15% de subutilizados na grande São Paulo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do segundo trimestre de 2023.

Assim, um desafio central que se coloca tanto para o conjunto do país, quanto especialmente para a cidade de São Paulo – onde vive cerca de 5% da população nacional e que é palco central do processo de desindustrialização que afeta o Brasil há mais de quatro décadas – é apresentar uma saída para o problema estrutural de falta de trabalho. Dadas as inovações tecnológicas

que avançam no bojo do processo de digitalização da economia<sup>4</sup> e que são intensamente poupadoras de trabalho, o simples crescimento econômico, embora necessário, não será condição suficiente para gerar postos de trabalho a todo o contingente de paulistanos que buscam uma ocupação digna para garantir o seu sustento e o de sua família.

É preciso reconhecer que os circuitos econômicos de acumulação de capital, por mais que avancem e se ampliem, não irão absorver o conjunto da força de trabalho. Portanto, será crucial garantir com meios extraeconômicos um amplo leque de possibilidades de ocupações sociais que sejam, ao mesmo tempo, uma alternativa de renda e de inserção produtiva daqueles que estão ao largo do circuito capitalista e que sejam vinculadas a atividades socialmente relevantes, as quais, em última instância, ampliem a oferta de bens públicos, protejam a natureza e avancem no bem-estar da coletividade.

Nessa perspectiva, mais do que nas etapas anteriores do capitalismo, caberá ao poder público garantir o direito ao trabalho e à renda por meio da criação de oportunidades de trabalho para atender as necessidades da vida em sociedade e que estejam articuladas com um novo padrão de consumo e produção, orientado para a sustentabilidade ambiental e o bem viver. Em outras palavras, o Estado como empregador de última instância, ao estimular com recursos públicos o desenvolvimento de iniciativas de cuidados, de preservação ambiental, de projetos culturais e de melhora dos padrões de vida nesta gigantesca capital metropolitana brasileira, possibilitará que as pessoas realizem atividades compatíveis com os seus anseios e vocações e com sua formação profissional, bem como dará lugar a formas de atividade em circuitos sociais não mercantilizados com a criação de serviços coletivos. Isso permitirá, no limite, a emergência de novos padrões de sociabilidade, bem como a recuperação da autoestima e do sentido de propósito social.

---

4 O que aqui chamamos de “digitalização da economia” é o processo de intensa transformação tecnológica que avança de forma acelerada desde o início deste século e que incorpora a diversos setores da atividade econômica um amplo conjunto de inovações, tais como: a internet das coisas, as impressoras 3D, a inteligência artificial, as plataformas digitais de trabalho, entre outras (Silva, Bonacelli e Pacheco, 2020)

De forma resumida, o argumento principal dessa proposta é que é perfeitamente possível e justificável, do ponto de vista econômico e social, utilizar recursos fiscais para criar ocupações de trabalho que não concorram com o circuito produtivo capitalista, mas que sirvam para incluir segmentos importantes da população que estão estruturalmente marginalizados no mercado de trabalho, mas que podem ser incorporados em um amplo conjunto de atividades não econômicas que são necessárias e importantes para promover maior bem-estar para o conjunto da sociedade. Em troca, cada pessoa que se dedicasse a essas ocupações receberia uma renda mensal que lhes permitisse viver com dignidade, não apenas garantindo acesso a bens materiais, mas inclusive contribuindo para que se sintam integradas e mais ativas em relação à sociedade e às comunidades que habitam.

A título de exemplo de setores que teriam especiais condições para integrar um programa de “emprego garantido” destacam-se as atividades na área de cultura como, por exemplo, a de contadores de história, de organizadores de rodas de literatura, de debates sobre filmes, de oficinas de música, dança e teatro, de restauração do patrimônio histórico das cidades etc. Já na área de meio-ambiente, exemplos de ocupações sociais incluem as brigadas de reflorestamento de áreas degradadas, agentes ambientais em parques, jardins e na agricultura orgânica urbana, educadores ambientais para a gestão de resíduos sólidos etc. Há ainda inúmeras atividades vinculadas às políticas de educação, de cuidados ou de esportes.

Independentemente das especificidades de cada ocupação ou atividade ou dos diferentes formatos que uma política de “trabalho para todos” assuma em diferentes contextos locais e temporais, a questão central colocada por uma proposta como essa é que muitas carências ou ausências da vida coletiva contemporânea, que não interessam às empresas capitalistas porque não oferecem oportunidade de lucro, passariam a ser supridas por meio de pessoas cujo potencial está sendo descartado ou subutilizado e que encontrariam nessas “ocupações sociais” não apenas uma alternativa de renda, mas também a

possibilidade de um engajamento na comunidade – um senso de propósito – que muitas vezes faz tanta falta quanto as carências materiais.

Considerando toda essa problemática que cerca o mundo do trabalho na atualidade e inspirados naquelas formulações que em diferentes países têm apontado para a necessidade de o setor público buscar diretamente o pleno emprego para garantir direito a um trabalho digno a todo(a) cidadão que assim o desejar, apresentamos a seguir algumas diretrizes gerais que podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do problema da falta de trabalho na cidade de São Paulo no que chamamos de um “**programa de geração de ocupações sociais**”, à semelhança das citadas propostas de “garantia de emprego”, e que necessariamente deve estar articulado com um novo modelo de desenvolvimento pautado pela perspectiva de uma inadiável transição ambiental, inclusiva e socialmente justa. Tais propostas se colocam como exemplos a serem discutidos com especialistas que buscam melhorar a vida das pessoas, especialmente daquelas que estão em situação de maior insegurança, vulnerabilidade e discriminação.

O enfrentamento do problema é imenso e não se resolve somente no âmbito local. É um esforço nacional e articulado em todas as esferas de governo. No entanto, dada a existência de um governo federal sensível ao tema da geração de oportunidades de trabalho com direitos e comprometido com o cuidado das pessoas, é possível desenvolver uma série de iniciativas, no âmbito local, que contribuam para criar oportunidades que sejam relevantes do ponto vista social e ambiental e que possam proporcionar realização para as pessoas, ao possibilitar trabalhar em algo que faça sentido para sua vida. Lembrando que as ocupações criadas na sociedade são fruto de relações sociais, de como ocorre a organização da vida social, do que se prioriza e de quais necessidades se busca atender para alcançar o bem-estar coletivo. Ou seja, independente do nível de atividade econômica e das novas tecnologias, tais ocupações expressam uma organização da vida social construída pelas forças coletivas que fazem parte dela.

## OCUPAÇÕES SOCIAIS POR SETORES ESTRATÉGICOS

Na perspectiva de elaborar um roteiro de diretrizes e proposições que contribuam para a estruturação de um “**programa de geração de ocupações sociais**” para a cidade de São Paulo, apresentamos a seguir algumas possibilidades mais concretas de **ocupações sociais** que podem ser criadas ou mesmo expandidas – porque já existem de forma incipiente ou insuficiente – no âmbito de alguns segmentos específicos das políticas públicas municipais. Conforme se busca ilustrar na matriz abaixo, entendemos que uma política de criação de ocupações sociais deve estar centrada em atividades que não se encontram na esfera de interesse do setor produtivo capitalista<sup>5</sup>, nem naquelas que correspondem ao que estamos chamando de setor mercantil simples<sup>6</sup>, nem tampouco entre as atividades que dizem respeito ao setor público em geral. Como mencionado anteriormente, devem, portanto, ser atividades complementares a essas outras esferas e servir tanto como meio para que se caminhe em direção ao pleno emprego da força de trabalho quanto como espaço para o desenvolvimento de bens comuns e de uma progressiva desmercantilização da vida social.

Assim, podemos pensar que, em um determinado momento da vida nacional, diferentes políticas alcancem diferentemente aquelas esferas de atividade, com repercussões mais ou menos favoráveis em termos de ocupações criadas em cada uma delas. A título de exemplo, enquanto no Programa Nova Indústria Brasil (NIB), de iniciativa do Governo Federal, pretende-se criar de 500 mil a 1 milhão de postos de trabalho por meio de um conjunto de investimentos no Complexo Econômico e Industrial da Saúde, com repercussões esperadas tanto nas esferas produtiva-capitalista quanto na mercantil simples e na público-estatal, uma política de fomento a oficinas de

5 Atividades tipicamente capitalistas, frequentemente realizadas por empresas de grande porte, as quais são claramente organizadas para obtenção de lucro e que contratam força de trabalho como meio de produção.

6 Atividades econômicas de micro e pequeno porte, nas quais a rentabilidade é alcançada fundamentalmente por meio do trabalho de seus proprietários, mesmo que haja de forma subsidiária o pagamento de salário a familiares ou a trabalhadores de apoio.

cultura que não passa diretamente pela esfera produtiva-capitalista nem pela expansão do setor público repercutiria positivamente na criação de ocupações sociais na esfera do que estamos chamando de “não mercantil”.

**QUADRO 1 – Matriz de possibilidades de criação de postos de trabalho por políticas públicas específicas (exemplos hipotéticos)**

ESFERA DE ATIVIDADE POLÍTICA PÚBLICA	PRODUTIVA-CAPITALISTA	MERCANTIL SIMPLES	PÚBLICO / ESTATAL	NÃO-MERCANTIL (SOCIAL)
Expandir o PIAPI (Programa de Iniciação Artística para a Primeira Infância)	N.A.	N.A.	Empregos relacionados à gestão e apoio (áreas meio)	Ocupações sociais de artistas educadores com diferentes qualificações (música, teatro, audiovisual, literatura etc.)
Expandir para o território de São Paulo o programa de produção de alimentos “Ligando os Pontos”	N.A.	Ocupações de trabalho na cadeia de produção e distribuição de alimentos	Empregos relacionados à gestão e apoio (áreas meio)	Ocupações sociais vinculadas à produção e à distribuição de alimentos
Construção de Centros Educacionais Unificados (CEUs) nos bairros periféricos da cidade de São Paulo	Empregos diretos nos setores de construção civil, de móveis e equipamentos escolares	Empregos indiretos derivados dos efeitos multiplicadores (especialmente na vizinhança de cada nova unidade)	Empregos diretos de equipes que desenvolverão atividades regulares nos CEUs	Espaço para desenvolvimento de projetos sociais e culturais
Missão 2 do programa federal Nova Indústria Brasil (NIB): Desenvolver o Complexo Econômico-Industrial da Saúde.	Empregos diretos na cadeia produtiva da saúde	Empregos indiretos derivados dos efeitos multiplicadores	Empregos diretos nos serviços públicos de saúde e nas empresas estatais produtoras de fármacos e insumos	N.A.
Expansão das linhas de microcrédito para pequenos produtores independentes	N.A.	Empregos diretos nos pequenos negócios	Empregos relacionados à gestão e apoio (áreas meio)	N.A.

N.A. = Não se aplica. Elaboração dos autores.

Vejam os então com maior detalhe, como exemplo, algumas áreas das políticas públicas municipais que teriam potencial na criação de ocupações sociais. Priorizamos três áreas em particular – cultura, produção de alimentos e cuidados, nas quais já estão em curso algumas iniciativas de bastante sucesso, que podem ser expandidas e aperfeiçoadas, e outras que seriam novidade para São Paulo, mas que de alguma forma já foram experimentadas em outros entes governamentais.

## CULTURA

A área da cultura é reconhecidamente uma importante frente para a criação de ocupações sociais e geração de renda nas sociedades contemporâneas. Segundo diferentes estudos disponíveis<sup>7</sup>, as atividades culturais, inseridas dentro do conjunto da chamada “economia criativa”, responderiam por algo entre 1% e 2% do PIB brasileiro, empregando entre 2% e 3% da força de trabalho do país. Embora o conceito de “economia criativa” não seja muito preciso e envolva desde atividades tipicamente inseridas na dinâmica econômica de grandes empresas capitalistas, por exemplo, a produção de jogos para computador ou a indústria de cinema, até práticas culturais espontâneas e comunitárias, como os blocos de carnaval ou as batalhas de *slams*, o número de pessoas envolvidas no âmbito da cultura é bastante expressivo e significa que esse segmento equivale, em termos de geração de postos de trabalho, a outros setores tradicionais da economia brasileira como é o caso do setor automotivo. Contudo, além de muita disparidade de condições e, principalmente, de rendimentos entre as pessoas que trabalham na cultura ou na “economia criativa”, a enorme maioria dessas pessoas está com muita frequência sujeita à informalidade e à precariedade de seus vínculos laborais, portanto, vivendo sob os signos da incerteza e da insegurança.

<sup>7</sup> Ver, entre outros, Oliveira et al (2013) e Observatório Itaú Cultural (2023)

Além disso, como é comum entre os países em desenvolvimento ou de renda média-baixa, como é o caso do Brasil, a grande maioria da população não tem condições econômicas para disfrutar e consumir bens culturais como ocorre nas economias ricas. Ou seja, no âmbito daquilo que podemos chamar de “economia da cultura”, isto é, daquelas atividades culturais que são economicamente sustentáveis e se organizam pelo cálculo econômico das empresas capitalistas, há, no Brasil, um evidente déficit de oferta de atividades e bens culturais e, conseqüentemente, de oportunidades de trabalho.

Apesar disso, é também perfeitamente plausível supor que haja no país uma imensa demanda potencial por bens culturais, não atendida plenamente, porque, de um modo geral, são raras as iniciativas culturais que conseguem resistir aos desafios e às vicissitudes financeiras que cercam o ambiente econômico nacional em geral e o da cultura em particular. Esse não é um problema específico do Brasil ou dos países periféricos: mesmo países ricos europeus com larga tradição cultural, como a França, a Itália ou a Espanha, alocam importantes montantes de recursos públicos na forma de subsídios, isenções fiscais, concessão de bolsas ou de programas de fomento para viabilizar as atividades culturais, a despeito de receberem turistas do mundo todo que dispõem recursos significativos no consumo de seus bens culturais.

Por tudo isso, considerando que no Brasil há razões ainda mais fortes para expandir as ações de fomento ao setor cultural para além daquelas que já existem e que são insuficientes (Lei Rouanet, Lei Paulo Gustavo, entre diversas outras de iniciativa de entes subnacionais) e, além disso, frente à necessidade de identificar setores com destacada potencialidade para criação de ocupações sociais com aquelas características definidas no início deste capítulo, entendemos que caberia ao governo do município de São Paulo expandir e aperfeiçoar algumas importantes iniciativas que vêm sendo experimentadas já há algumas décadas na cidade, especialmente por iniciativa dos governos democráticos e populares.

Desde a criação das **Casas de Cultura**, na gestão da prefeita Luiza Erundina (1989-1992), e, principalmente, a partir da criação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), no governo de Marta Suplicy (2001-2004), registram-se importantes iniciativas de produção cultural em todas as regiões da cidade, sustentadas por recursos municipais. As mesmas foram capazes de viabilizar ocupações de artistas e pessoal de apoio, garantindo não só postos de trabalho e renda, como também ampliando e democratizando a oferta de cultura em bairros e comunidades que pouco ou quase nada eram atendidos pelas empresas privadas.

A política pública de cultura na cidade está organizada em torno a cerca de 155 equipamentos (19 casas de cultura, 58 CEUs, 12 centros culturais e 58 bibliotecas municipais), hoje bastante depauperados em relação ao que já foram. Ela se mantém com muita precariedade e com contingentes de pessoal insuficientes para dar conta da demanda potencial de uma região metropolitana de 22 milhões de habitantes, que é coração cultural.

Assim, nossa sugestão é que se aproveite a já longa e bem sucedida experiência de apoio e fomento às atividades culturais que funcionam por meio de programas municipais já constituídos, porém desidratados e sucateados pelas gestões conservadoras que governaram a cidade desde 2017, e se retome com força e amplitude a proposta de tornar os CEUs, as casas de cultura, os centros culturais e tantas outras possibilidades de espaços culturais para ampliar de forma substantiva a oferta de bens culturais na cidade de São Paulo e, por conseguinte, multiplicar significativamente a quantidade de ocupações e oportunidades de trabalho e renda no setor cultural.

Atualmente, a contratação de **artistas educadores** e de **artistas orientadores** é feita principalmente por meio de editais específicos, usualmente publicados no início do ano. Em geral, os contratos são válidos por um período de até nove meses. O salário médio desses profissionais em 2024 é de R\$ 65,00 a hora, sendo que lhes é concedido o pagamento de 8 horas por mês para atividades de planejamento e preparação das oficinas.

Considerando a institucionalidade vigente e a infraestrutura física instalada e disponível, acreditamos que se deve ampliar de forma expressiva o volume de ocupações no setor de cultura em duas frentes principais: uma voltada à **formação** de artistas, produtores, gestores e pessoal de apoio às atividades culturais e outra voltada à **criação cultural**, incluindo as atividades de pesquisa, produção e desenvolvimento artístico.

### **Formação**

As atividades de formação que são conduzidas pela Secretaria Municipal de Cultura e que se articulam complementarmente a muitas outras iniciativas sob responsabilidade de outras secretarias, especialmente a de Educação, se realizam fundamentalmente por meio de quatro programas municipais distintos. São eles:

| **Programa de Iniciação Artística para a Primeira Infância (PIAPI):** oferece ações gratuitas de formação artística e cultural para crianças de 0 a 5 anos e seus familiares em diversos espaços da cidade, como: casas de cultura, CEUs, bibliotecas, parques, creches, criação. As atividades são ministradas por artistas educadores qualificados e abrangem diversas linguagens artísticas como: música, teatro, dança, artes visuais e literatura.

**Situação atual:** no segundo semestre de 2023, o programa contava com 55 pessoas, sendo 40 artistas educadores, 10 coordenadores pedagógicos e cinco profissionais da equipe administrativa. Ou seja, havia menos de um artista educador por CEU, razão pela qual não se tem conseguido desenvolver as várias modalidades culturais previstas em cada uma das unidades.

| **Programa de Iniciação Artística (PIÁ):** iniciativa gratuita que oferece experimentações em diversas linguagens artísticas para crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. O programa acontece em equipamentos da Secretaria Municipal da Cultura, CEUs e espaços parceiros, com o objetivo de promover a iniciação artística, estimular a criatividade e a expressividade,

desenvolver o senso crítico e estético, fortalecer a autoestima e a autoconfiança e favorecer a interação social e a inclusão.

As oficinas do PIÁ são ministradas por artistas educadores qualificados e abrangem diversas linguagens artísticas, como: música, teatro, dança, artes visuais, literatura, circo, cinema, fotografia, histórias em quadrinhos e artes digitais.

**Situação atual:** no segundo semestre de 2023, o programa contava com 360 artistas educadores, 40 coordenadores pedagógicos, 10 profissionais da equipe administrativa, totalizando 410 pessoas. Embora haja neste programa um contingente maior de pessoas atuando, na avaliação dos profissionais envolvidos o total de oficinas artísticas é ainda muito insuficiente para atender à demanda, ficando várias linguagens artísticas descobertas ou funcionando em condições de grande precariedade.

| **Vocacional:** é um programa de formação artística gratuito e aberto a todos os interessados a partir de 14 anos. O programa oferece oficinas, cursos e vivências em diversas linguagens artísticas, tais como: música, teatro, dança, artes visuais, literatura, audiovisual e circo. As atividades do **Vocacional** são também realizadas em diversos espaços da cidade, como: casas de cultura, CEUs, bibliotecas, parques, centros culturais. O número de profissionais que atuam no Programa Vocacional da Prefeitura de São Paulo varia de acordo com o número de oficinas, cursos e vivências que estão sendo realizados em cada ano.

**Situação atual:** o programa conta em média com 300 artistas orientadores, 40 coordenadores pedagógicos, 10 profissionais da equipe administrativa, totalizando 350 profissionais.

| **Programa Jovem Monitor Cultural (PJMC):** voltado para o desenvolvimento artístico e atendimento ao público, o programa foi iniciado em 2008, na cidade São Paulo, focado na formação de jovens de **18 a 29 anos** para atuação em equipamentos/departamentos culturais. Desde então, o programa ganhou proporções e alcance cada vez maiores, mas ainda é

pouco expressivo em face da dimensão do município de São Paulo e das já referidas enormes carências culturais que são percebidas nos bairros periféricos da cidade.

**Situação atual:** o edital dos anos 2022/2023 selecionou apenas 345 jovens para atuarem por 24 meses como monitores, recebendo uma bolsa de R\$ 1.000 por 30 horas de atividade semanais e distribuídos nos 155 equipamentos culturais espalhados pela cidade de São Paulo. O programa não oferece qualquer outro apoio, como vale-transporte ou vale-refeição.

Na perspectiva de fortalecer, ampliar e aperfeiçoar esse conjunto de programas voltados à cultura na cidade de São Paulo, nossa proposta é que se amplie a escala dessas iniciativas de forma expressiva, expandindo o total de pessoas ocupadas dos cerca de 1.200 envolvidos para, pelo menos, 12.000 pessoas (5% das quais servidores públicos para atuarem nas áreas de gestão e apoio), garantindo ao mesmo tempo uma melhora na remuneração mensal das pessoas que forem contratadas como formadores ou artistas e que se tenha a referência do salário mínimo nacional como piso das remunerações, garantindo ainda o vale-alimentação e o vale-transporte e um mínimo de 8 horas mensais de preparação para todos aqueles que atuam diretamente na formação artística.

### **Criação**

Uma outra frente importante da política cultura da cidade de São Paulo, complementar à de **formação**, diz respeito às iniciativas voltadas à **criação cultural**. Estas incluem atividades de pesquisa, de produção cultural e de desenvolvimento e realização de espetáculos e manifestações artísticas. Atualmente, todas se realizam fundamentalmente por meio de editais públicos lançados periodicamente e que selecionam propostas de acordo com algumas modalidades principais, tais como:

| as **leis de fomento**, com valores de maior monta para pesquisa, produção e realização de trabalhos artísticos/culturais;

| o programa de **Valorização de Iniciativas Culturais (VAI)**, criado em 2003, na gestão de Marta Suplicy, para apoiar iniciativas culturais de coletivos da periferia da cidade, e que dispõe de valores que chegam a R\$ 54 mil na modalidade VAI 1 e a R\$ 108 mil na modalidade VAI 2. O montante total de recursos anuais do programa não alcança os R\$ 15 milhões;

| ações de **apoio ao carnaval** (blocos e escolas de samba);

Pela importância que representam para a vida cultural da cidade de São Paulo e pela capacidade de dinamizar atividades que incorporam uma variedade de profissionais (artistas, produtores de eventos, gestores, formadores, técnicos de áudio e vídeo, oficineiros, cenógrafos etc.) de distintas linguagens artísticas, esta frente da criação deve ser também ampliada de forma expressiva, estipulando-se um orçamento anual de pelo menos R\$ 110 milhões, valor que representaria apenas 0,1% do orçamento total atual da Prefeitura.

Por fim, cabe lembrar que, para além dos programas municipais voltados à área cultural já mencionados, devem ser consideradas também as possibilidades abertas pelos programas de outros níveis de governo, notadamente os editais de apoio a Pontos e Pontões de Cultura no âmbito do **Programa Cultura Viva**, por meio do qual um amplo conjunto de linguagens culturais podem ser financiadas, com recursos para bolsas destinadas a artistas e às equipes de apoio, bem como para infraestrutura física e despesas correntes.

## PROGRAMA DE PRODUÇÃO LOCAL DE ALIMENTOS

Os programas de fomento à **agricultura urbana e periurbana (AUP)** são outra frente muito relevante para a criação de **ocupações sociais**. Eles possibilitam a dinamização da renda de pequenos produtores de alimentos

que, na maioria das vezes, trabalham em unidades familiares localizadas em chácaras, sítios ou terrenos urbanos vazios de São Paulo<sup>8</sup>. Tais programas podem ser articulados a outras políticas públicas desenvolvidas por diferentes secretarias do município.

Por meio da parceria com os programas de merenda escolar e de cozinhas comunitárias e restaurantes populares, desenvolvidos por iniciativa da própria Prefeitura ou por organizações da sociedade civil, uma política de fomento à agricultura urbana e periurbana (AUP) possibilita o aumento da disponibilidade física de alimentos saudáveis para os moradores da cidade.

Além disso, ela tem o potencial de oferecer uma ampla gama de benefícios à cidade e a seus municípios: ajuda a reduzir o desperdício de alimentos; reduz os custos de distribuição e de comercialização; promove maior resiliência dos mercados locais frente a crises de abastecimento (como vimos ocorrer na pandemia da Covid-19); fomenta a valorização da cultura alimentar local; contribui para o aumento de áreas verdes urbanas, o que é essencial para a mitigação dos efeitos da crise climática e para a preservação dos mananciais de água potável que abastecem a cidade; encurta os trajetos de transporte de alimentos e insumos orgânicos, reduzindo a emissão de poluentes; contribui para a gestão dos resíduos orgânicos, os quais podem ser reutilizados no processo produtivo a partir de ecopontos instalados nas proximidades das unidades de produção; auxilia na proteção do solo por meio do aumento da capacidade de infiltração, que reduz o risco de inundações e melhora a qualidade e a disponibilidade da água; promove a incorporação de práticas agrícolas sustentáveis, entre outras. Vale lembrar ainda que, frequentemente, boa parte da produção das AUP tem se concentrado no plantio das chamadas plantas alimentícias não convencionais (PANCS), de ervas medicinais e de produtos orgânicos, o que possibilita ampliar o valor adicionado por unidade.

---

8 A zona rural do município de São Paulo abriga aproximadamente 40 mil pessoas, tem um total de 420 km<sup>2</sup> e corresponde a 28% do território, sendo a grande parte localizada no extremo sul da cidade.

Para se ter uma ideia do potencial dos programas voltados ao fomento da AUP, segundo um estudo do Instituto Escolhas<sup>9</sup>, com base em estimativas feitas para Curitiba, a implantação de novas unidades de produção de alimentos em 5% dos espaços disponíveis no município criaria cerca de 1.500 postos de trabalho diretos e geraria um volume de alimentos saudáveis para atender quase 140 mil pessoas por ano.

No mesmo estudo, a fim de estabelecer uma referência que sirva de base à formulação de novos programas similares em outras cidades do país, foram estimados os impactos da implantação de uma **unidade-modelo de produção de alimentos** em área urbana ou periurbana. Considerando-se um terreno com área de 1.000m<sup>2</sup>, dos quais 558m<sup>2</sup> de área produtiva, e uma gama de até 15 culturas de hortaliças, estima-se que seriam produzidos 6.452,71 kg de alimento por ano, gerando uma renda anual de R\$ 41.556,80<sup>10</sup>. Em relação aos custos necessários à implantação de uma unidade-modelo, calcula-se que os valores associados a gastos com preparação da área e do solo, formação e preparação de canteiros diretamente no solo e compra de ferramentas e equipamentos girem em torno de R\$ 25 mil a R\$ 27 mil (essa variação reflete a quantidade de materiais adquiridos para atender à participação de 2 a 15 pessoas por unidade). Em relação aos custos de manutenção de cada unidade-modelo, estima-se que os gastos com insumos (mudas, sementes e adubo), pagamentos de serviços (água, luz, reparos), assistência técnica, contratação de mão de obra (quando houver) e reposição de equipamentos de proteção individual (EPI) sejam em torno de R\$ 9 mil por ano<sup>11</sup>.

9 Instituto Escolhas. *Como o Governo Federal pode apoiar os municípios no fomento à produção local de alimentos?* Sumário Executivo. São Paulo, 2023.

10 A base dos valores médios mensais de venda de cada uma das 15 espécies da unidade produtiva-modelo veio da plataforma Prohort da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com média disponível para os anos de 2021, 2022 e 2023. Para cada valor por espécie foi acrescido 50% para o cálculo do preço do produto no varejo, já que a plataforma apresenta valores de atacado. Para mais informações, conferir op. cit.

11 Em relação a este custo de manutenção, caberá ao gestor municipal avaliar qual a melhor maneira de sustentá-lo. Na experiência exitosa de Curitiba, o custo de manutenção é integralmente coberto pela Prefeitura no ano de implantação da unidade produtiva e, nos anos seguintes, são pensadas outras formas de sustentação, seja diretamente por meio da renda gerada a partir da comercialização dos produtos (que pode ser incluída em um programa de compra garantida da safra), seja por meio de parcerias com outras organizações da sociedade civil ou empresariais.

Programas com esse desenho demandam conhecimentos técnicos especializados em relação à produção, ao manejo, à distribuição e à comercialização dos produtos. Por isso, é de grande importância incorporar ao programa equipes que possam oferecer assistência e extensão rural em benefício dos produtores de alimentos, suas famílias e organizações representativas das comunidades rurais das microbacias hidrográficas da cidade de São Paulo, à semelhança do que fazem as empresas de assistência técnica e extensão rural (Ematers) em diversos estados e municípios do país. Estima-se que cada unidade produtiva possa incorporar dois bolsistas de nível técnico (alunos do ensino médio que seriam capacitados para essa finalidade, dividindo sua carga horária entre aprendizado e assistência técnica), os quais seriam acompanhados por supervisores com conhecimento na área, em uma proporção de um para cada 20 bolsistas. Dessa maneira, para além daqueles postos de trabalho diretos estimados para a produção de alimentos nas AUPs, supondo-se uma implantação de 500 a 1.500 novas unidades produtivas, projeta-se a incorporação de algo entre 2 e 3 mil bolsistas, cada qual com uma jornada de 20 horas semanais, e um grupo de supervisores que corresponderia a cerca de 200 ou 300 profissionais.

Nessa perspectiva, e pensando especificamente no caso da cidade de São Paulo, o maior exemplo a ser considerado e expandido é o do projeto Ligue os Pontos<sup>12</sup>, concebido na gestão de Fernando Haddad (2013-2016), inicialmente circunscrito à zona sul da cidade, e premiado internacionalmente em 2016<sup>13</sup>. Sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, e com desenvolvimento em conjunto com outras secretarias e órgãos municipais, o objetivo do projeto é promover a sustentabilidade socioambiental do território rural no sul de São Paulo por meio do fortalecimento da agricultu-

---

12 Para conhecer mais detalhes do projeto Ligue os Pontos, ver <https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 19 mar. 2024.

13 O projeto recebeu o prêmio *Mayors Challenge* 2016, promovido pela *Bloomberg Philanthropies*, dedicado a iniciativas inovadoras em políticas públicas nas cidades da América Latina e do Caribe. A Prefeitura de São Paulo recebeu o prêmio principal, na perspectiva de que um dos grandes desafios a ser enfrentado pelas cidades latino-americanas é estabelecer uma relação sustentável entre suas áreas urbana e rural.

ra local, com o uso da tecnologia como ferramenta de integração e coordenação entre as iniciativas e as partes interessadas associadas a essa cadeia produtiva, sejam do setor público ou da sociedade civil. Segundo levantamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura, há atualmente no município de São Paulo um total de 444 hortas urbanas comunitárias, das quais 291 ocupam espaços públicos cedidos pelo município.

É fundamental salientar que projetos como esse ou outras iniciativas de fomento à agricultura urbana e periurbana que já são ou podem ser desenvolvidos na cidade de São Paulo necessitam considerar também a articulação com programas de outros entes governamentais. Em especial, no âmbito do Governo Federal, já houve uma primeira e importante iniciativa de apoio à AUP com a publicação, em 12 de setembro de 2023, do Decreto nº 11.700, estabelecendo o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. A partir desse marco, é preciso considerar tanto as possibilidades de financiamento e sustentabilidades de unidades de produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas da cidade, como também um conjunto de desafios que devem ser enfrentados para avançar e consolidar o que já vem sendo desenvolvido de forma muito exitosa em São Paulo com o projeto Ligue os Pontos.

## POLÍTICA MUNICIPAL DE CUIDADOS

A cidade de São Paulo tem 11,452 milhões de habitantes, conforme dados do Censo 2022. As mulheres correspondem a 53% da população. Entre 2010 e 2022, a taxa de crescimento populacional foi de 0,15%, bem inferior à do Estado, que foi de 0,52%.

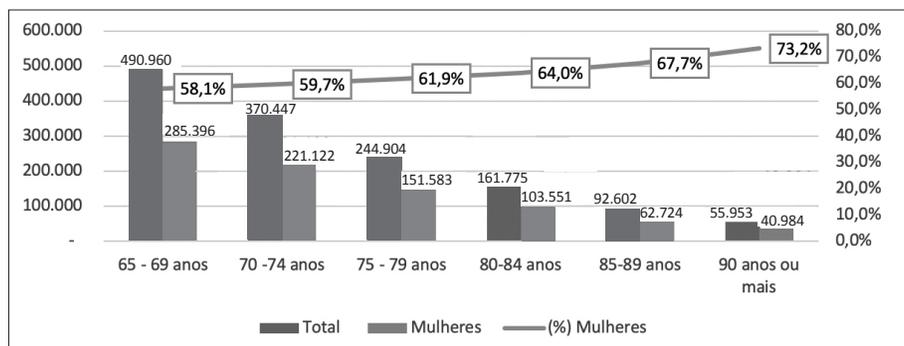
Os dados do Censo indicam o envelhecimento da população. Entre as pessoas com 75 anos ou mais idade, o crescimento foi de 48% entre 2010 e 2022, passando de 375,44 mil para 555,23 mil pessoas. A população entre 60 e 74 anos saltou de 962,69 mil para 1,47 milhão, com crescimento de 52% no período. Ao mesmo tempo, a população de até 14 anos

de idade teve uma redução de 16%, passando de 2,34 para 1,95 milhões. A população entre 65 e 90 anos ou mais cresceu entre 35% e 102% nos dois Censos (de 2010 e 2022). A participação sobre o total da população para essa faixa etária saltou de 8,1% em 2010 para 12,4% em 2022, ou seja, 1,41 milhão de pessoas. Os dados do gráfico 1 indicam a participação das mulheres nessas faixas: elas são maioria e chegam a representar 73,2% entre as pessoas com 90 anos ou mais.

As mudanças demográficas estão se acelerando e representam novos desafios para a sociedade. A evolução da expectativa de vida se associa à crescente demanda por políticas públicas, especialmente as políticas de cuidados tanto de idosos quanto com educação infantil e creche, que ainda pressionam o poder público.

Enquanto 12,4% da população tem mais de 65 anos, crianças e adolescentes até 14 anos representam 17%, ou seja, praticamente 30% ou 3,4 milhões de pessoas demandam creche, escolas públicas, Centro Dia para o Idoso, Instituições de Longa Permanência, Centros de Referência e Serviços de Assistência. Ao mesmo tempo, a cidade de São Paulo está com mais de 656 mil pessoas desempregadas e as mulheres representam 48% deste total (315 mil), dados do 1º trimestre de 2023.

**Gráfico 1 - Distribuição da população por faixa etária selecionada e percentual de mulheres sobre o total (Censo 2022)**



Fonte: Seade

### **As creches e a educação infantil**

Em 2022, apenas 36% das crianças de 0 a 3 anos estavam em creches, o que demonstra o enorme déficit de acesso efetivo a esse direito no Brasil. No final dos anos 1970, uma das principais reivindicações do movimento feminista, sobretudo nas grandes cidades, era a construção de creches públicas. A maior inserção das mulheres no trabalho assalariado, somada ao processo migratório de jovens mulheres do campo para as cidades e consequente distanciamento da rede de relações familiares, tornou evidente a necessidade de uma solução para a questão do cuidado dos filhos pequenos.

A partir dos anos 2000, as creches passaram a integrar a política de educação infantil, cuja execução ficou sob responsabilidade dos municípios. A legislação brasileira define que é dever do Estado ofertar educação gratuita, sendo obrigatória, desde 2013, a educação básica dos quatro aos 17 anos. A creche abrange as crianças de 0 a 3 anos e, apesar de ser um direito, não é considerada obrigatória. A meta estabelecida no Plano Nacional de Educação é de que, até 2024, 50% das crianças de 0 a 3 anos tenham acesso a esse direito.

Do ponto de vista orçamentário, o governo federal realiza a transferência de recursos dedicados, sobretudo, à construção e à manutenção de infraestrutura, cabendo aos municípios a gestão das creches. Ainda que 66% das matrículas em creche sejam na rede pública, há um processo em curso de ampliação de parcerias público-privada, que tende a precarizar as condições de trabalho das trabalhadoras de creche, majoritariamente mulheres e negras, que absorvem o ajuste em seu cotidiano, diante da ampliação de matrículas com limitação orçamentária (SOF, 2024). Contudo, a existência de creche modificou substantivamente as condições de acesso e permanência das mulheres mais pobres no trabalho assalariado em tempo integral. De acordo com os dados de 2022, a proporção de mulheres que conseguiu trabalhar era 23% maior entre as que tinham todos os filhos na creche (Dieese, 2024). No Brasil, a jornada legal é de 44 horas semanais,

e apenas em algumas profissões ou ocupações há jornadas diferenciadas, como nas áreas de saúde, educação e assistência. Para terem acesso a jornadas reduzidas, até hoje as mulheres precisam se sujeitar a ocupações informais ou trabalhar por conta própria e na informalidade. De acordo com dados da PNADC de 2023 (1º trimestre), em São Paulo, 20% das mulheres (66,2 mil) desempregadas alegam que o principal motivo de não terem tomado providências para conseguir trabalho foi a presença do trabalho doméstico e os cuidados com filhos ou idosos. De acordo com a mesma fonte, tem-se 894,5 mil crianças nas faixas entre 0 e 5 anos, sendo 32,7% na faixa de 0 a 1 ano; 33,7% na faixa de 2 a 3 anos e 33,6% na faixa de 4 a 5 anos. Em torno de 25% não frequenta creche, pré-escola ou escola, conforme dados da Tabela 1.

**Tabela 1 – Percentual de crianças de até cinco anos que frequentam creches, pré-escolas ou ensino fundamental regular**

Frequência à creche ou escola	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total
	Urbana					
Frequenta creche	43%	53%	36%	57%	52%	48%
Frequenta pré-escola	26%	33%	32%	25%	0%	26%
Regular do ensino fundamental	2%	0%	0%	0%	0%	1%
Não frequenta creche, pré-escola ou escola	29%	14%	32%	18%	48%	25%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: PNADC-IBGE (1º trimestre de 2023)

Dentre os motivos para não frequentar a creche, pré-escola ou escola, destaca-se a opção dos pais ou responsáveis (59%). Outros 17% responderam que faltam vagas nas escolas ou creches ou os equipamentos ficam distantes. Embora a falta de dinheiro para mensalidade, transporte ou material escolar tenha sido indicada como motivo por apenas 1% das pessoas entrevistadas, quando esse dado é desagregado por raça, observa-se que essa opção foi indicada por 22% das famílias com crianças negras.

**Tabela 2 – Crianças de até cinco anos que não frequentam creches, pré-escolas ou escolas por motivo**

A escola ou creche não aceita a criança por conta da idade	6%
Falta de dinheiro para pagar a mensalidade, transporte, material escolar etc.	1%
Falta de vaga na escola ou creche	13%
Não tem escola ou creche ou a escola fica distante	4%
Por opção dos pais ou responsáveis (acham muito nova para ir a escola, preferem cuidar em casa etc.)	59%
Problema de saúde permanente da criança	2%
Outro motivo	15%

Fonte: PNAD Anual - 2022

Atualmente, há três modalidades de creche integradas ao Sistema Municipal de Ensino de São Paulo e oferecidas à população: rede direta, rede indireta e creches particulares conveniadas. Cerca de dois terços das vagas são oferecidas pelas creches conveniadas. Em algumas regiões, o peso das conveniadas chega a 80%. A diferença entre as indiretas e as conveniadas são as instalações. Nas indiretas, a estrutura física pertence ao poder público. Já as conveniadas recebem um recurso à parte para aluguel, sendo que a adaptação do local não é financiada com recursos públicos.

As diferenças nas condições de trabalho marcam a realidade das creches diretas na comparação com as conveniadas. Os salários dos servidores públicos são superiores, a jornada de trabalho é de 30 horas, enquanto nas creches conveniadas a jornada é de 40 horas, além dos diferenciais em relação às práticas pedagógicas, dias letivos e recesso. Em auditoria de 2020 sobre a qualidade das creches conveniadas, o Tribunal de Contas do Município (TCM) de São Paulo mostrou que os professores da rede direta são mais bem remunerados e possuem jornadas de trabalho com mais tempo para planejamento das atividades. Por serem concursados – diferente dos professores das creches conveniadas, que são contratados em regime CLT – eles possuem mais titulações e mais autonomia, tendem a ficar mais tempo na rede de ensino e têm mais oportunidades de capacita-

ção. Há diferenças também em relação à qualidade do ensino ofertado às crianças. “Há grande diferença entre as turmas dos Centros de Educação Infantil diretos e parceiros em relação a algumas práticas pedagógicas qualificadas”, pontua o relatório.

O orçamento para manutenção e operação de rede parceira em 2023 foi de R\$ 4,26 bilhões e, para 2024, estão previstos R\$ 4,35 bilhões. Embora os comunicados oficiais indiquem que não há demanda não atendida por creches em São Paulo, a realidade é outra. Os dados mostram que existe demanda por creche e, nas comunidades, o relato é de que na maior parte das vezes as mulheres desistem de esperar por vagas e buscam soluções compartilhadas com familiares ou mães crecheiras. Ou seja, formas alternativas de garantir os cuidados são criadas dentro das comunidades.

Por isso, além da ampliação da rede para assegurar o acesso a todas as crianças que demandam por esses serviços, é essencial retomar o debate sobre as creches e escolas oferecerem mais vagas em período integral, como também garantir que as crianças sejam alimentadas, a fim de reduzir a sobrecarga com o trabalho de cozinhar em suas casas. O horário de funcionamento das creches no município é incompatível com a dinâmica de trabalho, cujas jornadas seguem outra lógica que não a de compatibilizar com as demandas sociais. A ampliação dos serviços e também de seus horários de funcionamento permitirá a geração de milhares de postos de trabalho organizados por turnos, criando um ambiente de maior autonomia, principalmente para que as mulheres possam decidir sobre as melhores oportunidades de trabalho.

### **A questão do cuidado dos idosos**

Nos últimos anos, vem crescendo a demanda de serviços de cuidados para os idosos, uma vez que as famílias já não conseguem ter pessoas disponíveis para exercer essa função. Ao mesmo tempo, há um processo de envelhecimento da população frente ao aumento da expectativa de vida no país.

A demanda por cuidadoras(es) de idosos(as) e doentes nos lares brasileiros fomenta substancialmente as discussões sobre quem deve arcar com essa responsabilidade. Ainda que as mulheres das famílias já não estejam mais disponíveis para se dedicar a esse cuidado, a tarefa foi delegada para outras cuidadoras profissionais, perpetuando essa atribuição ao público feminino, tanto nas casas como nas instituições.

Para Helena Hirata (2010), estudiosa do tema no Brasil, a relação entre o ato de cuidar de forma remunerada e não remunerada tem uma fronteira bastante tênue. Isso porque um novo padrão de precarização do trabalho está surgindo no cuidado com as pessoas. Em uma instituição de longa permanência para idosos (ILPI), as trabalhadoras costumam receber um pouco mais de um salário mínimo. Já em “casas de família” elas até conseguem uma remuneração maior, porém têm que dormir no emprego, cuidar do idoso dia e noite, trabalhar em dia de folga e, muitas vezes, têm o salário registrado em carteira num valor inferior ao efetivamente recebido.

Atualmente, há 162 serviços para a população idosa na cidade de São Paulo, distribuídos entre convivência e acolhimento, de acordo com as necessidades de cada pessoa idosa. As formas de acesso são pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Esses três tipos de serviços estão espalhados nas cinco regiões e em 93 endereços, sendo que, em algumas regiões, há apenas um equipamento. Além disso, existem as unidades de referência à saúde do idoso (URSI), 13 ao todo, de caráter ambulatorial e coordenada pela atenção básica.

As propostas são ampliar os dois espaços de referência ou acolhimento:

1) **Serviços de Proteção Social Básica**, distribuídos nas cinco regiões e 90 endereços:

| Centro de Referência do Idoso, que atende pessoas a partir de 60 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

| Núcleo de Convivência do Idoso, para pessoas a partir de 60 anos, em situação de vulnerabilidade e beneficiadas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou outros programas de transferência de renda e/ou apresentam vivências de isolamento e/ou violência.

| Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa, destinado a pessoas em situação de isolamento por ausência de convívio familiar e comunitário e dificuldade de acesso a serviços, com entrega de uma refeição diária de segunda a sexta.

2) **Serviços de Proteção Social Especial**, distribuídos nas cinco regiões e 59 endereços:

| Centro Dia para Idoso, que se caracteriza por ser um espaço para atender idosos que possuem limitações para realizar as atividades de vida diária (AVD) e que convivem com suas famílias, porém não dispõem de atendimento em tempo integral no domicílio.

| ) Instituição de Longa Permanência para Idoso a partir dos 60 anos em situação de vulnerabilidade social, que não tenham um familiar e/ou cuidador responsável e/ou uma família estendida e/ou idoso que não seja capaz de se manter sozinho. Inclui pessoa idosa cujo familiar também é pessoa idosa e não reúne condições de ser cuidador.

| Centro de Acolhida Especial para Idosos a partir de 60 anos em situação de rua ou de vulnerabilidade social.

As proposições são de ampliar a quantidade dos serviços oferecidos, com o poder público municipal assumindo maior responsabilidade na perspectiva de garantir qualidade de atendimento às pessoas idosas. Embora hoje exista uma diversidade de serviços voltados a esse público, eles são insuficientes para atender a demanda do município e se destinam prioritariamente à parcela da população idosa que se enquadra nos requi-

sitos de viver em condições de extrema vulnerabilidade ou depender de programas de transferência de renda ou BPC.

A perspectiva proposta é a de assegurar acolhimento e proteção a todas as pessoas idosas que necessitem de cuidados, equipar os espaços com materiais adequados, promover atividades culturais e recreativas e investir na formação de profissionais qualificados, ampliando o horizonte de ocupações sociais. Os serviços de atendimento domiciliar também devem ser ampliados para todas as regiões. Atualmente, a Prefeitura oferece um serviço extremamente reduzido de acompanhamento do idoso, com apenas uma hora por semana e jornadas que incluem, no mínimo, dez visitas diárias no bairro por trabalhador(a). Há registro desse serviço em apenas duas unidades básicas de saúde (UBS), o que é absolutamente insuficiente para atender as demandas da população idosa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições acima caminham na direção de potencializar as iniciativas e práticas que podem gerar trabalho e renda de forma massiva em São Paulo, especialmente ocupações sociais não mercantilizadas, que revertam o problema do desemprego e contribuam para atender demandas sociais e ambientais da população paulistana. Os três setores (cultura, agricultura urbana e cuidados) foram selecionados para mostrar a possibilidade de elaboração de uma política ativa no âmbito do município na área do trabalho. É claro que o município não tem a capacidade de resolver o problema, que depende muito das outras duas esferas de governo, fundamentalmente de um projeto de desenvolvimento que tenha como eixo recolocar o trabalho na centralidade da vida social e de buscar gerar ocupações e renda na perspectiva de atender as necessidades contemporâneas, partindo do pressuposto que não é possível encaminhar a atual crise social e ambiental sem reorganizar o trabalho.

Por fim, deve-se assinalar que a reversão da atual tendência de precarização estrutural do trabalho e a construção de uma nova utopia do trabalho só poderá ser uma realidade a partir da seara política, no embate saudável entre diferentes grupos de interesses de acordo que compõem a vida urbana e disputam a cidadania. O desafio é construir uma agenda para o mundo do trabalho que seja capaz de mobilizar todas as forças sociais que lutam pela transformação social.

## REFERÊNCIAS

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, *Mulheres: inserção no mercado de trabalho* (infográfico), 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/mulheresBrasilRegioes.html> Acesso em: 19 mar. 2024.

FARIA, Nalu; MORENO, Renata; REIS, Renata; TEIXEIRA, Marilane. *O impacto da política de creches no Brasil na vida das mulheres: disputas e horizontes feministas*. Estudo de caso. SOF: julho de 2023. Disponível em: [https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2024/03/SOF\\_Estudo\\_de\\_Caso\\_Politica\\_de\\_Creches\\_no\\_Brasil\\_v2-final.pdf](https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2024/03/SOF_Estudo_de_Caso_Politica_de_Creches_no_Brasil_v2-final.pdf) Acesso em 19 mar 2024.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010 (Cadernos Sempreviva).

INSTITUTO ESCOLHAS. *Como o Governo Federal pode apoiar os municípios no fomento à produção local de alimentos?* Sumário Executivo. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/bdzkjpfc> Acesso em 19 mar. 2024.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL (2023). Disponível em: <http://rb.gy/qj-gl7d>. Acesso em 19 mar. 2024.

OLIVEIRA, João Maria; ARAÚJO, Bruno C; SILVA, Leandro V. Panorama da economia criativa no Brasil, *Texto para Discussão* 1880. Ipea: 2013. Disponível em: <http://rb.gy/vqrrfq> Acesso em 19 mar. 2024

PRONI, Marcelo. Estruturação e desestruturação do mercado de trabalho no Brasil, . Campinas: IE-UNICAMP (*Texto para Discussão* 454), setembro de 2023. Dispo-

nível em: <https://tinyurl.com/2vuu43em> Acesso em: 18 mar. 2024.

SILVA, V.; BONACELLI, M.; PACHECO, C. (2020) *O sistema tecnológico digital: inteligência artificial, computação em nuvem e Big Data*. *Revista Brasileira de Inovação*, 19. e0200024. Disponível em: <https://tinyurl.com/4k6f7r4m>

TELLES, Vera. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v.18, n.1, p. 173-195, jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-20702006000100010> Acesso em: 19 mar. 2024.

# A atualidade da construção civil em São Paulo: pilar econômico e desafios contemporâneos

Antonio de Sousa Ramalho<sup>1</sup>

A construção civil continua a desempenhar um papel fundamental na economia de São Paulo, refletindo-se de diversas maneiras no Produto Interno Bruto (PIB) da cidade. Segundo dados recentes, o setor da construção civil representa uma parcela significativa do PIB Paulista, contribuindo com cerca de 26,85% da atividade econômica total da região, em 2023, segundo dados da Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvesteSP).

Além disso, a construção civil é uma das principais empregadoras na cidade, proporcionando trabalho para milhares de pessoas. Estima-se que o setor empregue mais de 300 mil trabalhadores na capital paulista, desde engenheiros e arquitetos até operários e pedreiros. Essa mão de obra diversificada e numerosa é crucial para o desenvolvimento e a realização de projetos arquitetônicos e urbanísticos em São Paulo.

No entanto, apesar da importância econômica e do potencial de geração de empregos, a construção civil enfrenta uma série de desafios na

---

1 Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo (Sintracon) - SP

cidade. Entre os principais, estão as condições laborais precárias dos trabalhadores do setor, como a falta de segurança em canteiros de obras, os baixos salários e a escassez de políticas públicas voltadas para a valorização e a proteção dos profissionais da construção civil.

Para enfrentar esses desafios e promover um ambiente de trabalho mais seguro, justo e digno para os trabalhadores da construção civil, são necessárias medidas que visem à implementação de melhores práticas de segurança, à valorização da qualificação profissional e ao estabelecimento de políticas públicas que garantam direitos trabalhistas e sociais adequados para todos os envolvidos no setor. Essas iniciativas não apenas beneficiariam os trabalhadores, mas também contribuiriam para o desenvolvimento sustentável e o progresso da cidade de São Paulo como um todo.

### **O REFLEXO DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM SÃO PAULO: PERSPECTIVAS E IMPACTOS FUTUROS**

A construção civil é mais do que uma simples atividade econômica em São Paulo; ela é um reflexo da dinâmica e da evolução da própria cidade. Ao longo dos anos, os empreendimentos e obras construídas moldaram a paisagem urbana da metrópole, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento.

O setor da construção civil representa não apenas uma fonte vital de emprego e atividade econômica, mas também um símbolo do progresso e da transformação constante da cidade. Desde construções faraônicas até as novas vias de transporte e infraestrutura, cada projeto de construção é um testemunho do potencial criativo e inovador de São Paulo.

Olhando para o futuro, a perspectiva para o setor da construção civil em São Paulo é promissora, mas também desafiadora. Com o contínuo crescimento da população e a demanda por habitação, infraestrutura e serviços públicos, espera-se que o setor continue a desempenhar um papel crucial na expansão e no desenvolvimento da cidade.

No entanto, para garantir um crescimento sustentável e inclusivo, é fundamental enfrentar os desafios e as questões que afetam o setor, que incluem a falta de mão de obra qualificada e de interesse dos mais jovens em trabalhar no setor, além da segurança no trabalho, a qualidade dos projetos e a sustentabilidade ambiental. Investimentos em tecnologia, inovação e capacitação profissional também serão essenciais para impulsionar a produtividade e a eficiência do setor.

Os impactos positivos da construção civil em São Paulo são inegáveis, mas também é importante reconhecer e mitigar quaisquer impactos negativos, como o aumento do tráfego, a degradação ambiental e a gentrificação. Ao adotar uma abordagem equilibrada e sustentável para o desenvolvimento urbano, São Paulo pode aproveitar ao máximo o potencial do setor da construção civil para construir uma cidade mais inclusiva, próspera e vibrante para todos os seus habitantes.

### **PERFIL DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2022, que mede o trabalho formal, há em torno de 300 mil trabalhadores(as) no município de São Paulo no setor da construção civil, sendo que 11% eram mulheres. Considerando que no Brasil são mais de 2,5 milhões de pessoas trabalhando no setor, o município de São Paulo responde por cerca de 11% do total nacional. Importante destacar que se trata de emprego formal (com carteira). Os dados para o Brasil no setor da construção civil, incluindo os informais, chegam a 7,4 milhões de pessoas. Já as estimativas para São Paulo em relação à informalidade são imprecisas: as estatísticas apontam para cerca de 100 mil, mas esse número pode ser ainda maior.

O setor da construção civil está distribuído em diferentes segmentos. No município, predomina a construção de edifícios, que responde

por 28% do total de pessoas empregadas no setor, seguido por instalações elétricas e hidráulicas (18%) e obras e acabamento ou outros serviços especializados que, juntos, totalizam 22%.

**Tabela 1 – Participação das atividades econômicas relacionadas à construção civil no Município de São Paulo**

	Total	(%)
Incorporação de empreendimentos imobiliários	13.397	4%
Construção de edifícios	82.853	28%
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais	31.053	10%
Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos	21.783	7%
Construção de outras obras de infraestrutura	27.165	9%
Demolição e preparação do terreno	5.150	2%
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	53.752	18%
Obras de acabamento	30.592	10%
Outros serviços especializados para construção	33.692	11%
<b>Total</b>	<b>299.437</b>	<b>100%</b>

Fonte: RAIS 2022 – Ministério do Trabalho e Emprego

A jornada de trabalho se concentra entre 41 e 44 horas semanais para 93,4% dos trabalhadores(as). A jornada acima da jornada de trabalho regular corresponde a apenas 1,4%.

**Tabela 2 – Jornada de trabalho, por faixas de horas contratadas no setor da construção civil no Município de São Paulo**

Faixa Hora	Masculino	Feminino	Total	(%)
até 30 horas	2.326	1.649	3.975	1,3%
31 a 40 horas	8.265	3.411	11.676	3,9%
41 a 44 horas	249.891	29.880	279.771	93,4%
45 a 48 horas	1.580	158	1.738	0,6%
Mais de 48 horas	2.144	189	2.333	0,8%
<b>Total</b>	<b>264.206</b>	<b>35.287</b>	<b>299.493</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: RAIS 2022 – Ministério do Trabalho e Emprego

A faixa etária dos(as) trabalhadores(as) da construção civil está concentrada entre 30 e 49 anos (49,1%). Contudo, percebe-se um número expressivo de jovens até 29 anos (26,1%). Da mesma forma, a presença de pessoas acima de 50 anos também é elevada, correspondendo a cerca de 20%. A desagregação por sexo também sugere uma distribuição semelhante para mulheres e homens.

**Tabela 3 – Faixa etária dos(as) trabalhadores(as) na construção civil no Município de São Paulo**

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total	(%)
Até 17 anos	422	345	767	0,3%
18 a 24	30.439	5.720	36.159	12,1%
25 a 29	34.734	6.195	40.929	13,7%
30 a 39	78.632	10.777	89.409	29,9%
40 a 49	65.087	7.359	72.446	24,2%
50 a 64	49.277	4.417	53.694	17,9%
65 ou mais	5.615	474	6.089	2,0%
<b>Total</b>	<b>264.206</b>	<b>35.287</b>	<b>299.493</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: RAIS 2022 – Ministério do Trabalho e Emprego

A distribuição da ocupação no setor da construção civil está concentrada na produção de serviços (63%), sendo que as mulheres representam menos de 1%. Quando se analisa o total de mulheres nesse setor observa-se que cerca de 5% estão na produção de serviços. As mulheres estão concentradas nas atividades de nível superior e médio, em torno de 30%, e nos serviços administrativos, 20%. A forte concentração nas áreas administrativas e de nível superior é uma das características do trabalho feminino no setor da construção civil (Tabela 4).

Embora o município de São Paulo tenha forte presença de trabalho imigrante, este predomina no setor informal. Conforme os dados trazidos na Tabela 5, o número de pessoas de outras nacionalidades formalmente

registradas na construção civil é reduzido, com predominância de haitianos e venezuelanos (Tabela 5).

**Tabela 4 – Ocupações no setor da construção civil no Município de São Paulo**

	Masculino	Feminino	Total
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	3.449	1.493	4.942
Profissionais das ciências e das artes	6.064	4.528	10.592
Técnicos de nível médio	19.763	4.636	24.399
Trabalhadores de serviços administrativos	15.099	11.966	27.065
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	13.063	6.249	19.312
Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	1.713	17	1.730
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	177.864	1.685	179.549
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.391	48	1.439
Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	16.599	406	17.005

Fonte: RAIS 2022 – Ministério do Trabalho e Emprego

**Tabela 5 – Principais nacionalidades no trabalho da construção civil no Município de São Paulo**

Nacionalidade	Masculino	Feminino	Total
Brasileira	262.559	35.167	297.726
Haitiana	808	24	832
Venezuelana	258	22	280
Guine Bissau	73	1	74
Angolana	61	3	64
Portuguesa	52	11	63
Espanhola	49	6	55
Outras africanas	44	1	45
Boliviana	37	7	44
Peruana	37	2	39

Fonte: RAIS 2022 – Ministério do Trabalho e Emprego

Os rendimentos médios em 2022 foram de R\$ 2.942,77, sendo que em alguns segmentos a remuneração é bastante superior, a exemplo dos segmentos de incorporação de empreendimentos, de infraestrutura e de instalações elétricas. Os menores rendimentos estão nas obras de acabamento, conforme a Tabela 6.

**Tabela 6 – Rendimentos médios, por segmento da construção civil – Ano 2022**

	Total (R\$)
Incorporação de empreendimentos imobiliários	4.845,74
Construção de edifícios	2.896,29
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais	2.914,58
Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos	3.370,55
Construção de outras obras de infraestrutura	3.451,30
Demolição e preparação do terreno	2.656,35
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	3.112,51
Obras de acabamento	2.059,02
Outros serviços especializados para construção	2.215,65
<b>Total</b>	<b>2.942,77</b>

Fonte: RAIS 2022 - Ministério do Trabalho e Emprego

A faixa de remuneração média medida em salários mínimos indica a grande concentração na faixa até dois salários mínimos, correspondendo a 50,7%. Já na faixa entre 2 e 3 salários mínimos, há 24,6% dos trabalhadores(as). Desta forma., conclui-se que 75,3% das pessoas ocupadas na construção civil no setor formal recebem até 3 salários mínimos. Acima de três salários mínimos são 25% (Tabela 7).

**Tabela 7 – Faixa de remuneração média no setor da construção civil, 2022**

Faixa Remuneração Média (SM)	Total (R\$)	(%)
Até 1,00	10.561	4,2%
1,01 a 1,50	42.895	17,1%
1,51 a 2,00	73.776	29,4%
2,01 a 3,00	61.536	24,6%
3,01 a 4,00	24.860	9,9%
4,01 a 5,00	10.313	4,1%
5,01 a 7,00	9.263	3,7%
7,01 a 10,00	5.518	2,2%
10,01 a 15,00	4.974	2,0%
15,01 a 20,00	3.069	1,2%
Mais de 20,00	3.755	1,5%

Fonte: RAIS 2022 – Ministério do Trabalho e Emprego.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi o de apresentar alguns dados sobre o mercado de trabalho da construção no município de São Paulo. A cidade responde por mais de 11% do emprego nacional e por 5% do emprego formal no município. Contudo, a informalidade é elevada e por isso não dá dados seguros. Muitos estão inseridos em relações de assalariamento, mas sem acesso a direitos ou no trabalho autônomo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2022. Microdados. Acesso: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>

INVESTE SP – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/> Acesso em 20 mar. 2024





REALIZAÇÃO:

APOIO:

